

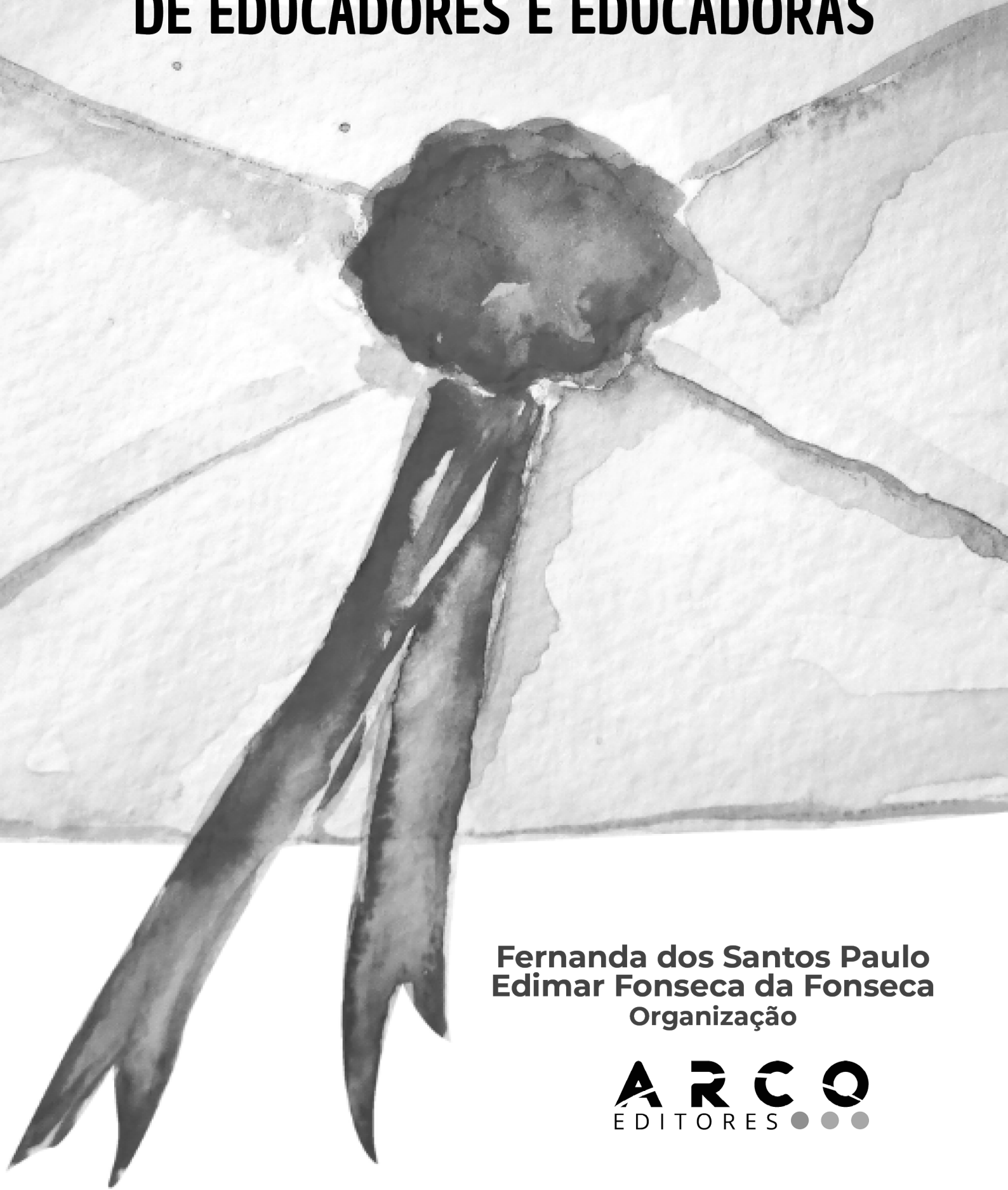
EDUCAÇÃO POPULAR E CARTAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS



**Fernanda dos Santos Paulo
Edimar Fonseca da Fonseca**
Organização

A R C O
EDITORES ● ● ●

EDUCAÇÃO POPULAR E CARTAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS



**Fernanda dos Santos Paulo
Edimar Fonseca da Fonseca**
Organização

ARCO
EDITORES ● ● ●

Editor Chefe*Ivanio Folmer***Bibliotecária***Aline Grazielle Benitez***Revisora Técnica***Gabriella Eldereti Machado***Diagramação***Gabriel Eldereti Machado***Imagem capa***www.canva.com***Conselho Editorial**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR

Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI

Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR

Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC

Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS

Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN

Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE

Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO

Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA

Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS

Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS

Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação popular e cartas pedagógicas na formação de educadores e educadoras [livro eletrônico] / organização Fernanda dos Santos Paulo, Edimar Fonseca da Fonseca. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-440-4

1. Educação popular 2. Formação docente – Metodologia Participativa 3. Professores – Formação 4. Prática pedagógica I. Paulo, Fernanda dos Santos. II. Fonseca, Edimar Fonseca da.

25-254416

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação popular 370.115

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

 **10.48209/978-65-5417-440-4**

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



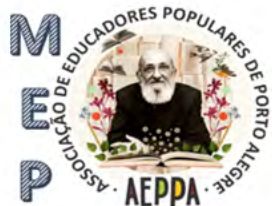
SUMÁRIO

CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO: CONVITE À LEITURA.....	11
BREVES APONTAMENTOS DA HISTÓRIA DO MEP AEPPA CONTADO POR FERNANDA PAULO EM HOMENAGEM AOS 25 ANOS DA AEPPA.....	16
MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	21
REGISTRO DE CONVERSAS DO GRUPO DO WHATSAPP DA AEPPA.....	31
MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E PERIFERIAS....	36
INFLUÊNCIA DO INSTITUTO LEMANN NA EDUCAÇÃO I.....	41
INFLUÊNCIA DO INSTITUTO LEMANN NA EDUCAÇÃO II.....	44
CARTA PEDAGÓGICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA E PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	47
CONVITE À LEITURA: DICIONÁRIO PAULO FREIRE.....	55
CONVITE À LEITURA: “PROFESSORA SIM, TIA NÃO.....	58
VALORIZAÇÃO DOCENTE NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMUNITÁRIAS.....	61
CARTA PEDAGÓGICA EM ÁUDIO: A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	63
CONVITE À LEITURA: PAULO FREIRE, EDUCAÇÃO POPULAR E INFÂNCIAS.....	64
EDUCAÇÃO INFANTIL: ENSINAR EXIGE ALEGRIA E ESPERANÇA.....	67
CARTA PEDAGÓGICA - EDUCAÇÃO COMO ATO DE AMOR: REFLEXÕES NA CRIARTE.....	69
CARTA PEDAGÓGICA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO SUS (PNEPS-SUS).....	71
CARTA PEDAGÓGICA: EXPLORANDO O LEGADO DE PAULO FREIRE.....	73
CARTA PEDAGÓGICA: EXPLORANDO OBRAS DE PAULO FREIRE A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR CRÍTICA E REFLEXIVA.....	75

CARTA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE “AÇÃO CULTURAL PARA A LIBERDADE”.....	77
CONVITE À LEITURA E ESTUDOS DE OBRAS DE PAULO FREIRE.....	78
CONVITE À LEITURA: PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL.....	81
CONVITE À LEITURA: PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR.....	84
CARTA PEDAGÓGICA: A JORNADA DE UMA EDUCADORA SOCIAL.....	87
CARTA PEDAGÓGICA: EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA: RAÍZES E BROTOs, TEMPOS E MOVIMENTOS DA DÉCADA DE 1980 ATÉ HOJE	89
CARTAS A PARTIR DA FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	95
CARTA PEDAGÓGICA DE ÁGATA CARDOSO.....	99
CARTA PEDAGÓGICA - AOS PROFESSORES, PROFESSORAS E COLEGAS DO CURSO DE EDUCAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	101
CARTA PEDAGÓGICA AO POVO QUERIDO CAMINHEIROS POR JUSTIÇA SOCIAL DO BRASIL A FORA.....	104
CARTA PEDAGÓGICA: CURSO ANUAL DE EDUCADORES(AS) SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	105
CARTA PEDAGÓGICA À EQUIPE DE MESTRES DO CURSO DE EDUCADORES POPULARES.....	107
CARTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE EDUCADORES POPULARES.....	109
CARTA PEDAGÓGICA - SÍNTESE DO CURSO DE EDUCADOR SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	111
CARTA PEDAGÓGICA - CONHECIMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO DE UMA EDUCADORA POPULAR EM FORMAÇÃO.....	113
CARTA PEDAGÓGICA: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO DO EDUCADOR SOCIAL.....	116
CARTA PEDAGÓGICA: EDUCAR PARA TRANSFORMAR.....	119

CARTA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR, A EDUCAÇÃO SOCIAL E EXPERIÊNCIAS NO ABRIGO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ADULTOS.....	121
CARTA PEDAGÓGICA - REFLEXÕES EXTRAÍDAS DO CURSO “FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR”.....	124
CARTA PEDAGÓGICA - CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	127
CARTA PEDAGÓGICA - FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR.....	129
EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL, A EJA E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	132
CONVITE À LEITURA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DA EJA.....	134
CONVITE À LEITURA: A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA DA EJA.....	140
CONVITE À LEITURA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DE 1988.....	144
CONVITE À LEITURA: QUEM SÃO OS SUJEITOS DA EJA?.....	147
CONVITE À LEITURA: CONHECENDO OS FÓRUNS DE EJA DO BRASIL.....	150
CONVITE À LEITURA: EJA E FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA.....	152
CONVITE À LEITURA: EJA EM PRISÕES.....	156
FÓRUNS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL....	161
FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO RS - FEJARS	163
CARTA PEDAGÓGICA: PROFESSORA EJA, COM MUITO ORGULHO!.....	165
CARTA PEDAGÓGICA QUE SE MOVIMENTA PARA, COM E PELA EJA.....	171
ALGUNS APONTAMENTOS NECESSÁRIOS A DOCÊNCIA NA EJA.....	172

CONVITE À LEITURA: A CULTURA POPULAR COMO UM TRABALHO POLÍTICO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO.....	177
CONVITE À LEITURA: EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	181
CONVITE À LEITURA: A EDUCAÇÃO POPULAR ANTES E AGORA.....	183
CONVITE À LEITURA: ALFABETIZAÇÃO CONSCIENTIZADORA EM EDUCAÇÃO POPULAR.....	187
CARTA PEDAGÓGICA AOS EDUCADORES E EDUCADORAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS.....	190
CONVITE À LEITURA: ALGUMAS IDEIAS DE VOCAÇÃO FREIREANAS.....	193
CONVITE À LEITURA: EDUCAÇÃO PÚBLICA, EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO DO CAMPOS.....	195
CONVITE À LEITURA COMPLEMENTAR: MOVIMENTOS POPULARES E A EDUCAÇÃO POPULARES.....	199
CONVITE À LEITURA - POVO: QUEM É? EDUCAÇÃO POPULAR: O QUE É?S.....	203
CARTA PEDAGÓGICA SÍNTESE DOS CONHECIMENTOS: LEITURA ATUAL DE BRANDÃOS.....	206
CONHECENDO E A EDUCAÇÃO POPULAR ATRAVÉS DAS CARTAS DE BRANDÃOS.....	210
CARTA PEDAGÓGICA HOMENAGEM A CARLOS RODRIGUES BRANDÃO.....	212
NOSSAS ANDANÇAS.....	215
EDUCAÇÃO E DIÁLOGO: REFLEXÕES DE UM SÁBADO INSPIRADOR.....	217
CARTA PEDAGÓGICA-REGISTRO DAS EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS COMO EDUCADORA SOCIAL.....	219



CARTA DE APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado do Grupo de Estudos e da Pesquisa intitulada “Educação Popular e Paulo Freire”, que encerra em 2024 com 10 atividades. Anualmente, através da AEPPA realizamos processos de formação sob a perspectiva da Educação Popular. Normalmente, solicitamos, como trabalho final de conclusão dos cursos, a produção de uma Carta Pedagógica. Em quase todos os cursos, também elaboramos o conteúdo das formações no formato de Carta Pedagógica. Assim, nesta obra, socializamos Cartas Pedagógicas escritas pelos educadores e alguns cursistas, os quais encaminharam as Cartas Pedagógicas na data combinada. A preferência foi pelas cartas pedagógicas inscritas no processo de formação interna, contemplando a formação político-pedagógica dos educadores e educadoras populares da AEPPA (militantes), cujas profissões são diversas. Essa escolha deveu-se ao alto número de pessoas que se inscrevem em cursos abertos on-line, chegando a mais de 700 pessoas anualmente. Nossas formações são gratuitas e realizadas à distância, visando contemplar todo o território nacional.

Nossas formações incluem temas diversos, dentro de contextos escolares e não escolares, especialmente voltados para educadores sociais e da Educação de Jovens e Adultos, bem como da Educação Infantil. Trabalhamos outras etapas e modalidades, a depender da demanda do coletivo. Um dos temas em foco são as periferias das cidades, uma vez que estamos inseridos na Cátedra Unesco (FACED-UFRGS): ‘A cidade educa e transforma’, a convite da professora Jaqueline Moll. E, antes mesmo deste convite, já discutíamos esses temas devido ao contexto de trabalho das educadoras e educadores, a maioria inserida em políticas sociais realizadas em periferias.

Por fim, este livro aborda uma diversidade de temas centrais à Educação Popular, interligando movimentos sociais, a influência de instituições como o Instituto Lemann na política educacional, práticas pedagógicas na Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação do campo, o campo da educação social, a Educação Não Escolar, a Pedagogia Social e a alfabetização, além de outras temáticas como cultura popular e periferias, políticas públicas, etc. Cada tema destaca a importância da transformação social, da valorização docente, do papel político da educação e da preservação cultural através da educação popular. Através dessas discussões, o livro enfatiza a educação como prática libertadora, a relevância das políticas educacionais, a necessidade de uma abordagem comunitária na educação infantil, as particularidades e desafios da EJA, o significado da educação do campo na luta por justiça social, e o papel da cultura popular como ferramenta de resistência e expressão. Esses temas, entrelaçados, refletem o compromisso da Educação Popular com a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os organizadores desta obra são militantes há décadas da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Popular, além de experiência docente nesta modalidade, tanto na Educação Básica como na Educação Superior.

*Fernanda dos Santos Paulo
Edimar Fonseca da Fonseca
Organização*

PREFÁCIO: CONVITE À LEITURA

Tramandaí, 10 de janeiro de 2024.

Aos leitores e leitoras,

É com muita alegria e orgulho que apresento este livro. Sou conhecida no meu bairro como Geni Selau, “a do cabelo vermelho”, e minha trajetória



começou como liderança comunitária. Mas também me reconheço como uma educadora popular, com uma história construída em defesa dos direitos das comunidades da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, onde morei muitos anos. Comecei essa jornada nos anos 1980, organizando mulheres em

Cachoeirinha para lutar por coisas básicas como luz, água e ruas. Depois, ao voltar para Porto Alegre, fundamos e lideramos associações de moradores, batalhando por melhorias na região – transporte, saúde, educação e moradia.

Participei do Orçamento Participativo e, junto com muitos outros, conseguimos avanços como novas escolas públicas no bairro e melhorias em áreas como a Vila São Claro. Para mim, a educação popular é essa vivência que vem do chão das comunidades. Atuei no MOVA (Movimento de Alfabetização) e no Brasil Alfabetizado, além de projetos como hortas comunitárias e economia solidária, que ajudam a fortalecer as pessoas.

Com essa caminhada de vida, aprendi a valorizar os saberes populares e acreditar na força da participação. Um exemplo que me enche de orgulho é o da minha filha, que conseguiu chegar ao ensino superior a partir do Movimento AEPPA. Ela começou como educadora no MOVA, trabalhou no SASE e em creches, e hoje é professora da UFRGS, estudando à Educação Popular. Filha de pedreiro e de uma dona de casa, liderança comunitária. Isso mostra que,

mesmo enfrentando a pobreza que gera tantas desigualdades, a luta comunitária dá frutos.

Minha história também passa por movimentos sociais, como a FEGAM e a CONAM, sempre defendendo direitos básicos: moradia, saúde, transporte e educação de qualidade. Para mim, ser educadora popular e militante é viver com consciência, compromisso e responsabilidade pelas causas coletivas, sem nunca perder o espírito comunitário.

Escrevi tudo isso para dizer que este livro é especial porque traz dezenas de Cartas Pedagógicas, com reflexões importantes para quem vive ou trabalha com Educação Popular. Os temas são variados: movimentos sociais, neoliberalismo na educação, educação em diferentes contextos, pedagogia social, educação não escolar, Paulo Freire e muito mais.

Por que ler este livro? Porque ele é um material de estudo e reflexão para lideranças, educadores, estudantes e todos que acreditam na educação popular. Não é só teoria; aqui tem prática, histórias e experiências reais.

Se você é educador, agente comunitário, assistente social, professor, militante ou alguém interessado em mudar o mundo através da educação, esta leitura é para você.

Convido todos a lerem as Cartas Pedagógicas. Tenho certeza que não se arrependerão.

Geni Selau
Liderança comunitária
Educadora Popular
Ex-dirigente de associação de moradores
Ex-moradora da Lomba do Pinheiro, hoje em Tramandaí-RS



Geni Selau dos Santos é uma liderança comunitária reconhecida por sua atuação na Vila São Claro, localizada na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. Moradora da região desde a década de 80. Geni foi presidente da Associação de Moradores da Parada 7 por vários mandatos, liderando conquistas importantes como pavimentação de ruas, instalação de iluminação pública e canalização de esgoto, por meio do Orçamento Participativo. Além de sua luta por infraestrutura, destacou-se na defesa ambiental, mobilizando a comunidade para a preservação do Arroio Taquarinha, e participou de discussões sobre segurança coletiva. Foi educadora do MOVA, Todas as Letras e Brasil Alfabetizado. Em 2008, candidatou-se a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), reforçando seu compromisso com causas sociais e justiça. Com uma trajetória marcada pelo engajamento comunitário, Geni é referência na comunidade local em organização popular com um legado de participação e transformação territorial, hoje residindo em Tramandaí, RS.

AUTORES E AUTORAS

1. Ágata Alves Cardoso
2. Andréa de Carvalho
3. Andréa Aparecida de Moraes Cândido de Carvalho
4. Ana Cristina Martins Machado
5. Ana Flávia Schoffen Maciel
6. Carlos Ernesto Barrios León
7. Catarina Elóia da Rosa Machado
8. Cícero Adão Gomes de Almeida
9. Cristiane Weymer San Martins
10. Edimar Fonseca da Fonseca
11. Eduardo Porto de Souza
12. Elaine Silveira Teixeira Ferreira
13. Eleonora França Teixeira
14. Fabio da Silva da Luz
15. Fernanda dos Santos Paulo
16. Francisca da Silva Nobre
17. Geni Selau dos Santos
18. Jaqueline Rosa da Cunha
19. Leila Santos Brígido
20. Lionara Paim Marinho
21. Luisa Andrea Vallenilla
22. Maria Jaeleide Alves de Mendonça Paiva
23. Maria Aparecida Anselmo Flores
24. Maria Teresinha Kaefer
25. Marli Vieira Lins de Assis
26. Michele Mendes Balbueno
27. Neila Sperotto
28. Paulina dos Santos Gonçalves
29. Renata Nunes Duarte Dias
30. Rosilda de Fátima Ribeiro Pavão
31. Tamar Gomes de Oliveira Ferreira
32. Tânia Regina Oliveira Graziadei
33. Tatiana Iponema Silveira
34. Yasmin Flores de Freitas



Desenho do Educador Social, Rodrigo Silveira dos Santos, encaminhado para o Curso de Educador e Educadora Social na Perspectiva da Educação Popular do Movimento de Educação Popular: Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, como atividade formativa.

BREVES APONTAMENTOS DA HISTÓRIA DO MEP AEPPA CONTADO POR FERNANDA PAULO EM HOMENAGEM AOS 25 ANOS DA AEPPA

Fernanda dos Santos Paulo

A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), agora também conhecida como MEP-AEPPA, celebra 25 anos de associação com

MEP AEPPA
25 ANOS 2025



**MOVIMENTO
DE EDUCAÇÃO POPULAR**

uma trajetória muito bonita e impactante no cenário da Educação Popular. Este marco não é apenas um momento de celebração, mas também uma oportunidade para refletir sobre as origens e o desenvolvimento contínuo do MEP que começou na década de 1990 na região da Glória, em Porto Alegre.

A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) nasceu nos anos 1990 como um movimento articulado dentro da Educação Popular, destacando-se por suas lutas em prol da formação, valorização e reconhecimento de educadores que atuam em contextos comunitários e não escolares.

Inicialmente, a AEPPA era composta por educadores de creches comunitárias, do Programa de Apoio Socioeducativo (SASE), educadores de rua, alfabetizadores de jovens e adultos e oficineiros. Esses profissionais, vinculados a instituições comunitárias e políticas sociais, começaram a se organizar após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, para reivindicar formação e reconhecimento.

As primeiras mobilizações ocorreram no contexto da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Educadores, em sua maioria mulheres que trabalhavam nas periferias e em instituições comunitárias,

rias, organizaram espaços de estudo e mobilização, buscando compreender as políticas públicas e os fundamentos da Educação Popular, sobretudo aqueles baseados na obra de Paulo Freire.

No ano 2000, o movimento formalizou-se como associação, adotando o nome AEPPA. A organização se destacou por articular-se com instituições como Escolas de Ensino Médio com o curso de Magistério da prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), o Centro Universitário Metodista IPA, Faculdade Sévigné, Brava Gente, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Uniasselvi, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS): campi Restinga, Canoas, Restinga, e Alvorada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para oferecer cursos superiores e de extensão baseados na perspectiva da Educação Popular. Durante a minha inserção na Uniasselvi em 2015 criei um Grupo de Estudos Paulo Freire e Educação Popular junto a AEPPA. Realizamos encontro em minha casa, na Lomba do Pinheiro e no campus Centro da Uniaselvi. A partir de 2017 ampliamos a parceria e realizamos encontros no CAMP. Em 2018 no meu ingresso na UNOESC realizei mini cursos gratuitos com a AEPPA, incluindo um curso junto com a UFRGS. A partir de 2009, a AEPPA expandiu suas ações para cursos de formação político-pedagógica para educadores sociais, incluindo metodologias baseadas em práticas freirianas. Em 2010 tivemos o primeiro Curso de Extensão junto ao Brava Gente. O currículo desses cursos foi construído coletivamente, refletindo as demandas dos educadores (as) populares(as).

Também participamos de alguns fóruns, Fórum gaúcho da Educação Infantil, Fórum das periferias, Fórum de EJA no RS, Fórum de Educadores Sociais, entre outros. Também congregamos há alguns anos o Fórum de EJA do RS, essa inserção se deu a convite de Liana Borges feito a mim. Temos história de participação em Conselhos de Direitos e muitos dos participantes da AEPPA participam de outros espaços de lutas coletivas.

Em 2018 dei de presente para AEPPA uma faixa com MEP-AEPPA, pois entre 2010 e 2017 analisei nossa trajetória e junto com outras companheiras identificamos que a AEPPA é antes de tudo um Movimento de Educação Popular, pois assim nasceu lá na região Glória, em Porto Alegre.

A AEPPA desde os seus primeiros encaminhamentos esteve comprometida com a formação e a luta pela regulamentação da profissão de educador social. Desde 2009, após a inclusão do educador social na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a associação desempenhou um papel fundamental na defesa de formações específicas para essa categoria, com foco em políticas sociais intersetoriais e práticas cidadãs.

Em seus cursos, a AEPPA incorpora metodologias participativas, promovendo práticas educativas que integram teoria e prática, sempre com base nos princípios da Educação Popular. Essas ações têm fortalecido a atuação dos educadores em comunidades periféricas de Porto Alegre, consolidando a AEPPA como um movimento de transformação social e luta por justiça.

Desde a pandemia realizamos cursos de formação político-pedagógica virtuais, contemplando todos os estados do Brasil, inclusive alguns países da América Latina. Mantemos um grupo, denominado de coordenação compartilhada, que organiza atividades aeppanas.

Os materiais desenvolvidos por participantes do MEP-AEPPA ao longo dos anos, incluindo livros, artigos, Cartas Pedagógicas, vídeos, cards, jogos, músicas e outras formas de expressão cultural, são um convite para quem quer conhecer nossa luta coletiva. Esses recursos educativos fortalecem a capacidade dos (as) educadores (as) populares e servem como um convite para novas gerações se engajarem na luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

Celebrar 25 anos da AEPPA é, portanto, mais do que recordar um aniversário; é reconhecer que o Movimento de Educação Popular, que deu origem a esta associação, possui raízes nas lutas sociais iniciadas no início da década de 1990. É um momento de reconhecer as conquistas, enfrentar os desafios presen-

tes e renovar o compromisso com os ideais de justiça, igualdade e emancipação humana que têm guiado o MEP-AEPPA desde sua concepção. A trajetória da AEPPA é um lembrete de que a Educação Popular é viva e deve ser divulgada, estudada e trabalhada na e para a construção de um mundo digno, com justiça social, para todos (as) nós.

Fernanda Paulo
MEP-AEPPA, FEJARS, FNES e UFRGS-FACED

PARTE I

Movimentos Sociais, Cidades, Periferias e Educação Popular



MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2024.

Como vocês sabem eu realizei minha especialização e mestrado na área da Educação Popular e Movimentos Sociais. Este é um dos temas que trabalho tanto na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) como militante e como docente de cursos na área da educação.

O tema desta Carta Pedagógica é Movimentos Sociais e a educação no Brasil. O primeiro apontamento é o meu conceito de movimentos sociais na perspectiva da Educação Popular. Parto da compreensão de que a educação é uma prática social e educativa, bem como é processo contextual, permanente, social, cultural, político e educativo. Ela é parte da nossa vida, servindo como nossa base de formação desde o nosso nascimento até morrermos. Ela pode estar à serviço da emancipação e da transformação social ou não.

Já os movimentos sociais, na perspectiva da Educação Popular, podem ser definidos como formas coletivas e organizadas de ação que visam à transformação social e à emancipação das classes populares, fundamentando-se em práticas educativas críticas e na construção de conhecimentos a partir da cultura e da realidade vivida pelos povos, em contraposição às estruturas opressoras de poder e às dinâmicas de exclusão social.

A Educação Popular, intrinsecamente ligada às lutas das classes populares, caracteriza-se pelo seu compromisso ético-político com a libertação das opressões históricas, adotando práticas pedagógicas que visam desenvolver a criticidade e a organização política. Estas práticas educativas são não só fundamentais para a conscientização e o fortalecimento dos Movimentos Sociais, mas também para a reinvenção do poder e a construção de uma sociedade mais justa e democrática, resistindo aos modelos opressores de dominação capitalis-

ta e contribuindo para a criação de um novo projeto social que seja verdadeiramente inclusivo e representativo dos interesses das classes populares.

Partindo deste primeiro apontamento, me dirijo a vocês retomando que este texto está no formato de Carta Pedagógica; tenho utilizado Cartas Pedagógicas para fazer aula, ministrar palestras, para registro de experiências, tanto como metodologia de pesquisa, quanto como documento pedagógico. Hoje vou utilizá-la como sistematização dos conhecimentos construídos a partir da leitura do artigo intitulado como: “Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade”, o qual foi apresentado na XI Anped Sul.

É um texto de Maria da Glória Gohn, escrito em 2016 que aprecio bastante, pois ele oferece uma análise detalhada sobre as lutas pela educação no Brasil, destacando a participação de estudantes e jovens em movimentos sociais e campanhas educacionais. Para a nossa aula destacarei alguns apontamentos do texto e algumas reflexões adicionais.

Os movimentos educacionais são processuais, ocorrendo tanto dentro quanto fora das instituições escolares, envolvendo lutas por direitos e construção da cidadania. Além das questões escolares, os movimentos abrangem temas como gênero, etnia, nacionalidade, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos e culturais, refletindo uma ampla gama de preocupações sociais.

Os estudantes, especialmente do ensino médio e universitário, são sujeitos políticos importantes no Brasil, com uma longa história de participação em movimentos estudantis do país. Ela apresenta a análise de Breno Bringel identifica quatro principais ciclos de protestos e mobilizações estudantis desde os anos 60, destacando a evolução das lutas estudantis.

Reno Bringel, ao analisar o movimento estudantil no Brasil e baseando-se nas teorias de Charles Tilly e Sidney Tarrow, **identifica quatro principais ciclos de protestos e mobilizações estudantis desde os anos 60**, a saber:

- O **primeiro** ciclo ocorreu ao longo dos anos 60, caracterizado por revoltas e passeatas.
- O **segundo**, iniciado em 1975, foi marcado pela tensão contínua entre os militares e forças democratizantes, resultando em uma dinâmica de concessões por parte do regime e conquistas pela sociedade, em um contexto de resistência e luta pela democracia.
- O **terceiro** ciclo, na década de 1980, esteve associado ao “Movimento pela Anistia” e as campanhas “Diretas Já”, com destaque para a participação popular na Assembleia Constituinte, período em que os estudantes apresentaram cinco emendas, sendo que apenas uma alcançou mais de cem mil assinaturas.
- O **quarto** ciclo ocorreu com os “caras pintadas” no processo de impeachment de Collor, sendo destacado como o movimento que rompeu com a apatia e o individualismo da geração da década de 1990, representando uma manifestação juvenil significativa. (BRINGEL, 2012).

As ocupações de reitorias e escolas no século XXI e outras formas de manifestação indicam uma mudança na dinâmica dos movimentos estudantis, com uma ênfase maior na horizontalidade, deliberação coletiva e ausência de lideranças definidas. Essa é uma **nova cara dos movimentos estudantis**. O artigo apresenta um exemplo de mobilização estudantil focado em questões de mobilidade urbana e acesso ao transporte público, destacando-se nas manifestações de 2013, reconhecido como **Movimento Passe Livre**.

O texto aborda a importância e a evolução dos **Movimentos de Educação Popular** no Brasil, especialmente no início do milênio, onde, apesar de não possuírem grande visibilidade como atores independentes, começaram a ganhar novo formato entre as camadas populares. Suas demandas foram muitas vezes incorporadas por sindicatos de professores e outros profissionais da educação, bem como por movimentos amplos, como o **Fórum Nacional de Luta pela Escola Pública**. Esses movimentos foram particularmente ativos nos anos 90 até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) em 1996.

No entanto, reformas neoliberais nas escolas públicas modificaram o cenário educacional, levando a novas mobilizações focadas em questões como falta de vagas, problemas com matrículas, qualidade da educação, infraestrutura escolar, e fraudes em fundos de apoio à educação. Além disso, a crise econômica e o aumento do desemprego fizeram com que famílias das camadas médias buscassem vagas nas escolas públicas, trazendo uma maior demanda e incentivando a participação comunitária. Com recursos limitados, as escolas começaram a buscar parcerias locais para enfrentar problemas como segurança e violência, transformando-se em centros comunitários.

O **movimento pelas creches**, crucial nos anos 1970 e institucionalizado nos anos 1980, foi revitalizado no novo milênio como o “**Movimento dos Sem Creche**”, especialmente em São Paulo, devido à falta de vagas e à não universalização da educação infantil na Constituição de 1988, com destaque para o avanço representado pelo **Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil** (MEIBI), enquanto o Movimento da Infância foca no suporte a crianças e adolescentes em situação de exclusão, com amplo apoio de pastorais da Igreja Católica e voluntários.

A **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, originada dos **movimentos de Educação Popular** dos anos 60, se apresentou em alguns momentos como um movimento social robusto, oferecendo programas noturnos de alfabetização e aprendizagem contínua, incluindo ações como o MOVA, e enfatizando métodos pedagógicos inovadores e a educação não-formal. Porém, ressalto que a EJA não é movimento social – **ela é reivindicada por movimento social Popular**.

O século XXI viu o surgimento de novos atores e movimentos na área da educação, incluindo fundações, entidades do terceiro setor, e movimentos focados em questões de gênero, etnia e inclusão social.

Os movimentos educacionais contemporâneos devem ser vistos no contexto de mudanças mais amplas nos movimentos sociais, com novas formas de organização, demandas e desafios para dialogar com as autoridades e promover mudanças significativas na educação.

O artigo de Breno Bringel e Maria Victória Espiñeira, “Movimentos Sociais e Política - Releituras Contemporâneas” (2009), explora a complexidade dos movimentos sociais na contemporaneidade, marcada pela globalização e avanços tecnológicos. Ao detalhar a adaptação e reconfiguração desses movimentos perante um mundo interconectado, implicitamente, aborda-se uma dimensão educativa significativa, embora não explicitamente destacada. Esta dimensão emerge na forma como os movimentos sociais engajam com o espaço público e as tecnologias digitais, educando participantes e espectadores sobre a importância de intervir em espaços políticos e sociais. A análise da dialética entre o local e o global, bem como o impacto das mídias sociais, revela um processo educativo em curso sobre a construção de identidades, a importância do reconhecimento da diversidade e a prática do multiculturalismo. Ao promover a inclusão de vozes marginalizadas e propondo novas formas de participação política, os movimentos sociais desempenham um papel educativo, contribuindo para a formação de uma consciência crítica e a cidadania ativa. Assim, ainda que o foco principal deste artigo não seja a educação, a presença de uma dimensão educativa nos movimentos sociais é evidente, funcionando como um veículo para a disseminação de conhecimentos, habilidades e valores essenciais à promoção do engajamento político.

Baseando-se no texto construí um quadro analítico com algumas categorias relacionadas aos tipos de movimentos sociais vinculados à educação, a presença da Educação Popular e os tipos de bandeiras de luta:

Tipos de Movimento Sociais Vinculados à Educação	Presença da Educação Popular (EP)	Tipos de Bandeira de Luta
Movimentos Estudantis de pré-vestibulares	Alta presença , com base na metodologia freiriana e na alfabetização em espaços alternativos	Classe, Gênero, Raça, Identitária, Problemas específicos, universidade.
Movimentos por Creches/ Educação Infantil	Moderada , com foco na institucionalização e lutas por vagas	Classe, Problemas específicos (falta de vagas), direito à educação

Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Alta presença , retomando os fundamentos da Educação Popular dos anos 60	Classe, Educação enquanto direito social, Métodos Pedagógicos participativos, emancipação.
Movimentos de Educação Popular	Alta presença , fundamental na origem e práticas atuais	Classe, Identitária, Educação em diferentes contextos.
Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MEIBI)	Moderada , como avanço específico na Educação Infantil (EI). Em Porto Alegre existe um movimento de educadoras da E.I na perspectiva da Educação Popular.	Problemas Específicos (educação infantil).
Movimento da Infância	Moderada , através do apoio de movimentos que lutam pelo direito à educação, mas pouco se fala em EP.	Classe, Identitária (exclusão social)
Movimento Passe Livre	Baixa , foco em questões específicas de mobilidade urbana	Problemas Específicos (acesso ao transporte público)
Escolas Comunitárias	Moderada , com foco na realidade comunitária e ação local. Quase não se fala mais em EP nestes contextos.	Inclusão, qualidade educacional, reconhecimento pelo Estado
Fundação e Terceiro Setor na Educação	Moderada a depender da instituição , com novas diretrizes governamentais e suporte jurídico. Quase não se fala mais em EP nestes contextos.	Parcerias público-privadas. Fundações que fazem voluntariado.
Movimentos Identitários e de Cotas	Moderada , foco em inclusão e diversidade	Inclusão social, cotas universitárias para minorias
Compromisso Todos pela Educação	Baixa , presença de liderança empresarial.	Educação com investimento público na educação básica privada e pública. Disputa de projeto de educação (formação e livro didático).
Campanha Nacional de Direitos da Educação	Alta , alinhamento com instituições e mobilização social	Direitos educacionais, acesso à educação de qualidade
Fonte: Paulo (2023) baseada no texto de Gohn (2016).		

À luz da **pedagogia crítica de Paulo Freire**, a análise do atual contexto dos movimentos sociais vinculados à educação revela um cenário multifacetado, no qual a Educação Popular emerge como uma ferramenta política, conceitual metodológica para a emancipação e transformação social. Os movimentos estudantis, de educação infantil, EJA, e demais práticas educativas críticas refletem a incessante busca pela construção de conhecimentos que se fundamentam na realidade vivida pelas comunidades. Essas iniciativas são permeadas por um compromisso ético-político com a libertação das opressões, onde práticas pedagógicas são orientadas para o desenvolvimento da criticidade e organização política. Contudo, esses movimentos enfrentam desafios substanciais em um contexto marcado por **reformas neoliberais na educação**, que alteram o cenário educacional e impõem limites à atuação desses grupos.

A institucionalização de algumas práticas e a busca por **parcerias público-privadas**, podem afastar o caráter emancipatório da Educação Popular crítica. Os anúncios de uma educação transformadora ainda ressoam nos movimentos atuais, evidenciados pela resiliência e adaptação às novas realidades sociais e políticas.

A **presença da Educação Popular**, embora variável, demonstra sua relevância na articulação de lutas por direitos, inclusão e qualidade educacional associada a educação crítica e transformadora. Entretanto, a preocupação com a manutenção de sua identidade e princípios críticos frente às pressões de modelos educacionais dominantes requer uma reflexão constante. Recomenda-se, portanto, a intensificação do diálogo entre movimentos sociais, educadores e comunidades, com o objetivo de reforçar práticas educativas que estejam alinhadas com as necessidades reais das populações atendidas. A renovação do compromisso com a pedagogia crítica de Paulo Freire é essencial para assegurar que a educação continue servindo como um pilar para a emancipação social e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, esses movimentos não só resistem aos modelos opressores de educação, mas também semeiam as bases para novos projetos sociais inclusivos, representativos e emancipatórios.

Para finalizar, após ler o quarto ciclo de mobilizações estudantis no Brasil, identificado por Reno Bringel e marcado pela atuação decisiva das “**caras pintadas**” no impeachment de Fernando Collor, uma série de novos ciclos de movimentos sociais emergiu no cenário brasileiro, refletindo a contínua transformação das dinâmicas sociais, políticas e educacionais. Estes novos ciclos demonstram a diversificação das lutas e a expansão dos temas e demandas abordados pelos movimentos sociais, englobando uma gama mais ampla de atores e preocupações sociais. A partir dos anos 90 e avançando pelo século XXI, vários movimentos ganharam destaque:

- **Movimento Feminista:** Este ciclo representa a luta pela igualdade de gênero, contra a violência e pelo direito das mulheres em todas as esferas da sociedade. A educação tem sido um campo crucial para o feminismo, tanto na crítica ao currículo patriarcal quanto na promoção de práticas educativas que visam à equidade de gênero.
- **Movimento Negro:** O movimento negro se intensificou na luta contra o racismo estrutural, pela valorização da cultura afro-brasileira e por direitos iguais. Na educação, destacam-se as demandas por uma história e cultura que reconheçam as contribuições africanas e afro-brasileiras, além da implementação de políticas afirmativas, como as cotas raciais.
- **Movimento Estudantil:** Continuando a tradição de mobilizações, o movimento estudantil do século XXI tem abraçado questões como a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, resistindo às tentativas de mercantilização do ensino e cortes de verbas para educação.
- **Movimento de trabalhadores:** Com a globalização e as mudanças no mundo do trabalho, o movimento operário tem enfrentado desafios na defesa dos direitos trabalhistas, lutando contra a precarização do trabalho e pela educação profissional e técnica que atenda às novas demandas do mercado de trabalho.
- **Movimento Ambientalista:** A crise climática global trouxe o movimento ambientalista para o centro das discussões, lutando pela sustentabilidade, preservação ambiental e por uma educação que promova a consciência ecológica e a ação ambiental.

- **Movimento LGBTQIA+:** Este ciclo tem sido marcado pela luta por direitos, reconhecimento e contra a discriminação de pessoas LGBTQIA+, incluindo a demanda por uma educação que combata o preconceito e promova a diversidade.
- **Movimentos em defesa dos Direitos Indígenas:** A luta dos povos indígenas pelo direito à terra, pela preservação de suas culturas e pelo reconhecimento de suas formas de conhecimento tem impulsionado demandas por uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.
- **Movimentos Negros:** A luta antirracista e pela valorização da cultura afro-brasileira tem buscado a implementação de políticas educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade racial e cultural do país.
- **Movimento de Educadores Populares:** Inspirados pela pedagogia crítica de Paulo Freire, esse movimento busca promover uma educação que seja emancipatória, participativa e voltada para a transformação social. Lutam por formação na universidade na perspectiva da Educação Popular. Ocupam espaços estratégico de lutas.

A dimensão educativa dos movimentos sociais manifesta-se através da mobilização e busca de algum tipo de transformação social, diferenciando-se da presença da Educação Popular pela ênfase específica na prática pedagógica crítica emancipatória que articula as duas lutas específicas a disputa de um projeto de sociedade justo, digno e humanizado,

Esses novos ciclos refletem a complexidade e a pluralidade dos desafios contemporâneos, evidenciando a educação como um campo vital de luta e transformação social. A presença e o tipo de Educação Popular nestes contextos variam, desde a implementação direta de práticas pedagógicas críticas até a influência em políticas educacionais mais amplas e a ocupação de espaços estratégicos de luta. Os desafios incluem resistir a formas de opressão estrutural, promover a inclusão e analisar os motivos da frequente ausência da Educação Popular em movimentos identitários. Um até mais e seguimos nestas reflexões.

Fernanda dos Santos Paulo

Referências

BRINGEL, B.; ESPÍNEIRA, M. V. Movimentos sociais e política - releituras contemporâneas - INTRODUÇÃO. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 21, n. 54, 2009.

BRINGEL, B. Ciclos de protesto e lutas estudantis no Brasil. **Revista Perspectiva Histórica**, v. 2, p. 29-43, 2012.

GOHN, M. da G]. Movimentos Sociais e Lutas pela Educação no Brasil: Experiências e Desafios na Atualidade. **Conferência de Encerramento, Reunião Científica Regional da ANPED** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 24-27 de julho de 2016.

PAULO, F. dos S.; SILVA, C. A. da; MATTOS, C. M. de. **Escolas de Educação Infantil comunitárias: avanços, limites e desafios da valorização docente**. In: ALBUQUERQUE, Simone; FLORES, Maria Luiza (Orgs.). *Qualidade da Educação Infantil: diálogos a partir da formação continuada*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

REGISTRO DE CONVERSAS DO GRUPO DO WHATSAPP DA AEPPA

Fernanda dos Santos Paulo

Bogotá, 05 de janeiro de 2024.

Prezados companheiros e companheiras da AEPPA,

É com entusiasmo que me dirijo a todos vocês, militantes dedicados (as) e incansáveis da Educação Popular, para compartilhar algumas reflexões e aprendizados que emergiram de nossa rica troca de ideias no grupo da AEPPA. Como alguém que encontra na escrita um meio de expressão e reflexão, senti-me impelida a revisitar as discussões que tivemos no grupo do WhatsApp, e delas extrair lições e percepções que nos são tão valiosos.

Nosso diálogo virtual é um espelho da realidade complexa e desafiadora com a qual nos deparamos diariamente no terceiro setor, lugar que atuam muitas educadoras. As questões levantadas por Tamar e outras (os) colegas nos fazem refletir sobre a necessidade urgente de reavaliarmos as práticas atuais e buscarmos uma atuação mais genuína e efetiva na assistência social, uma que esteja alinhada aos valores humanísticos e à missão de promover uma verdadeira transformação social.

Em Porto Alegre e em outros cantos do país, observamos um cenário onde as mudanças necessárias parecem travadas por estruturas arcaicas e engessadas. Contudo, é nesse cenário que a nossa perseverança e comprometimento com o diálogo aberto se fazem mais necessários. As críticas ao atual estado do terceiro setor ressaltam a importância de nos mantermos fiéis aos nossos princípios fundadores, aqueles que nos motivam a lutar por justiça e igualdade.

Neste momento em que o capitalismo de financierização do cuidado ameaça subverter a essência da assistência social, transformando-a em mera

commodity, a leitura recomendada por Paulina Gonçalves, incluindo o texto de Aldaíza Sposati, nos fornece um alicerce teórico para entender e enfrentar as nuances dessa realidade.

Ao assumirmos juntos esta jornada de aprendizado contínuo, reafirmamos nosso compromisso com a educação que emancipa e com a pedagogia que transforma. A luta por uma sociedade mais justa e equitativa é longa e árdua, mas é a nossa crença inabalável nos direitos humanos e sociais que nos guia e nos dá força para persistir.

Com estes pensamentos, dou início a esta Carta Pedagógica, um convite à reflexão e ação conjunta, para que possamos, juntos, edificar o futuro que sonhamos para a assistência social no Brasil

Como sou uma pessoa que gosta de escrever, lá vou eu.... Estava retomando as leituras de diálogos via grupo do WhatsApp da AEPPA, resumiria as conversas em alguns pontos, a saber:

1. CRÍTICA AO TERCEIRO SETOR: Tamar comenta que apesar de as instituições falarem muito sobre humanismo, valores e missão, na prática, muitas não aplicam esses conceitos, especialmente em relação à dinâmica trabalhista com seus colaboradores. O modelo praticado é comparado à “terceirização” e é visto como uma distorção do ideal de assistência social em todo o Brasil.

2. SITUAÇÃO EM PORTO ALEGRE: É mencionado por vários companheiros e companheiras que em Porto Alegre a situação é particularmente grave, e que as discussões necessárias para mudanças não estão acontecendo nas instâncias onde deveriam ocorrer. As práticas atuais são consideradas engessadas e arcaicas, sem mudanças visíveis a curto ou médio prazo

3. CAPITALISMO DE FINANCIERIZAÇÃO DO CUIDADO: Paulina menciona o “momento do capitalismo de financierização do cuidado”, indicando um período em que as questões de assistência social são

tratadas sob uma ótica financeira, em vez de uma perspectiva de cuidado e suporte humano.

4. CRÍTICA AO VALOR ATUAL: reforça a crítica ao valor atual do terceiro setor, que segundo ela se perdeu em experiências de lutas. Isso pode indicar uma percepção de que o terceiro setor se desviou de seus princípios originais e tornou-se algo distante das necessidades reais daqueles a quem deveria servir.

5. VALORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Tania destaca a importância de reconhecer e valorizar a experiência profissional na área da assistência social. Ela incentiva os colegas a não desistirem e a compartilharem seus conhecimentos.

6. TROCA DE SABERES E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO: Maria expressa gratidão pela troca de saberes e menciona sua formação em Pedagogia, enfatizando que ninguém está mendigando, mas sim buscando uma atuação mais substancial. Ela demonstra preocupação com a desvalorização da sociologia na educação.

7. NECESSIDADE DE EDUCADORES CONSCIENTES: Tania e demais companheiras e companheiros ressaltam a necessidade de educadores conscientes de seu papel na sociedade, especialmente aqueles que trabalham com grupos vulneráveis. Reforça-se a importância de perseverança diante dos desafios e discriminações, incentivando um diálogo aberto e contínuo para promover mudanças positivas.

8. RECOMENDAÇÃO DE LEITURA: Paulina Gonçalves sugere uma leitura adicional para aprofundar o entendimento da situação, recomendando um texto da professora Maria da Glória Gohn sobre o terceiro setor e outro de Aldaíza Sposati. A este último texto:

Uma das formas de resistência é a luta política e a ocupação de espaços com nossas bandeiras de luta. Fui ler o texto, o qual já havia lido em um outro momento que, conversando com Paulina, ela me encaminhou este artigo. Senti

a vontade de compartilhar uma síntese dos meus conhecimentos a partir da leitura do artigo de ALDAIZA SPOSATI.

Esse artigo discute os desafios e transformações da seguridade social no Brasil após 30 anos de vigência da Constituição Federal de 1988 (CF-88). A autora, Aldaiza Sposati, destaca as resistências sociais e políticas enfrentadas e como as forças neoliberais impactaram a concepção e implementação da proteção social estatal, pública e universal. Alguns apontamentos:

1. A CF-88 estabeleceu uma noção de proteção social universal e pública, fundamentada em Segurança e/ou Seguridade Social, juntamente com um orçamento específico. No entanto, ao longo dos 30 anos, houve um deslocamento dessa visão original devido a forças de conservadorismo, individualismo e privatização, limitando o papel do Estado como provedor e condicionando o acesso à proteção social à capacidade de consumo individual.
2. A falta de uma unidade e direção comum entre as três políticas sociais que constituem a Seguridade Social (saúde, assistência social e previdência social) gerou uma desconexão e fragmentação. Isso levou a padrões de atenção interrompidos, incentivando o tratamento individual das demandas sociais e a ausência de um plano unificado de proteção social para o país.
3. O artigo destaca a desconstrução do orçamento da Seguridade Social, com recursos sendo desviados e aplicados em outras áreas, além de práticas de isenções fiscais e renúncias que beneficiam interesses privados. Essa desconstrução financeira é acompanhada por disparidades nos padrões de benefícios concedidos a diferentes classes sociais, reforçando iniquidades.
4. A proteção social, ao longo dos anos, foi tratada como uma “commodity”, um bem de consumo negociável, em vez de um direito inalienável. Isso reflete uma mudança de direção da Seguridade Social, que se afastou

de seu papel civilizatório e democrático, instituído pela CF-88, em direção a uma lógica de mercado que favorece desigualdades socioeconômicas.

Em face dos desafios expostos e do caminho traçado pela nossa Educação Popular, concluo esta Carta Pedagógica reiterando o papel fundamental que desempenhamos enquanto educadores e militantes sociais. A Educação Popular, sempre permeada por uma prática reflexiva e transformadora, emerge como ferramenta de resistência e esperança. Ela é o solo fértil onde semeamos os valores de solidariedade, justiça e igualdade. Em meio às adversidades impostas pelo contexto social e político atual, nosso compromisso com a emancipação coletiva e a construção de uma sociedade mais justa permanece inquebrantável. Unamo-nos, portanto, na reafirmação de nossa luta política e pedagógica de não apenas educar, mas também de inspirar e mobilizar para a mudança, mantendo a chama da Educação Popular acesa e orientando nossa marcha rumo a um futuro onde a dignidade e os direitos de todos sejam a realidade incontestável.

Com solidariedade e esperança,

Fernanda Paulo

05 de janeiro de 2024

MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO POPULAR E PERIFERIAS

*Fernanda dos Santos Paulo
Neila Sperotto*

Carta Pedagógica aos (as) Educadores (as) Populares

Nosso propósito, nesta Carta Pedagógica, é abordar a intersecção entre os movimentos sociais e a Educação Popular, destacando seu papel importante no repensar e reconstruir nossas realidades urbanas periféricas e educacionais. Partimos da realidade do trabalho e periferias.

Para iniciarmos vamos trazer nossa compreensão de periferia. O conceito de periferia geralmente se aplica às regiões que circundam o núcleo central das cidades, apresentando características mistas urbanas e rurais que refletem uma transição e expansão do tecido urbano. Nessas áreas, a densidade populacional, as condições socioeconômicas e os estilos de vida começam a divergir dos encontrados nos centros urbanos. A educação nessas periferias, que muitas vezes enfrenta desafios relacionados à violência e carência econômica, assume um papel decisivo de resistência e transformação social. Muitas vezes localizamos práticas educativas não formais, que promovem atividades culturais nas periferias, além de práticas educativas realizadas nas Organizações Sociais, em especial nas comunidades locais.

O artigo de Freitas e Marques (2023) discute as práticas de educação não formal promovidas pelo Movimento Social FOME em bairros periféricos de Sobral, Ceará, analisando como essas experiências podem contribuir para repensar a educação escolar. Através de um experimento de pesquisa compartilhada entre o Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas e o FOME, o texto explora como as atividades culturais e educacionais realizadas fora do

ambiente escolar constituem formas de resistência e construção de uma humanidade plena, enfatizando a importância de práticas como democracia direta, autogestão, corresponsabilidade, e liberdade criativa. Essas práticas educacionais não formais, surgidas da dinâmica e da realidade da periferia, desafiam as noções convencionais de educação e sugerem possibilidades para uma aprendizagem mais integrada à vida cotidiana e às lutas sociais.

O papel do Movimento Social FOME é central nessa discussão, demonstrando como as iniciativas comunitárias podem gerar espaços de aprendizado significativos que valorizam o conhecimento prático, as experiências vividas e a atuação política no contexto de bairros marcados pela violência e pela pobreza. Ao promover a educação como um processo coletivo e inserido nas realidades locais, o movimento contribui para a elaboração de uma pedagogia crítica que reconhece a riqueza das experiências não escolares e as utiliza como ferramentas para o empoderamento e a transformação social. O texto propõe, assim, uma reflexão sobre como as experiências educativas na periferia podem ensinar algo valioso para a escola, incentivando uma abordagem pedagógica mais aberta, participativa e conectada com as questões sociais e culturais da comunidade.

O Movimento Social, ao fomentar práticas de Educação Não Escolar, evidencia uma intersecção fundamental entre Educação Popular e educação em periferias, destacando o potencial transformador de atividades culturais e pedagogias críticas enraizadas nas experiências comunitárias para a reinvenção do ensino escolar. No caso da AEPPA (Associação de Educadores Populares de Porto Alegre) buscamos processos de formação acadêmica na perspectiva da Educação Popular, cujas educadoras militantes de nosso movimento, trabalham em periferias urbanas, em especial.

Assim, através desta Carta Pedagógica, desejamos compartilhar reflexões e diretrizes fundamentais que se alinham ao nosso compromisso com a transformação social e a emancipação humana.

As cidades contemporâneas, marcadas pela violência, exclusão social, e um crescente distanciamento das necessidades humanas básicas, especialmente das crianças, apresentam-nos um desafio inadiável: a necessidade de reconstruir o tecido social através de práticas educativas inovadoras e inclusivas. É imperativo que repensemos nossos espaços urbanos e educacionais para torná-los mais acolhedores, seguros e estimulantes para todos, especialmente para a infância.

A visão de uma cidade e de territórios que educaram, onde a aprendizagem ocorre em todos os espaços e tempos, oferece uma direção promissora para transformar nossas cidades, territórios e pais em espaços que educam e transformam vidas. Acreditamos na possibilidade de cidades e territórios que não apenas abrigam pessoas, mas que educam, onde cada rua, a praça, cada casa, edifício, parada de ônibus, comércios, equipamentos públicos em geral se tornam um espaço vivo de construção de cidadania. Essa visão requer a articulação entre políticas públicas, práticas educativas e participação dos movimentos sociais para garantir a inclusão e a justiça social.

A Educação Popular, nossa referência, emerge como uma prática pedagógica fundamentada na práxis, capaz de reconhecer e valorizar os saberes e as culturas das comunidades. Ela se estabelece como um processo dialógico, que não só responde aos desafios impostos pela realidade social, mas também os antecipa e os transforma. Através da Educação Popular, as pessoas tornam-se sujeitos ativos na recriação de suas realidades, engajando-se em processos de aprendizagem transformadoras ao longo da vida e em diferentes espaços das cidades e dos territórios.

Os Movimentos Sociais desempenham um papel fundamental na Educação Popular e vice-versa, atuando como espaços dinâmicos de aprendizagem coletiva e de luta por direitos e reconhecimento social. Eles são terrenos férteis para a prática da educação como ato político, onde as experiências de resistência e solidariedade fornecem o contexto para uma pedagogia da esperança (FREIRE, 1992).

Em nossas atividades de formação na AEPPA, discutimos enfaticamente, alguns dos princípios para uma Ação Educativa com base na Educação Popular. Aqui vamos, de modo breve, representa-los.

1. DIÁLOGO CRÍTICO E PARTICIPAÇÃO: Encorajar o diálogo aberto, respeitoso, problematizador e a participação ativa das pessoas, reconhecendo a diversidade de vozes e saberes como fundamentais para o processo educativo que ocorre em todos os espaços, mas quando tratamos dos Movimentos Sociais e de um projeto de Cidade e Territórios que Educam, falamos de uma Educação Não Escolar Intencional.

2. DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: Comprometer-se com a democratização do acesso a informação e ao conhecimento, entendendo a educação como um direito de todos e como um bem comum a ser preservado e ampliado.

3. INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA E TERRITORIAL: Valorizar o território e a comunidade como espaços educativos, promovendo práticas que integrem escola, família, posto de saúde, lideranças comunitárias, equipamentos da assistência social e da cultura e comunidades em geral em projetos educativos comuns buscando diminuir de modo significativo as desigualdades sociais que são enormes, até que um dia quem sabe, ela seja eliminada.

4. SOLIDARIEDADE E AÇÃO COLETIVA: Cultivar a solidariedade e o compromisso com a ação coletiva, reconhecendo que as lutas por justiça social e educação de qualidade são inseparáveis.

Por fim, queridos educadores e educadoras populares, nossa jornada na AEPPA é desafiadora, mas também repleta de possibilidades. Precisamos ocupar os espaços, pois ao abraçarmos os princípios da EDUCAÇÃO POPULAR e ao nos engajarmos ativamente nos movimentos sociais populares, caminhamos na direção de uma sociedade mais justa, inclusiva e educadora. Que esta carta sirva de inspiração para todas e todos nós!

Com afeto,

Referências

FREITAS, Nilson Almino de; MARQUES, Francisco Renan Dias. A educação não escolar na periferia pode ensinar algo para a escola? **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, e280059, 2023.

INFLUÊNCIA DO INSTITUTO LEMANN NA EDUCAÇÃO I

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2024.

Queridas companheiras e companheiros do nosso Movimento de Educação Popular: AEPPA, ontem enviei três textos recebidos em um grupo do whatssap pela minha amiga, Jaqueline Moll que tratam da influência do **Instituto Lemann** na educação. Combinei de realizar uma síntese do material e encaminhar para vocês.

O primeiro texto é de Afrânio Catani e fornece uma análise crítica e reflexiva sobre as declarações e ações de **Jorge Paulo Lemann**, um dos homens mais ricos do Brasil, e suas implicações para a política e a educação no país. O texto é de 2022.

Catani inicia o texto discutindo uma **declaração de Lemann sobre a mudança de presidência no Brasil**, interpretando-a como uma predição ou uma preferência política implícita. Isso serve como ponto de partida para uma análise mais ampla sobre as posições políticas e econômicas de Lemann e outros empresários brasileiros influentes.

O texto menciona várias declarações de Lemann e outros empresários (como Abílio Diniz e Cândido Bracher) que expressam apoio ou avaliações positivas sobre **o governo de Jair Bolsonaro, especialmente em relação às políticas econômicas lideradas por Paulo Guedes**. Catani critica essa visão, apontando para questões sociais e políticas controversas associadas ao governo.

Lemann é destacado por seus esforços para melhorar a educação no Brasil, incluindo investimentos em escolas e programas de bolsas de estudo. Catani questiona, contudo, se as iniciativas focadas em educação de elite e em formação de lideranças podem efetivamente abordar as profundas desigualdades educacionais no país.

O texto expressa ceticismo sobre a eficácia de abordagens filantrópicas para resolver questões sociais complexas, como a educação. **Catani sugere que soluções mais abrangentes e políticas públicas sólidas** são necessárias para enfrentar desigualdades e promover uma educação de qualidade para todos.

Finalmente, Catani reflete sobre o impacto potencial das iniciativas lideradas por **empresários como Lemann**, questionando se elas podem levar a uma maior exclusão social ou se beneficiam principalmente uma pequena elite. **Ele destaca a importância de políticas inclusivas e de bem-estar social para combater a exclusão e a miséria no Brasil.**

A análise crítica feita por Afrânio Catani sobre as ações e declarações de Jorge Paulo Lemann, assim como de outros empresários influentes na esfera da educação e política no Brasil, nos traz uma reflexão profunda sobre o papel que esses sujeitos desempenham no cenário nacional. Através dessa síntese apresentada para nossa formação, observamos a importância de entender as dinâmicas de poder e influência que permeiam tanto o campo político quanto o educacional em nosso país.

Conhecer os sujeitos da política, suas motivações, ações e o impacto de suas iniciativas é fundamental para qualquer movimento social que visa a transformação e a melhoria da sociedade. Isso se torna ainda mais relevante no contexto da **EDUCAÇÃO POPULAR**, onde a busca por uma educação inclusiva, democrática e de qualidade social se opõe muitas vezes aos interesses de uma elite que pode priorizar uma educação voltada para a manutenção do status quo.

A **Educação Popular**, com sua essência voltada para a emancipação dos sujeitos e o desenvolvimento crítico da consciência social, encontra nesses exemplos uma oportunidade de debate e reflexão sobre as estratégias necessárias para enfrentar e superar as desigualdades educacionais impostas por modelos que não contemplam a diversidade e complexidade do povo brasileiro.

O fechamento desta análise nos lembra da necessidade de uma vigilância constante e de um compromisso renovado com a luta por políticas educacio-

nais que verdadeiramente atendam às necessidades da maioria da população. Ao conhecer os sujeitos da política e suas influências na educação, somos chamados a reafirmar nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva, onde a educação serve como um pilar para o desenvolvimento humano integral e não como instrumento de perpetuação de desigualdades.

Portanto, o engajamento crítico e ativo de movimentos de Educação Popular, como o AEPPA, é indispensável para questionar, resistir e propor alternativas às políticas e práticas educacionais que não correspondem aos interesses e necessidades da maioria. Começamos a falar sobre estes temas em nossos espaços de atuação: em nossa casa, no trabalho, na comunidade, no ônibus, no bar, etc. Este conhecimento sobre os sujeitos da política e suas ações nos educa para a resistência e nos inspira a continuar a luta por uma Educação Popular que seja verdadeiramente transformadora e libertadora.

Por fim, esses apontamentos resumem o comentário crítico de Catani sobre o papel de empresários influentes como Jorge Paulo Lemann na política e educação brasileiras, destacando a complexidade das questões sociais e a necessidade de abordagens mais inclusivas.

Com carinho,
Fernanda dos Santos Paulo

Referências

CATANI, Afrânio. **Lemann e a educação brasileira**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 abr. 2022. Opinião, p. A2.

INFLUÊNCIA DO INSTITUTO LEMANN NA EDUCAÇÃO II

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2024.

Queridas companheiras e companheiros do nosso Movimento de Educação Popular: AEPPA, ontem enviei três textos recebidos em um grupo do whatsapp pela minha amiga, **Jaqueline Moll** que tratam da influência do **Instituto Lemann na educação**. Combinei de realizar uma síntese do material e encaminhar para vocês como processo de nossa formação político-pedagógica.

O segundo texto é de Artur Neto e Tatiana Félix, publicado no ano passado (2023). **O texto discute a influência da Fundação Lemann na educação pública brasileira, focando na disseminação de valores neoliberais por meio de parcerias público-privadas (PPPs)**. Aborda-se inicialmente o contexto das PPPs como uma forma de privatização que se apoia na ideologia do empreendedorismo. Este é um tema que a AEPPA vem discutindo há anos. Importante revisitar nossos diálogos.

A **Fundação Lemann** é apresentada como um agente chave na promoção dessa ideologia na educação, atuando diretamente na formação de gestores, educadores e na influência sobre políticas educacionais. **Através de iniciativas diversas, como cursos de capacitação e parcerias com órgãos governamentais, a fundação busca inserir práticas empresariais e valores neoliberais no sistema de ensino público.**

O texto aborda o conceito de **neoliberalismo** principalmente como uma ideologia e prática política e econômica que enfatiza a privatização, a desregulamentação dos mercados, a redução do papel do Estado na economia e na provisão de serviços públicos, além da promoção do empreendedorismo como valor central na sociedade. O **neoliberalismo** é apresentado como **um pano de**

fundo para as ações da Fundação Lemann na educação pública brasileira, onde a inserção de parcerias público-privadas (PPPs) e a propagação de valores neoliberais são vistas como estratégias para reconfigurar a educação pública de acordo com os interesses do capital, promovendo a lógica empresarial e a meritocracia como soluções para os desafios educacionais. Este conceito é utilizado para criticar a maneira como a educação está sendo influenciada por interesses privados que buscam introduzir no setor público práticas e valores típicos do setor privado, transformando a educação em um campo mais alinhado às necessidades do mercado do que às necessidades sociais ou ao desenvolvimento humano integral. O texto sugere que essa abordagem neoliberal visa preparar os indivíduos para servir aos imperativos da reprodução do capital, especialmente em um contexto de crise das organizações tradicionais, em vez de promover uma educação que atenda aos interesses e necessidades da maioria da população.

Para buscar uma síntese vou apresentar cinco pontos principais trabalhados pelos autores, a saber:

1. Parcerias Público-Privadas (PPPs) como privatização: O texto inicia discutindo como as PPPs representam uma modalidade específica de privatização na educação, destacando o papel da ideologia do empreendedorismo como sustentação dessas iniciativas.

2. Atuação da Fundação Lemann: A atuação da Fundação Lemann é analisada como um esforço concentrado para influenciar a educação pública brasileira, introduzindo valores neoliberais e práticas empresariais, sob a égide de melhorias e inovação educacional.

3. Influência na Formação de Educadores e Políticas Educacionais: O texto destaca a estratégia da fundação em formar educadores e gestores escolares alinhados aos preceitos do empreendedorismo, além de sua influência direta na formulação de políticas educacionais e curriculares.

4. Disseminação de Valores Neoliberais: A inserção da Fundação Lemann na educação pública é vista como um meio de disseminar valores

neoliberais, buscando moldar a educação a favor dos interesses do capital, especialmente em tempos de crise das organizações tradicionais.

5. Necessidade de Consciência e Alternativas: O texto conclui ressaltando a importância de os educadores e movimentos educacionais compreenderem a ameaça representada pela inserção de valores empresariais na educação pública e a necessidade de formular alternativas que reflitam os interesses da classe trabalhadora, contrapondo-se à lógica capitalista promovida pela Fundação Lemann.

Por fim, a discussão sobre a inserção da Fundação Lemann na educação pública brasileira, com sua promoção de valores neoliberais por meio de parcerias público-privadas, ressalta a urgência de uma formação político-pedagógica crítica para educadores que atuam na perspectiva da Educação Popular. A análise deste tema nos convida a refletir sobre a importância de fortalecer práticas educacionais que resistam à lógica de mercado e que sejam fiéis aos princípios de justiça social, equidade e democracia. Educadores envolvidos na educação popular têm, portanto, um papel crucial na conscientização sobre os impactos das políticas neoliberais na educação, promovendo um ensino que valoriza o conhecimento crítico, a participação comunitária e a construção coletiva de saberes. Ao entender e questionar as influências externas sobre a educação pública, podemos buscar alternativas pedagógicas que priorizem as necessidades e interesses da maioria da população, em vez de servir aos imperativos da reprodução do capital. Isso reafirma o valor da educação como um bem público e um direito humano fundamental, destacando a formação político-pedagógica dos educadores como um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com carinho, Fernanda Paulo

Referências

SANTOS NETO, A. B.; FÉLIX, T. L. L. A inserção privatista da Fundação Lemann na educação pública brasileira. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 210 - 223, maio/ ago. 2023.

CARTA PEDAGÓGICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA E PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Elaine Silveira Teixeira Ferreira

Escolhi escrever sobre as contribuições de Paulo Freire (1921-1997) e Anísio Teixeira (1900-1971) porque esses dois educadores brasileiros por meio de seus cargos públicos e propostas educacionais inovadoras, buscaram combater os problemas de evasão e repetência escolar, promovendo uma educação mais inclusiva e democrática no país.

Anísio Spíndola Teixeira, nascido em Caetité, Bahia, em 12 de julho de 1900, teve uma infância simples e uma formação influenciada pelo humanismo e religião. Sua atuação no campo da Educação foi marcada pela defesa da escola pública e da democratização do ensino. Inicialmente interessado na carreira eclesiástica, foi incentivado pela família a estudar Direito, formando-se Bacharel em 1922. Retornou à sua terra natal com o objetivo de concorrer a cargos públicos, mas logo se dedicou à educação. Anísio Teixeira foi convidado para assumir a Direção da Instrução Pública do Estado da Bahia em 1924, o que marcou o início de uma jornada transformadora para a educação brasileira.

De acordo com Pagani (2008, p.21) Anísio Teixeira enfrentou desafios em sua administração, mas sua filosofia educacional passou por uma transformação significativa quando ele explorou a literatura educacional de outros países, especialmente os Estados Unidos, após ler o livro *Méthodos Américaines d'Education*, escrito por Omer Buyse. Essa leitura despertou em Anísio Teixeira o interesse em conhecer o sistema de ensino dos Estados Unidos, levando-o a se afastar da Direção Geral da Instrução Pública da Bahia para visitar algumas escolas no país norte-americano. Anísio Teixeira acreditava que a educação de-

mocrática era fundamental para o progresso do país e buscava aplicar os princípios de John Dewey (1859-1962) em suas práticas educacionais. Teixeira via a escola pública como o instrumento mais eficiente para construir uma sociedade democrática, proporcionando igualdade de oportunidades e formando cidadãos críticos e conscientes (PAGANI, 2008).

No auge do debate sobre a universalização da escola pública, laica, gratuita e obrigatória na década de 1930, Anísio Teixeira se destacou como um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Ele acreditava que a educação deveria ser acessível a todos, independentemente de sua origem social, e que ela deveria ser capaz de estimular o pensamento crítico e a capacidade de transformação dos indivíduos. Anísio era contra a educação ser exclusividade para a elite, e da manutenção da maioria da população analfabeta e ignorante.

Anísio Teixeira foi uma figura fundamental na história do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), onde atuou como Diretor-Geral de 1952 a 1964. Sua dedicação e visão ajudaram a desenvolver políticas públicas inovadoras no campo da educação. Além disso, Teixeira demonstrou um profundo inconformismo com a alarmante taxa de analfabetismo vivida pelo Brasil na época em que atuou como educador. Ele fundou a Universidade do Distrito Federal e a Escola Parque, que ofereciam uma educação de qualidade para crianças de diferentes classes sociais.

Também, foi um dos incentivadores da criação da Universidade de Brasília (UNB), criada em 1961, foi reitor em 1966.

Após o golpe militar de 1964, Anísio decidiu partir para os Estados Unidos, onde encontrou refúgio e uma nova oportunidade de lecionar. Durante sua estadia no país, ele teve a oportunidade de compartilhar seu conhecimento nas prestigiadas universidades de Colúmbia e da Califórnia. No entanto, seu amor pelo Brasil falou mais alto e, em 1966, ele decidiu retornar, assumindo o cargo de consultor na Fundação Getúlio Vargas.

No início dos anos 90, como uma forma de homenagear o ex-diretor Anísio Teixeira, que dedicou sua vida à educação, o Senado aprovou a inclusão de seu nome no Inep, transformando-o em Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O INEP é uma autarquia federal que está vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua principal missão é subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas públicas na área educacional, por meio de estudos e pesquisas. Com essa mudança, o instituto busca manter viva a memória de Anísio Teixeira e seu legado para a educação brasileira. A cada cinco anos, a Capes, que é ligada ao MEC, dá o Prêmio Anísio Teixeira para pessoas que fizeram uma grande diferença na pesquisa e na formação de profissionais no Brasil. Esse prêmio é super importante na área da educação aqui no país.

Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em Recife, Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, proveniente de uma família de classe média da região. Freire teve seus primeiros estudos no Colégio Oswaldo Cruz, onde não só estudou, mas também iniciou sua carreira como assistente de ensino e, posteriormente, como professor, após sua formação em Direito. Em 1947, o professor Paulo Freire assumiu a direção do Departamento de Educação e Cultura do SESI, o Serviço Social da Indústria, marcando o início de um importante trabalho de alfabetização de jovens e adultos. Durante os anos em que esteve à frente do departamento, Freire dedicou-se a desenvolver métodos inovadores e eficazes para promover a educação e a inclusão social. Sua atuação no SESI foi fundamental para a disseminação de práticas educacionais mais democráticas e participativas. Paulo Freire, em 1959, se submeteu a um processo de seleção para lesionar História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes da Universidade, do estado de Recife, sendo aprovado, onde continuou a sua trajetória de ensino e pesquisa em prol de uma educação libertadora e transformadora.

Em 1961, Freire assumiu a posição de diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade de Recife. Em sua gestão, implementou um programa de alfabetização de adultos, voltado para jovens e indivíduos de baixa

renda das periferias da cidade e, posteriormente, dos interiores de Pernambuco. O projeto visava não apenas promover a educação e a inclusão social, mas também estimular o desenvolvimento cultural e intelectual dessas comunidades marginalizadas. A experiência de Paulo Freire, aliada ao trabalho de extensão promovido pela universidade, resultou em um marco na cidade de Angicos, localizada a 171 quilômetros de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Foi nesse município que Freire realizou a alfabetização de uma turma de adultos em apenas 40 horas, utilizando um método inovador e de baixo custo. O impacto social dessa conquista foi imenso, gerando uma transformação educacional significativa na comunidade local.

Paulo Freire, revolucionou o sistema de ensino ao sistematizar em 1962 um método voltado para adultos analfabetos. Com base em conhecimentos da psicologia, da comunicação e da didática, Freire destacava a importância de personalizar o ensino, evitando o uso de métodos padronizados e materiais didáticos engessados. Ele enfatizava a necessidade de compreender o universo de cada grupo de alunos e iniciar o processo educativo a partir das vivências e experiências dos mesmos. O método de ensino ao introduzir o diálogo como peça fundamental no processo de aprendizagem. Através da valorização da experiência do aluno e do reconhecimento de seus conhecimentos prévios, Freire acreditava que o educador poderia estabelecer uma conexão significativa com o estudante, possibilitando assim a construção de um aprendizado mais eficaz e transformador. Ao adotar essa metodologia, o professor se torna capaz de estimular a reflexão crítica e promover mudanças práticas no cotidiano dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e participativa.

Seu método de ensino, conhecido como “Educação Libertadora”, tinha como objetivo principal a conscientização dos alunos sobre a realidade em que viviam, incentivando a reflexão crítica e a ação transformadora. Freire acreditava que a educação deveria ser um processo libertador, onde os indivíduos se tornam sujeitos ativos na construção do conhecimento e na transformação da sociedade.

Freire criticava a educação tradicional, conhecida como “bancária”, na qual o professor era visto como detentor absoluto do conhecimento e os alunos como meros receptáculos passivos. Em contrapartida, ele pregava a educação libertadora, na qual o diálogo e a participação ativa dos estudantes eram fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma postura proativa diante das injustiças sociais.

Em 1963, Paulo Freire, juntamente com outros profissionais da área, ao alfabetizar 300 adultos em Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, em um período de apenas 40 horas. Esses adultos eram trabalhadores dos canaviais locais, e com seu método de ensino inovador Freire inspirou a criação do Plano Nacional de Alfabetização. O impacto desse plano foi tão significativo que chegou a ser oficializado por meio de um decreto pelo presidente João Goulart, não teve seguimento porque foi interrompido pela ditadura militar de 1964. Durante a ditadura militar no Brasil, o educador Paulo Freire foi preso e posteriormente exilado, passando 15 anos fora do país.

Paulo Freire, deixou um legado marcante com sua obra “A Pedagogia do Oprimido”, finalizada em 1968. Neste livro, Freire enfatiza a importância da educação como instrumento de transformação social, especialmente para as camadas mais desfavorecidas da sociedade. A obra “Pedagogia do Oprimido” defende a importância da confiança mútua entre professor e aluno no processo de ensino, além de valorizar o conhecimento prévio de cada estudante. Este livro é amplamente reconhecido no meio acadêmico, sendo o terceiro mais citado nas ciências humanas em âmbito mundial e figurando entre os 100 mais requisitados nas universidades de língua inglesa. No livro Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996), Freire reuniu suas reflexões sobre a importância da autonomia do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

Enquanto vivia no Chile, no exílio, Freire recebeu o convite para atuar como professor visitante na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Sua abordagem pedagógica, baseada na conscientização e na libertação dos oprimidos, despertou o interesse de acadêmicos e estudantes ao redor do mundo. A ex-

periência de Freire em Harvard foi marcada pela troca de conhecimentos e pela disseminação de suas ideias revolucionárias sobre educação e emancipação.

Após retornar ao Brasil, Paulo Freire assumiu o cargo de professor na PUC de São Paulo e na Unicamp, entre os anos de 1988 e 1991. Além de sua atuação acadêmica, Freire também teve uma experiência política significativa, ocupando o cargo de secretário de Educação da prefeitura de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina. Sua passagem pela secretaria foi marcada por iniciativas inovadoras e progressistas na área da educação, refletindo seu compromisso com uma educação libertadora e transformadora. A atuação de Freire nesse período foi fundamental para a implementação de políticas públicas que visavam a inclusão social e a promoção da igualdade de oportunidades no sistema educacional.

O Instituto Paulo Freire, fundado em 1991 e oficializado como Fundação em 1992, é uma instituição que carrega consigo o legado e os ideais do educador. Paulo Freire esteve envolvido em todas as etapas de criação do Instituto, desde a escolha do nome até a definição do estatuto e da estrutura interna. Atualmente, o Instituto conta com membros atuantes em mais de 90 países, contribuindo para a disseminação dos princípios freirianos e para a promoção de uma educação libertadora e transformadora. Através de suas ações e projetos, o Instituto Paulo Freire tem como missão promover a educação como instrumento de emancipação e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerando a trajetória educacional dos educadores brasileiros, Anísio Teixeira e Paulo Freire, para a educação no país é necessário salientar que Anísio Teixeira enfatiza a importância da educação como ferramenta essencial para a formação de cidadãos aptos a viver em uma sociedade democrática. Ele destaca que o conhecimento adquirido na escola não se limita a um mero acúmulo de informações, mas sim a uma ferramenta para a ação e a transformação do mundo ao seu redor. Nesse sentido, a educação não apenas capacita o indivíduo a lidar com suas próprias necessidades e limitações, mas também o prepara para contribuir de forma significativa para a sociedade em que está

inserido. E, Paulo Freire, defendia que a educação não poderia ser neutra, e sim um instrumento de transformação social. Para ele, o papel do professor não se limitava a transmitir conhecimento, mas sim a instigar o pensamento crítico e a autonomia dos alunos. Seu método, baseado na pedagogia libertadora, visava empoderar os estudantes, incentivando-os a questionar a realidade e a buscar soluções para os problemas sociais. Freire foi um dos mais influentes pensadores da educação do século XX, deixando um legado que continua a inspirar educadores em todo o mundo. Ele continua a ser uma referência para aqueles que buscam uma educação mais democrática e inclusiva.

Referências Consultadas

FREIRE, P. A importância do ato de ler. 23 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. p. 11.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TEIXEIRA, Anísio. Educação para a democracia: introdução à administração educacional. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 263p.

PAGNI, Pedro Angelo. Anísio Teixeira: experiências reflexivas e projeto democrático: a atualidade de uma filosofia da educação. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008 (Coleção Educação e Conhecimento).

https://www.ebiografia.com/paulo_freire/

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/saiba-quem-foi-anisio-teixeira>

<https://www.paulofreire.org>

PARTE II

Educação Infantil e Educação Popular



CONVITE À LEITURA: DICIONÁRIO PAULO FREIRE

*Fernanda dos Santos Paulo
Tamar Gomes de Oliveira Ferreira*

Olá, queridas e queridos cursistas!

Convidamos todos (as) os (as) cursistas a mergulhar no universo da pedagogia freiriana através do “**Dicionário Paulo Freire**”, uma obra que reúne verbetes para entender a abordagem revolucionária de Paulo Freire sobre a educação. Os organizadores do dicionário, Jaime Zitkoski e Danilo Streck, e muitos dos autores dos verbetes estarão no Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire que acontecerá em maio de 2024 na UFRGS.

O “Dicionário Paulo Freire”, é uma obra coletiva organizada por Euclides Redin, Jaime José Zitkoski e Danilo Streck, que visa oferecer uma visão abrangente do pensamento de Paulo Freire, onze anos após sua morte. A última versão é a mais completa (2018), contendo 380 verbetes. Entre os temas explorados, destaca-se o texto “**Educação e Infância**” de Euclides Redin, que ilumina a maneira como Paulo Freire enxergava a infância dentro do contexto educacional.

Euclides Redin foi um destacado educador e acadêmico brasileiro, que deixou um legado significativo na área da Educação, especialmente na Educação Infantil. Graduado em Pedagogia, mestre e doutor em áreas relacionadas à psicologia escolar e desenvolvimento humano, Redin dedicou sua carreira à defesa de uma educação de qualidade, inclusiva e justa para as crianças. Como professor na Universidade Federal de Viçosa e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), ele influenciou gerações de educadores com suas ideias sobre a centralidade da criança nas políticas públicas educacionais e a importância do brincar.

Autor do livro “**O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca**”, Redin destacou-se pela sua abordagem humanista na educação, defendendo uma sociedade que respeitasse os direitos das crianças e promovesse uma educação infantil de qualidade. Sua partida, em 17 de janeiro de 2022, deixou um legado para a continuidade da luta por uma Educação Infantil transformadora.

Retornando ao verbete, o texto destaca a importância da educação desde a pré-escola, o papel das instituições de família e escola, e a necessidade de profissionais da educação infantil preparados científica, física, emocional e afetivamente. Também aborda a questão dos limites na educação, distinguindo entre limites e libertinagem, autoridade e autoritarismo, e a importância de ensinar sem recorrer à violência.

No verbete encontramos as seguintes questões centrais:

1. Educação como Diálogo e Libertação: Paulo Freire elaborou uma teoria revolucionária sobre educação, centrada no diálogo como meio de libertação de qualquer forma de opressão. Ele enfatizou a importância do diálogo com o mundo e com os outros, reconhecendo a necessidade de uma educação que esteja consciente do inacabamento humano, da condição histórica dos indivíduos, e da busca por autonomia e solidariedade existencial.

2. Relação entre Família e Escola: Nas obras “Professora sim, tia não” e “Cartas à Cristina”, Paulo Freire discute a relação entre as instituições família e escola em relação à infância. Ele argumenta que essas instituições não devem se identificar nem se excluir mutuamente, destacando a importância de uma educação infantil que exige profissionais especificamente formados e que não confundam as relações familiares de parentesco com as educacionais.

3. Educação Infantil e Prática Profissional: A introdução do livro “A paixão de conhecer o mundo”, de Madalena Freire, menciona a influên-

cia de Paulo Freire na “Escola da Vila”, refletindo sobre a necessidade de uma prática educativa coerente com o compromisso com a criança pequena. Paulo Freire defende que a educação infantil não é um campo para amadorismo, exigindo dos educadores um preparo científico, físico, emocional e afetivo.

Das obras de Paulo Freire citadas no texto são: 1) “Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar”, 2) “Cartas a Cristina”. Reflexões sobre minha vida e minha práxis”, e 3) “O caminho se faz caminhando. Conversas sobre educação e mudança social” junto com Horton.

Esta leitura é um convite para refletir sobre as práticas pedagógicas e a relação com as crianças no processo educativo, inspirando-se nos princípios freirianos de amor, esperança, alegria e comprometimento com a transformação social. O “Dicionário Paulo Freire” oferece um rico panorama do pensamento de Freire, facilitando o acesso a conceitos-chave para quem deseja aprofundar-se em sua filosofia educacional e aplicá-la na prática.

Não percam a oportunidade de conhecer mais sobre a educação libertadora de Paulo Freire e de explorar as diversas facetas de sua teoria, que continua a influenciar educadores e pensadores em todo o mundo.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo
Tamar Oliveira

CONVITE À LEITURA: “PROFESSORA SIM, TIA NÃO”

Fernanda dos Santos Paulo

Tamar Gomes de Oliveira Ferreira

“Professora Sim, Tia Não: Cartas a Quem Ousa Ensinar”, de Paulo Freire, publicado pela Editora Olho D’Água em 1997, é uma obra importantíssima par nós da Educação Infantil. Ela aborda a profundidade e a complexidade da prática educativa. Composta por dez cartas pedagógicas e uma reflexão sobre a interconexão entre saber e crescer, este livro se destina a educadores (as) que buscam refletir criticamente sobre sua prática, reforçando a importância da educação como um ato de amor, resistência e transformação.

Nas cartas, Paulo Freire navega por temas fundamentais como a relação entre ensinar e aprender, a importância da formação contínua dos educadores, a superação do medo do difícil, a valorização da profissão docente, a importância da humildade, amorosidade, coragem, tolerância e decisão no exercício do magistério. Ele também discute a relação entre educadores e educandos, destacando a importância do diálogo, da democracia e da construção conjunta do conhecimento.

A obra desafia os educadores e educadoras a repensar a disciplina, a liberdade, a identidade cultural na educação e a relação teoria-prática, convidando-os a uma prática educativa que reconheça e valorize a identidade e a cultura dos alunos. Freire enfatiza a necessidade de um compromisso político e ético por parte dos educadores, instigando-os a enfrentar e transformar as realidades opressoras através da educação.

As transcrições destacadas em cada capítulo sintetizam o pensamento freiriano, ressaltando a inseparabilidade entre ensinar e aprender, a necessidade de tratar o magistério com dignidade e a importância da humildade.

Na terceira carta de Paulo Freire discute a importância da carreira docente, criticando a visão de que o magistério pode ser uma opção por falta de alternativas ou um meio temporário enquanto se espera por um casamento. Freire argumenta que a prática educativa é uma responsabilidade séria, que lida com a formação de seres humanos e tem um impacto significativo no processo de conhecimento dos educandos. Ele enfatiza que a competência, a preparação científica e a responsabilidade dos educadores são cruciais para o sucesso dos alunos e para a contribuição à sociedade.

Freire também aborda a questão da valorização profissional dos educadores, destacando a necessidade de lutar por salários dignos e condições de trabalho justas, para que a educação possa desempenhar seu papel fundamental na transformação social. Ele critica a redução da figura do professor à de um familiar (tia/tio), que desvaloriza a profissão e compromete a luta por direitos. Algumas citações notáveis desta carta merecem ser lidas:

- “A prática educativa, pelo contrário, é algo muito sério. Lidamos com gente, com crianças, adolescentes ou adultos.”

- “Devemos assumir com honradez nossa tarefa docente, para o que a nossa formação tem que ser levada em conta rigorosamente.”

- “Tenho certeza de que um dos saberes indispensáveis à luta das professoras e professores é o saber que devem forjar neles, que devemos forjar em nós próprios, da dignidade e da importância de nossa tarefa.”

- “É urgente que o magistério brasileiro seja tratado com dignidade para que possa a sociedade esperar dele que atue com eficácia e exigir tal atuação.”

- “Nenhuma nação se afirma fora dessa louca paixão pelo conhecimento, sem que se aventure, plena de emoção, na reinvenção constante de si mesma, sem que se arrisque criadoramente.”

Através desta carta, Paulo Freire ressalta a seriedade da educação como profissão, a importância do comprometimento dos educadores com sua formação e prática, e a necessidade de uma luta constante por reconhecimento e valorização profissional.

Assim, “Professora Sim, Tia Não” é um convite à reflexão e à ação, reafirmando que a tarefa de educar é complexa, desafiadora e, acima de tudo, uma expressão de compromisso com a transformação social. Este livro é um guia valioso para todos que se dedicam à educação, oferecendo reflexões profundos sobre como se tornar um educador mais consciente, reflexivo e eficaz, capaz de contribuir significativamente para a construção de um mundo mais justo e humano.

Com carinho,
Fernanda Paulo
Tamar Oliveira

Referências

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho D’água, 1993.

PAULO, Fernanda dos Santos. Aulas com cartas pedagógicas: educação popular e educadores sociais. Porto Alegre: Livrologia, 2023.

VALORIZAÇÃO DOCENTE NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMUNITÁRIAS

*Fernanda dos Santos Paulo
Tamar Gomes de Oliveira Ferreira
Tânia Regina Oliveira Graziadei*

Prezados(as) colegas,

Nos propomos, através desta Carta Pedagógica, a compartilhar reflexões e sistematizações de nossas experiências, estudos e lutas pela valorização docente nas Escolas Comunitárias de Educação Infantil (ECEI) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul via Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). Este texto é fruto de um esforço coletivo e participativo, que busca não apenas reconhecer os avanços conquistados, mas também apontar os limites enfrentados e os desafios a serem superados na busca por uma educação infantil comunitária de qualidade, que reconheça e valorize adequadamente o trabalho docente.

Com grande satisfação, destacamos conquistas significativas resultantes de nossas mobilizações e esforços coletivos. A criação e consolidação da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e o desenvolvimento de cursos de formação específicos para educadores(as) das ECEI, financiados por verbas públicas federais e estadual, representam avanços importantes. Tais iniciativas não apenas fortaleceram a capacitação profissional, mas também reafirmaram a importância do reconhecimento da docência nas ECEI.

Apesar dos avanços, enfrentamos limitações estruturais e políticas que comprometem a valorização docente plena. A persistência do regime de Parceria Público-Privada (PPP) implica em desafios contínuos, tais como a inadequação dos recursos financeiros destinados às ECEI, que impactam diretamente nas condições de trabalho e na remuneração das educadoras. Ademais, a falta

de um plano de carreira específico para os profissionais da educação infantil comunitária evidencia a desvalorização sistemática desses trabalhadores.

Reconhecemos a necessidade de enfrentar desafios políticos, pedagógicos e educativos para avançar na valorização docente. Entre eles, destaca-se a urgência de reformular as políticas de Parceria Público-Privada (PPP), garantindo investimentos adequados que contemplem salários dignos, formação continuada e condições de trabalho que reconheçam as educadoras como verdadeiras profissionais da educação. Além disso, é fundamental ampliar o diálogo com a comunidade e com os movimentos sociais, a fim de fortalecer a mobilização pela educação infantil comunitária de qualidade.

Concluimos esta carta reafirmando nosso compromisso com a luta pela educação infantil de qualidade e pela valorização de seus profissionais. Acreditamos que, por meio da união, mobilização e formação continuada, podemos superar os desafios existentes e construir um futuro em que a educação infantil comunitária seja reconhecida como um direito fundamental das crianças e um espaço de valorização do trabalho docente. Seguiremos esperançosos e ativos, inspirados pelas palavras de Paulo Freire: “Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero”.

Juntos, continuaremos nossa jornada em prol de uma educação infantil comunitária que seja, verdadeiramente, inclusiva, emancipatória e valorizadora do trabalho docente.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo
Tamar Oliveira
Tania Graziadei

CARTA PEDAGÓGICA EM ÁUDIO: A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tamar Gomes de Oliveira Ferreira

Prezados educadores e educadoras,

Espero que esta Carta Pedagógica gravada em áudio os encontre bem. Gostaria de compartilhar com vocês uma reflexão sobre a importância da prática da Educação Popular na primeira etapa da Educação Básica, mais especificamente na educação infantil. A Carta Pedagógica destaca a diversidade das crianças e a necessidade de uma abordagem inclusiva e respeitosa no ambiente escolar, bem como a importância da observação atenta da realidade cultural e das condições de vida das crianças.

Além disso, a carta ressalta a importância de promover experiências nas quais as crianças possam observar, manipular e explorar o mundo ao seu redor, estimulando-as a levantar hipóteses, buscar informações e construir e socializar saberes.

Também é mencionada a metodologia da Educação Popular, que nos convida a planejar de forma horizontal, dialógica, ética, amorosa e solidária, colocando as crianças como sujeitos ativos na construção de novos conhecimentos.

Espero que essa reflexão também ressoe em vocês, e que possamos juntos buscar práticas pedagógicas cada vez mais inclusivas e transformadoras.

Atenciosamente,
Tamar Oliveira

FONTE: <https://www.youtube.com/watch?v=uAUpKsBObR8>

CONVITE À LEITURA: PAULO FREIRE, EDUCAÇÃO POPULAR E INFÂNCIAS

*Fernanda dos Santos Paulo
Tamar Gomes de Oliveira Ferreira*

O primeiro artigo é de **Walter Omar Kohan**, intitulado como **“Paulo Freire: Outras Infâncias para a Infância”**, o qual discute as contribuições de Paulo Freire à compreensão da infância, explorando como a infância, embora não central em sua obra, desempenha um papel significativo em seu pensamento educacional.

Walter Omar Kohan analisa a representação da infância nas reflexões autobiográficas de Freire, particularmente em **“Cartas a Cristina”**, além de outras obras onde Freire aborda sua concepção de infância. Kohan destaca que para Freire, a infância vai além de uma fase cronológica, representando uma força substancial que persiste mesmo em contextos revolucionários.

Freire, através de suas experiências pessoais e profissionais, apresenta uma **visão da infância como um estado de ser permeado por curiosidade, inquietação, e um desejo de transformação**. Este entendimento transborda a ideia convencional da infância como uma etapa de desenvolvimento, para configurá-la como uma disposição vitalícia para o aprendizado, a pergunta e a mudança.

A análise de Kohan sugere que, para Freire, preservar a “meninice” é essencial não apenas na educação infantil, mas como um princípio educacional geral que deve orientar a prática pedagógica em todas as idades. Este princípio reflete uma crença na capacidade humana de renovação e na educação como um caminho para a emancipação.

Por fim, o artigo também examina as cartas de Freire a sua sobrinha Nathercinha, publicadas recentemente, que revelam um lado pessoal de Freire e

seu compromisso contínuo com os valores da infância. Estas cartas reforçam a ideia de que a infância, para Freire, não é apenas uma fase da vida, mas uma postura diante do mundo, caracterizada pela abertura, pela esperança e pelo compromisso com a transformação social.

Em suma, Kohan destaca a importância da infância no pensamento de Paulo Freire, não só como um tema de sua obra, mas como uma metáfora poderosa para a aprendizagem e a mudança social. Este artigo contribui para uma compreensão mais profunda da pedagogia freiriana, evidenciando a centralidade da infância como um estado de ser que impulsiona a curiosidade, a criatividade e a capacidade de sonhar e transformar a realidade.

O segundo artigo é denominado como **“Educação Popular e Infância: princípios, concepções e práticas educativas”**, da autora **Vilma Ribeiro de Almeida** e do autor, **Romilson Martins Siqueira**.

O texto aborda a intersecção **entre Educação Popular e Infância**, destacando a importância da prática educativa como um processo de humanização que promove a formação integral da criança. Enfatiza-se que tanto a Educação Popular quanto a infância são construídas historicamente e são fundamentais para a compreensão da cultura, formação ética, política e humana. A Educação Popular tem seus princípios fundamentais, os quais são: dialogicidade, cidadania crítica, consciência e autonomia – os quais atendem às necessidades específicas da infância, reconhecendo crianças como sujeitos ativos de direitos.

O Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC) é destacado como exemplo de prática educativa que incorpora os valores da Educação Popular, focando no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos e promovendo sua participação ativa na sociedade. Discute-se a tensão entre o proclamado e o efetivado em termos de direitos, cidadania e participação, sublinhando a necessidade de uma educação que efetivamente reconheça e valorize a voz e a participação das crianças.

O texto argumenta que a efetivação dos direitos das crianças passa por uma prática educativa que as reconheça como sujeitos de direitos e promova

sua participação ativa na sociedade. Isso requer uma revisão crítica das práticas educativas e dos papéis dos adultos, em favor de uma abordagem mais dialógica e colaborativa que rompa com práticas decorativas de participação e avance em direção a uma participação protagonista.

Em síntese, a conexão entre Educação Infantil e Educação Popular, conforme apresentada no texto, implica em repensar a educação das crianças a partir de uma perspectiva que valoriza sua capacidade de participar, sua condição como sujeitos de direitos e a necessidade de uma educação que seja verdadeiramente transformadora e crítica, alinhada aos princípios da Educação Popular. Isso demanda um compromisso com práticas educativas que promovam a emancipação, a participação ativa e o reconhecimento das crianças como atores sociais capazes de contribuir para a transformação de suas realidades.

Por fim, desejamos que estas indicações de leituras contribuam para que possamos continuar estudando este tema, tão importante para todos e todas nós.

Atenciosamente,
Fernanda Paulo e Tamar Oliveira

Referências

ALMEIDA, Vilma Ribeiro de; SIQUEIRA, Romilson Martins. Educação Popular e Infância: princípios, concepções e práticas educativas. **Revista Educação**, [S.l.], v. 43, n. 3, p. e39376, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/39376/html>.

KOHAN, Walter Omar. Paulo Freire: Outras Infâncias para a Infância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e199059, 2018.

EDUCAÇÃO INFANTIL: ENSINAR EXIGE ALEGRIA E ESPERANÇA

Tamar Oliveira

Caras educadoras e educadores populares:

Esta carta servirá como norte do nosso encontro de formação no grupo de watts da AEPPA, com o tema “A Prática da Educação Popular na primeira etapa da Educação Básica”, a Educação Infantil.

“São duas crianças lindas, mas são muito diferentes! Uma é toda desdentada, a outra é cheia de dentes... Uma anda descabelada, a outra é cheia de pentes! Uma delas usa óculos e a outra só usa lentes. Uma gosta de gelados, a outra gosta de quentes. Uma tem cabelos longos, a outra corta eles rentes. Não queira que sejam iguais, aliás nem mesmo tentes! São duas crianças lindas, mas são muito diferentes!” (Ruth Rocha).

Com base nas leis nas normativas pra Educação Infantil sabemos que esta etapa tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 06 anos, em todos os aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. No que diz respeito a função da escola ela precisa promover experiências as quais as crianças possam observar, manipular, investigar, e explorar o mundo ao seu redor com curiosidade para que levantem hipóteses, busquem por informações e assim acontece a construção e socialização de saberes. (Art. 29 da LDB). A lei 12.796/2013 estabelece que a educação infantil contempla crianças de 4 e 5 anos na pré-escola.

Sabendo e temos orientações para o acontecer de troca de saberes, trago que aqui o que a metodologia da Educação Popular nos aponta enquanto profissionais da educação infantil como prática inclusiva e respeitosa: a observação atenta da realidade cultural e realidade do território, da condição de vida, isto

para que possamos planejar, identificar as necessidades das crianças, definir recursos e definir objetivos claros de troca de saberes entre os educandos e educadores.

O nosso papel enquanto educador popular é estimular, é oferecer, fornecer, organizar, socializar condições para que os educandos sejam sujeitos na construção de novos conhecimentos e nas trocas de seus saberes. Encerro com esta pergunta: **Como planejar pautando a prática da Educação Popular como metodologia horizontal, dialógica, ética, amorosa, solidária, e de transformação?**

“Ser criança é dureza, todo mundo manda em mim. Se pergunto o motivo, respondem “porque sim”. Isso é falta de respeito, “porque sim” não é resposta, atitude autoritária coisa que ninguém gosta! Adulto deve explicar para criança compreender esses “podes” e “não podes” Pra aceitar sem ofender! Criança exige carinho, e sim! Consideração! Criança é gente, é pessoa, não é bicho de estimação! (Tatiana Belinky).

Um abraço,

Referências

BELINK, Tatiana. Ser criança é uma dureza. Disponível em <https://www.pensador.com/frase/NjM2Mzcz/>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394.pdf>

ROCHA, Ruth. Pessoas são diferentes. Disponível em: <https://www.tudoepoema.com.br/ruth-rocha-pessoas-sao-diferentes/>

CARTA PEDAGÓGICA – EDUCAÇÃO COMO ATO DE AMOR: REFLEXÕES NA CRIARTE

Ana Cristina Martins Machado

Porto Alegre, 17 de março de 2023.

Caros educadores (as),

Escrevo esta carta pedagógica para compartilhar parte da minha história na educação, enraizada na crença profunda de que o aprendizado vai além das salas de aula e dos livros didáticos. Meu engajamento com a Associação de Moradores do Parque dos Maias (ACOMPAR), especificamente na brinquedoteca Criarte, na zona norte de Porto Alegre, tem sido uma experiência de imenso crescimento, aprendizado e gratidão.

Neste projeto voluntário de contação de histórias, tenho a alegria de interagir com crianças de 7 a 10 anos, que, de outra forma, estariam sozinhas em casa no contraturno escolar devido às exigências de trabalho de seus pais. Essas crianças, situadas em contextos de vulnerabilidade, encontram na Criarte um espaço acolhedor e estimulante.

O coração do nosso projeto pulsa com o objetivo de acolher essas crianças através de histórias que não apenas entretêm, mas que também semeiam reflexões sobre questões cotidianas críticas, como o cuidado com o meio ambiente, a importância do respeito à diversidade, o valor da cooperação, entre outros. Inspirados pelo método freiriano, fomentamos um ambiente de aprendizado participativo e interativo, onde as crianças não são meras receptoras do conhecimento, mas co-criadoras ativas de sua própria aprendizagem.

Após a imersão nas histórias, mergulhamos em brincadeiras temáticas que refletem o assunto discutido, promovendo um aprendizado lúdico e significativo. É visivelmente emocionante testemunhar a antecipação e alegria das

crianças a cada encontro, uma evidência clara do vínculo afetivo e do impacto positivo das atividades planejadas. Esses momentos de alegria e acolhimento reafirmam a importância de nossa missão e o poder transformador da educação.

Ser recebida com abraços carinhosos pelas crianças a cada visita é um lembrete palpável do amor e da conexão que permeiam nosso espaço de aprendizado. Essas interações me enchem de gratidão e reforçam minha convicção na visão de Paulo Freire, que sabiamente observou que “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p.23).

Walter Kohan no livro “Paulo Freire: um menino de 100 anos” revela-se uma profunda admiração e investigação filosófica sobre Paulo Freire. Destaca ideias de Paulo Freire de uma pedagogia renovada que valoriza a curiosidade, o amor, e a constante busca por justiça e igualdade, sob uma perspectiva filosófica que entrelaça vida, arte e educação.

Kohan explora as dimensões filosóficas da obra de Freire, especialmente através dos conceitos de vida, igualdade, amor, errância e infância, sugerindo uma leitura de Freire não apenas como educador, mas como um filósofo da emancipação. O que escreve Kohan (2021) faz sentido para a minha experiência na Criarte.

Esta experiência reitera a crença de que a educação é um ato de amor e um caminho para a emancipação. Ao compartilhar essa história com vocês, espero inspirar uma reflexão sobre o potencial da educação como ferramenta de transformação social e pessoal.

Com gratidão e esperança,
Ana Cristina Martins Machado

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KOHAN, Walter Omar. **Paulo Freire**: um menino de 100 anos. 1 ed. - Rio de Janeiro: NEFI, 2021.

CARTA PEDAGÓGICA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO SUS (PNEPS-SUS)

*Fernanda dos Santos Paulo
Edimar Fonseca da Fonseca*

Porto Alegre, outubro de 2024.

Queridas educadoras e queridos educadores,

É com grande alegria e senso de responsabilidade que apresentamos à nossa reflexão a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), instituída pela Portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013. Essa política é uma importante conquista da luta pela democratização da saúde e pela valorização dos saberes populares, especialmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

A PNEPS-SUS reafirma os princípios fundamentais do SUS, como a universalidade, a equidade e a integralidade, mas avança ao propor uma prática político-pedagógica que valoriza o diálogo entre diferentes saberes, a ancestralidade, e o protagonismo das comunidades populares. Essa política nos convida a construir uma Educação Popular em saúde alicerçada em princípios como diálogo, amorosidade, problematização, construção compartilhada do conhecimento, emancipação e compromisso com um projeto democrático e popular.

Mas por que a PNEPS-SUS é tão importante? Ela reconhece que a saúde é construída a partir da participação da sociedade, promovendo um espaço de troca entre os saberes técnico-científicos e os saberes populares. Mais do que uma política de saúde, a PNEPS-SUS é um projeto de transformação social que nos desafia a pensar o cuidado e a educação como práticas dialógicas e emancipatórias.

Entre seus eixos estratégicos, destaca-se o fortalecimento da participação popular, a promoção de ações formativas e comunicativas, o reconhecimento das práticas populares de cuidado e a valorização da intersetorialidade e dos diálogos multiculturais. Essas diretrizes apontam para a construção de um SUS mais inclusivo, sensível às diferenças culturais e atento às demandas das comunidades.

A PNEPS-SUS não é apenas uma política pública, mas um chamado à ação coletiva com base na Educação Popular. Ela nos lembra que o direito à saúde só se concretiza plenamente quando os sujeitos populares são protagonistas em sua construção. Como nos ensina Paulo Freire, a educação é um ato político, e é por meio dela que podemos transformar nossas práticas de cuidado e fortalecer os vínculos entre o SUS e as comunidades.

Que essa carta inspire cada um de nós a atuar com coragem, amorosidade e compromisso em prol de uma saúde mais humana, inclusiva e transformadora.

Com esperança,

Fernanda Paulo
Edimar Fonseca

CARTA PEDAGÓGICA: EXPLORANDO O LEGADO DE PAULO FREIRE

*Fernanda dos Santos Paulo
Edimar Fonseca da Fonseca*

Porto Alegre, setembro de 2024.

Queridas educadoras e queridos educadores,

Escrevemos a vocês inspirados pela trajetória de Paulo Freire, um dos maiores educadores de nossa história, cuja obra continua a iluminar caminhos de transformação social, cultural e política. Esta Carta Pedagógica além de ser um convite para refletirmos juntos sobre as contribuições fundamentais de Freire, é material a ser utilizado em cursos realizados na AEPPA junto a UFRGS. Apresentaremos algumas das obras revisitadas com apontamentos que servirão de ponto de partida para leituras e estudos.

Freire nos ensina que a educação nunca é neutra; é sempre um ato político. Desde sua obra inaugural, **Educação como Prática da Liberdade (1967)**, Freire plantou as sementes de uma pedagogia libertadora, introduzindo conceitos como **educação bancária**, **diálogo** e **conscientização**. Ele nos desafiou a ver a educação como prática da liberdade, onde educadores e educandos constroem juntos novos horizontes de possibilidades.

A **Pedagogia do Oprimido (1970)**, talvez sua obra mais emblemática, nos convoca a reconhecer as relações de opressão e a transformá-las por meio da ação e reflexão. Freire nos lembra que educar é permitir que os oprimidos se reconheçam como sujeitos de sua própria história, rompendo com estruturas de poder que os aprisionam.

Sua obra **Ação Cultural para a Libertação (1975)** nos mostra que a cultura é central na educação. Freire vê na cultura um campo de luta, um espaço

onde o diálogo pode florescer e onde a transformação se torna possível. Ele nos ensina a valorizar a ancestralidade e os saberes populares como parte essencial do processo educativo.

Como educadores, precisamos incorporar esses princípios em nossas práticas cotidianas. Freire, em **Professora Sim, Tia Não (1993)**, nos alerta para o perigo de infantilizar nossos educandos. Ele nos convoca a ser facilitadores de aprendizagem, promovendo relações horizontais baseadas no respeito e no diálogo, essenciais para o fortalecimento da autonomia.

Obras como **à Sombra Desta Mangueira (1995)** e **Cartas a Cristina (1994)** nos revelam o lado humano e sensível de Freire. Ele nos convida a enxergar a educação como um ato amoroso, impregnado de esperança, como reflete em **Pedagogia da Esperança (1992)**. Para Freire, a esperança não é um ato passivo, mas sim uma força ativa que nos move em direção à transformação.

Queridos colegas, ao revisitarmos o legado de Freire, somos convidados a renovar nosso compromisso com uma educação crítica, inclusiva e transformadora. Precisamos, como ele, abraçar a pedagogia como um espaço de luta, esperança e libertação.

Que possamos continuar inspirados por seu exemplo, buscando sempre fazer da educação um ato de resistência, amorosidade e emancipação.

Com esperança,

Fernanda Paulo
Edimar Fonseca

CARTA PEDAGÓGICA: EXPLORANDO OBRAS DE PAULO FREIRE A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR CRÍTICA E REFLEXIVA

*Fernanda dos Santos Paulo
Edimar Fonseca da Fonseca*

Porto Alegre, setembro de 2024.

Caro educador, cara educadora,

É com grande entusiasmo que escrevemos esta Carta Pedagógica, inspirada pela profunda trajetória de estudos de obras de Paulo Freire. Paulo Freire, em seus textos nos apresenta conceitos que contribuem para a educação escolar, educação não escolar, políticas públicas e para a vida.

Desde “Educação como Prática da Liberdade” até a “Pedagogia da Autonomia”, Freire desenvolve um diálogo constante entre teoria e prática, visando sempre a emancipação humana. Seus escritos, que incluem “Pedagogia do Oprimido” e “Ação Cultural para a Liberdade”, entre outros, ressaltam a importância do diálogo e da problematização como ferramentas essenciais para a transformação social.

Ao estudar “Ação Cultural para a Liberdade”, observamos como Freire dialoga com diversos pensadores, de Karl Marx a Erich Fromm, e aborda conceitos como a “educação bancária” e a “conscientização”. Cada conceito serve como um elo em uma corrente de pensamento que busca não apenas informar, mas transformar o educando em um sujeito crítico e ativo em sua realidade.

O trecho de Marx citado por Freire em “Ação Cultural para a Liberdade”, ilustra a capacidade humana de planejar e projetar, distinguindo nossas ações das ações instintivas dos animais. Isso nos lembra que o trabalho humano é, em essência, uma atividade criadora e transformadora, e que a educação deve

ser orientada para cultivar essa capacidade de transformação nos educandos de modo crítico.

A atividade política e educativa que você, como educador (a), assume ao inspirar-se em Freire é a de criticar todo tipo de educação opressora, alienante e produtora de desigualdades sociais. Pois ao adotar uma abordagem da Educação Popular crítica e reflexiva, você convida seus estudantes a se engajarem ativamente na construção de conhecimento verdadeiramente transformador.

Acreditamos que, ao integrar esses princípios da Educação Popular crítica e reflexiva em sua prática pedagógica, você estará não apenas honrando o legado de Paulo Freire, mas também contribuindo significativamente para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e consciente. Este é um dos caminhos para uma educação que respeita e valoriza a diversidade e a capacidade de cada pessoa de contribuir para a mudança social.

Com carinho

Fernanda Paulo
Edimar Fonseca

CARTA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE “AÇÃO CULTURAL PARA A LIBERDADE”

Fernanda dos Santos Paulo

Edimar Fonseca da Fonseca

Porto Alegre, setembro de 2024.

Prezados Trabalhadores (as) Sociais,

É com imensa satisfação que compartilhamos algumas reflexões inspiradas na obra «Ação Cultural para a Liberdade» de Paulo Freire. Este texto seminal nos oferece uma visão política, humanizadora e crítica sobre a alfabetização de adultos como um processo intrínseco de conscientização e libertação, contrapondo-se à visão reducionista que a trata meramente como um depósito de palavras.

Freire enfatiza a importância do diálogo e da problematização da realidade, ferramentas didático-política, metodológica e pedagógica essenciais para uma educação que busca ensinar para transformar. A “cultura do silêncio”, que restringe a expressão e o pensamento crítico das classes oprimidas, é desafiada através da Educação Popular, uma concepção que valoriza a voz e a experiência das pessoas, colocando em diálogo com diferentes saberes.

Como educadores (as) e agentes de mudança social, somos chamados a mediar este processo de conscientização, promovendo uma educação libertadora, seja na escola ou fora dela. Isso requer de nós uma postura crítica e reflexiva, capaz de incentivar nossos estudantes a se engajarem criticamente com o mundo à sua volta.

Incorporar estas práticas em nosso trabalho diário significa contribuir para a transformação social,

Atenciosamente,

Fernanda Paulo e Edimar da Fonseca.

CONVITE À LEITURA E ESTUDOS DE OBRAS DE PAULO FREIRE

Fernanda dos Santos Paulo

Edimar Fonseca da Fonseca

Porto Alegre, setembro de 2024.

Prezados (as) interessados (as) em estudos freirianos,

É com grande entusiasmo que convidamos vocês a embarcar num cronograma de estudos dos escritos de Paulo Freire, começando com sua obra emblemática, “Pedagogia do Oprimido”. Este texto não apenas desafia as estruturas tradicionais de educação, mas também nos instiga a repensar a relação entre educação, sociedade, trabalho e libertação.

Freire propõe uma pedagogia centrada no diálogo e na conscientização, que transcende a transferência unidirecional de conhecimento e se torna um ato de criação conjunta. Seu método, que combina reflexão crítica com ação, visa emancipar tanto educadores (as) quanto educandos, transformando-os em agentes de mudança social.

Neste contexto, a “Pedagogia do Oprimido” é mais do que um livro: é um convite à transformação. Freire desconstrói a “educação bancária”, que vê os (as) estudantes como recipientes passivos, e celebra uma educação que é dinâmica e situada, enraizada nas experiências e desafios da vida real dos educandos.

Ao se aprofundar neste texto, você será desafiado a questionar e a refletir sobre sua própria prática educativa e seu papel no mundo. Freire nos ensina que a educação é um ato de amor e coragem, um compromisso com a libertação que começa, mas não termina, na sala de aula.

Convidamos cada um de vocês a se juntar a este diálogo, explorando não apenas “Pedagogia do Oprimido”, mas também outras obras de Freire, como

“Educação como Prática da Liberdade” e “Extensão ou Comunicação?”. Cada texto é um convite para transformar o teórico em prática, o pensamento em ação. Juntos, podemos construir a Educação Popular nos espaços institucionais e não institucionais.

Espero que aceitem este convite com entusiasmo e que juntos possamos aprender, questionar e transformar. Vamos embarcar nesta caminhada de descoberta e mudança com Paulo Freire como nosso mediador e inspirador.

Atenciosamente,

Fernanda Paulo e Edimar da Fonseca.

PARTE III

Educação não Escolar, Pedagogia Social, Educação Social de Rua e Educação Social



CONVITE À LEITURA: PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Fernanda dos Santos Paulo

Bogotá, 02 de janeiro de 2024.

Prezados colegas, pesquisadores, estudantes e interessados na área da educação,

É com grande entusiasmo que apresento reflexões baseadas em um artigo denominado **“As relações entre a pedagogia social e a educação popular no Brasil”** de Érico Ribas Machado que trata da sua dissertação intitulada **“A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira”**, concluída em 2010. Este estudo nos oferece um olhar aprofundado sobre a Pedagogia Social e sua interconexão com a Educação Popular no Brasil, uma relação histórica e conceitual de grande relevância para o desenvolvimento educacional e social do país.

A pesquisa de Machado destaca que as raízes da Pedagogia Social no Brasil estão intrinsicamente ligadas às origens da Educação Popular. No início do século XX, esses conceitos estavam associados à democratização do ensino escolar para a população, um objetivo vital em um contexto onde grande parte dos brasileiros não tinha acesso à educação formal. Ao longo dos anos, ambos os campos evoluíram, adaptando-se às mudanças socioeconômicas e políticas, mas sempre mantendo o foco nos processos educativos em contextos variados.

A Educação Popular, particularmente influenciada pelas ideias de Paulo Freire, emergiu como uma força poderosa nos anos 60, com um forte enfoque na participação política e na conscientização crítica das massas. Em contraste, a Pedagogia Social, reemergindo nos anos 2000, busca formalizar e profissionalizar a educação em contextos diversos, estendendo-se além dos limites tradicionais da sala de aula.

Interessantemente, as ideias de **Paulo Freire**, um representante da **Educação Popular brasileira**, encontram paralelos com o pensamento de **Paul Natorp**, filósofo alemão considerado o pai da **Pedagogia Social**. Ambos enfatizam a importância da educação como um processo comunitário e social, onde indivíduos se educam em comunhão e através da interação com o mundo.

Recentemente, tanto a Pedagogia Social quanto a Educação Popular têm enfrentado novos desafios e adaptações. Com uma sociedade em rápida transformação, há uma necessidade crescente de abordagens educacionais que transcendam métodos tradicionais e atendam às demandas emergentes. Esta dissertação ilustra como ambos os campos estão respondendo a essas mudanças e busca uma linguagem e prática que correspondam às realidades atuais.

Esse texto discute a evolução histórica e as relações entre a Pedagogia Social e a Educação Popular no Brasil, destacando suas origens, fundamentos e transformações ao longo do tempo. Dois conceitos-chave apresentados no texto são:

Educação Popular: Originalmente associada à instrução elementar generalizada para a população e à erradicação do analfabetismo no início do século XX, a Educação Popular evoluiu ao longo do tempo. Nas décadas de 1960 e 1970, ganhou um novo significado ligado à conscientização política e à emancipação social. Paulo Freire foi uma figura central neste movimento, enfatizando a educação como um processo dialógico e crítico, voltado para a transformação social e a liberação tanto dos oprimidos quanto dos opressores.

Pedagogia Social: Inicialmente entendida como uma tentativa de democratização do acesso à educação e formação de uma sociedade ordenada, a Pedagogia Social foi influenciada pelas ideias de Paul Natorp. Natorp via a educação do indivíduo condicionada socialmente e a pedagogia como uma ciência social interligada ao direito e à economia. Atualmente, a Pedagogia Social no Brasil busca reconhecimento como área de formação, pesquisa e atuação profissional, lidando com processos educativos em vários contextos e desafiando concepções pedagógicas tradicionais.

Ambos os campos, Educação Popular e Pedagogia Social, passaram por transformações significativas em suas concepções ao longo do tempo, adaptando-se a contextos políticos, sociais e econômicos em mudança. Atualmente, há uma busca por novas fundamentações e práticas que respondam às necessidades contemporâneas de uma sociedade em rápida transformação. A Educação Popular é reconhecida por seu papel na formação crítica e transformadora, enquanto a Pedagogia Social busca legitimar-se como uma área profissional e acadêmica distinta, com ênfase na educação em diversos espaços sociais. Ambas compartilham um compromisso com a educação que é socialmente relevante, inclusiva e transformadora.

A contextualização histórica e conceitual da Pedagogia Social e da Educação Popular no Brasil, conforme delineada por Machado, é um importante texto para a área da educação. Encorajo todos a refletir sobre como esses conceitos e os convido a ler o texto na sua íntegra.

Atenciosamente,

Fernanda Paulo
Educadora popular e professora

Referências

MACHADO, Érico Ribas. As relações entre a pedagogia social e a educação popular no Brasil. **Congr. Intern. Pedagogia Social**, Julho, 2012. Disponível em: Congresso Internacional de Pedagogia Social - As relações entre a pedagogia social e a educação popular no Brasil (scielo.br). Acesso 02 de janeiro de 2024.

CONVITE À LEITURA: PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR

Fernanda dos Santos Paulo

Bogotá, 02 de janeiro de 2024.

Prezados colegas e estudantes,

É com grande satisfação e um senso de responsabilidade que me dirijo a vocês para discutir as contribuições apresentadas pelo artigo de José Leonardo Rolim de Lima Severo, intitulado “**Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas**”, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Esta carta pedagógica busca sintetizar e refletir sobre as principais contribuições do artigo, enfatizando sua relevância para todos nós comprometidos com a educação em suas diversas formas.

O artigo de Severo explora o conceito de **educação não escolar** (ENE) e sua significância emergente no panorama educacional contemporâneo. Ao reconhecer a **pedagogia como ciência da educação**, o autor não apenas discute o escopo e as implicações da ENE, mas também a coloca como um terreno fértil para práticas pedagógicas inovadoras. Essa abordagem se torna cada vez mais relevante em uma era caracterizada pela globalização, novas racionalidades educativas e demandas por aprendizagem ao longo da vida.

O artigo começa destacando como as dinâmicas sociais contemporâneas, impulsionadas por fatores econômicos, políticos, culturais e tecnológicos, têm ampliado os horizontes educacionais para além da instituição escolar. A “**sociedade pedagógica**” descrita por Beillerot, onde o desejo de ensinar e aprender se intensifica, nos desafia a reconhecer e valorizar a pluralidade das práticas educativas.

Severo define a ENE como um conjunto de práticas educativas que ocorrem fora do ambiente escolar tradicional. Estas práticas, que podem ser formais, não formais ou informais, representam respostas às necessidades formativas de indivíduos inseridos em contextos diversos e muitas vezes complexos.

O texto se aprofunda na diferenciação entre **educação formal, não formal e informal**, esclarecendo as características e relações entre essas categorias. A educação não formal, em particular, é discutida como a manifestação mais usual de práticas educativas não escolares, sendo flexível e adaptável a uma variedade de contextos e demandas.

Um dos pontos fundamentais do artigo é a discussão sobre como transformar práticas educativas não escolares em práticas pedagógicas propriamente ditas. Severo argumenta que isso é possível através da reflexão e ação pedagógica que imprimem sentidos e direções aos processos educativos, considerando os contextos e as intencionalidades que as permeiam.

O autor não ignora os desafios enfrentados pela ENE, especialmente no que se refere ao seu reconhecimento e valorização dentro do sistema educacional mais amplo. No entanto, ele também vê a ENE como um espaço de oportunidades significativas para inovação pedagógica e desenvolvimento de práticas educativas que respondam de maneira mais efetiva e inclusiva às necessidades dos aprendizes em diversos contextos.

Ressalta a importância e a urgência de expandirmos nossa compreensão e abordagem da educação para incluir **práticas pedagógicas não escolares**. Como educadores, pesquisadores e entusiastas da educação, somos chamados a explorar, reconhecer e valorizar a riqueza de aprendizagens que ocorrem fora dos limites da educação em seu sentido tradicional. Isso implica não só em reconhecer a legitimidade e a importância da ENE, mas também em trabalhar ativamente para integrar essas práticas no panorama educacional mais amplo, garantindo que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades educacionais ricas, diversificadas e significativas.

Severo discute o conceito de sociedade pedagógica, enfatizando a necessidade crescente de ensinar e aprender em diversos contextos; também, destaca o papel da ENE na aprendizagem ao longo da vida, argumentando que ela pode atender a necessidades contextuais e atuar como um catalisador para a articulação de saberes.

Por fim, Severo destaca a importância de transformar **práticas educativas não escolares em práticas pedagógicas por meio da reflexão e ação baseadas em conhecimento pedagógico**. Isso envolve reconhecer as condições específicas de cada contexto educativo e estruturar as práticas de maneira a alcançar objetivos educacionais mais amplos e significativos. **O autor conclui ressaltando a necessidade de maior institucionalização, reconhecimento e regulação da ENE para garantir a qualidade e eficácia de suas práticas e processos.**

Encorajo todos vocês a refletirem sobre essas questões e a considerarem como podemos, individual e coletivamente, contribuir para uma visão mais inclusiva e abrangente da educação.

Atenciosamente,

Fernanda Paulo

Referências

SEVERO, J. L. R. de L. Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez. 2015.

CARTA PEDAGÓGICA: A JORNADA DE UMA EDUCADORA SOCIAL

Eleonora França Teixeira

Porto Alegre, 16 de março de 2023.

Salve Guerreiro ou Guerreira,

Com o mesmo fervor de uma iniciante, recordo minha primeira incursão no campo da educação social. Cheguei com olhos bem abertos, coração acelerado, respiração agitada, observando atentamente o ambiente, um sorriso acanhado nos lábios e o firme desejo de desempenhar um papel transformador na vida dos jovens engajados em um projeto social.

Não foi sem um certo temor e insegurança que me apresentei, ponderando a possibilidade de não ser acolhida tanto pelos jovens quanto pela comunidade. Iniciei a interação da mesma forma que você: apresentando-me, compartilhando minhas experiências profissionais e explicando minha abordagem ao trabalho. Enfatizei minha crença na força, no potencial e na capacidade de superação da juventude. Em seguida, ouvi com atenção e respeito cada um dos jovens e suas expectativas para o projeto.

Ao fazer os cursos da AEPPA descubro que a “metodologia da Educação Popular, por exemplo, prioriza uma escuta genuinamente comprometida e um cuidado atento ao desenvolvimento integral de cada educando.” (PAULO, 2023, p. 67) e que eu fiz isso na minha experiência. Nos cursos realizados, um dos temas é o das metodologias e ferramentas pedagógicas na educação não escolar, baseadas em Educação Popular.

Refletindo sobre esses momentos da experiência no campo da educação social e como cursista dos cursos da AEPPA, posso dizer que minha visão de mundo se expandiu e se transformou. Tornei-me uma ardorosa defensora das atividades em projetos sociais e culturais implementados nas comunidades.

Por fim, acredito que participar do XXV Fórum Paulo Freire é uma oportunidade para educadoras sociais e demais interessados em educação popular e metodologias freirianas.

Termino minha carta desejando-lhe um trabalho igualmente impactante e que jamais perca a fé em seus sonhos, ideais, lutas e propósitos como educador ou educadora social, apesar das inúmeras injustiças que permeiam nossa sociedade.

Salve!

Eleonora França Teixeira

Referências

PAULO, Fernanda dos Santos. **Aulas com cartas pedagógicas**: educação popular e educadores sociais. Porto Alegre: Livrologia, 2023.

CARTA PEDAGÓGICA – EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA: RAÍZES E BROTO, TEMPOS E MOVIMENTOS DA DÉCADA DE 1980 ATÉ HOJE

*Paulina dos Santos Gonçalves
Francisca da Silva Nobre
Cícero Adão Gomes de Almeida*

Porto Alegre, outubro de 2022.

“[...] Só na luta se espera com esperança.” (FREIRE, 1989, p. 20)

Estimades leitores! Essa carta pedagógica foi escrita com afeto e cuidado para alunas/alunos/ alunes da sétima edição do curso da AEPPA – Formação de Educadores Sociais na Perspectiva da Educação Popular. Paulo Freire nos ensinou o valor pedagógico das cartas, pois possibilita uma sistematização do conhecimento de maneira humana e agradável tanto para quem envia, quanto para quem recebe. Esta carta pedagógica quer trazer uma contribuição com estudos, especificamente na Educação Social de Rua.

Essa carta foi escrita por mim, Paulina, Francisca (Tita) e Cícero. Somos três pessoas que a educação social rua apresentou e conectou, com os pés e trajetórias com as crianças, jovens e adultos nas ruas deste Brasil. Frei Betto (2001, p. 23) cunha uma expressão que diz que” nossa cabeça pensa de onde pisam nossos pés”, então nossa reflexão se dá com os pés e o coração plantado neste lugar das ruas e seus sujeitos.

Então vamos nos apresentar:

Paulina, mulher negra, educadora, pesquisadora que há pelo menos três décadas tem no seu horizonte de afetos, militâncias e profissão, no campo da educação não-escolar, na situação de rua, junto às crianças, jovens e adultos. Desejo partilhar com vocês minha trajetória como educadora social de rua e pesquisadora. Iniciei minha vida de educadora com pessoas em situação de rua na década de 90 em Caxias do Sul, RS. Em 2004 fui para a Terra do Sol, Fortaleza, CE. E desde 2011 estou na capital gaúcha.

Em todos estes territórios e tempos estive implicada nas redes de proteção a infâncias e juventudes e em movimentos sociais na defesa dos direitos humanos, especialmente com situação de rua. Atualmente estou no doutorado em Educação pela UFRGS, na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Em 2021 conclui o mestrado apresentando a dissertação - “Me apóia: A construção de suportes entre jovens em situação de rua e a proteção social. (GONÇALVES, 2020).

Francisca Nobre – mulher nordestina, filha de Quixeramobim (CE), educadora popular. Eu me inscrevo na educação social no ano de 2000 e essa experiência me conduziu em outros processos profissionais. Essa trajetória foi percorrida com o desejo e o sonho de descobrir o que o universo da rua, oferece como, possibilidades de ruptura de situações, que ajuda a desconfiguração humana. A cada encontro pedagógico, fomos descobrindo as relações que são constituídas com os atores sociais, aqueles e principalmente os que através da violência estrutural passam ser invisibilizados, mas que podem tornar-se visíveis, se nós formos capazes de acolher e reconhecer que a margem produz de forma eficaz, esses indivíduos, para manutenção do capital.

Cícero- homem negro, do RS, que vivi por 17 anos nas ruas. E pelas propostas da Educação social de Rua e do movimento social me fortaleci para sair e retomar a vida, a saúde e o amor. Reconheço que estou todos os dias sigo vencendo as coisas que me levaram à rua do ponto de vista pessoal, social e político. Também assumi o compromisso de cuidar das irmãs e irmãos da rua que seguem buscando manterem-se vivos, com minha presença, meu apoio na luta por políticas públicas.

Das Andarilhagens na Rua

Consideramos uma dádiva o fato de ao percorrer diferentes territórios, que em comum estavam no contexto da educação na rua e em nos espaços não-escolares. Essas andarilhagens pessoais, acadêmicas e profissionais, em meio às mudanças sociais que atravessaram o mundo. Também reconhecemos que em todos estes espaços tivemos grandes parcerias profissionais e da militância e com gratidão reconhecemos cada presença, e, sobretudo reverenciamos irmãs e irmãos da rua que conhecemos, por seu testemunho diário da luta permanente por existência enquanto sujeitos. E assim a rua nos conectou, Tita e Paulina pela Pastoral do Menor em Fortaleza, CE entre 2004 e 2011. Cícero e Paulina nas redes da rua de Porto Alegre desde 2016. Tita e Cícero no curso da AEPPA, sobretudo nesta aula. Em comum também a forma sensível de escuta que tam-

bém nos aproximou. Teixeira (2014, 15) desafia para a “ESCUTA na condição de adulto pode muito mais longe. Escuta que deveria anteceder a palavra a eles dirigida”. Agora vamos firmar nosso entendimento sobre a rua e sobre seus sujeitos.

Por situação de rua os sujeitos com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros. (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER, 2017, p. 27)

Da Educação Social de Rua

A Educação Social de Rua (ESR), conforme Oliveira (2004) pode ser entendida como um sistema pedagógico, surgido na América Latina ao final da década de 1970 como resposta ao crescimento das populações de rua, sobretudo crianças e adolescentes. Os primeiros educadores sociais de rua foram agentes de pastoral e acadêmicos, na Praça da Sé, reduto de crianças de rua em São Paulo. Seus fundamentos podem se localizar na Teologia da Libertação e nas pedagogias de Freire, Freinet, Makarenko e Ferreiro dentre outros. Apresenta um campo conceitual e político que contribui nos movimentos que culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, no art., 227 e particularmente na elaboração e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nas décadas seguintes vem sofrendo as consequências da descontinuidade programática em trocas sucessivas de governos. Segue latente em práticas e reflexões por todo o Brasil. Foi retomada em 2017 na Resolução 182 do CONANDA; CNAS. Nesta carta que faz parte da aula, vamos tratar da ESR, suas raízes e

brotos, a partir de duas bibliografias, uma de Paulo Freire (1989) e outra mais recente do CONANDA (2017).

Há importante literatura sobre a ESR, mas em vista do recente centenário de Paulo Freire escolhi a obra: Educadores de Rua: uma abordagem crítica, uma brochura de 30 páginas, que, no entanto, traz importantes reflexões acerca da temática, que são retomadas na publicação do CONANDA, que será a outra bibliografia base deste encontro.

Das Raízes e Brotos

Então convidamos a olhar para as raízes da ESR, neste escrito de Freire (1989), que é um livro pequeno, uma brochura, publicado pela UNICEF na década de 80. Surge a partir de uma consultoria de Freire em oficina com educadores de Rua de vários países da América Latina, realizada em 1985.

Nesta carta que será o roteiro do curso, vou tratar da ESR, suas raízes e brotos, a partir de duas bibliografias, a resolução 182 citada acima e um texto de 1989 de Paulo Freire, Educadores de Rua: uma abordagem crítica: alternativas de atendimento.

O texto de Freire (1989) nasceu do I Seminário Latino-americano sobre Alternativas Comunitárias para meninos de rua, ocorrido em 1984 em Brasília, pelo Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua, com educadores de rua da América Latina com o autor que foi depois publicou em formato de brochura. Na introdução e primeira parte apresenta a historicidade da Educação Social de Rua e o contexto da época. E na segunda parte as reflexões de Freire (FREIRE, 1989). Com destaque para quando diz concordar com 95% do discurso dos educadores, no entanto diz ter dúvida sobre 5%, reiterando que este percentual estaria no discurso e não na prática. O autor inicia falando da reprodução que os meninos de rua trabalhadores fazem ao chamar os que não trabalham de bandidos. Embora não seja uma diferença substantiva entre eles, mas dramático é a introjeção do opressor. O sujeito oprimido agride o opressor no corpo do oprimido. Para Freire, o trabalho de um educador é político, ideo-

lógico e pedagógico, pois busca constantemente engajar os jovens no exercício crítico de refletir sobre suas práticas, entendendo-as como parte integrante do amplo contexto da prática social.

Para Freire então seria necessário um trabalho educativo, a saber, político, ideológico e pedagógico, que na dinâmica da rua seria uma engrenagem substitutiva. Pedagogia constituída com sensibilidade social e histórica aliada a entendimento científico.

Numa perspectiva de futuro como tempo a ser produzido pela transformação do presente, solidário. Assim, a prática irá forjando uma pedagogia jamais autoritária ou licenciada, nem reacionária nem irresponsável.

O outro texto abordado, Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (CONANDA, 2017). Dele extraímos os seguintes pontos:

1. .ESR – quem são os educadores, sendo descritos como profissionais, em equipe, integrados à rede das políticas públicas e recursos da comunidade. Os serviços, estruturas e seus trabalhadores compõem o educador social de rua, sendo necessário pensar a rede.
2. Dos princípios: reflexão crítica, reconhecimento da cidadania; respeito à diversidade e não discriminação: valorização dos laços afetivos, familiares e outras relações socialmente construídas; conhecimento das áreas e das dinâmicas territoriais; construção de vínculos com sujeito e comunidade; respeito à livre adesão; respeito à temporalidade da ação educativa; Conhecimento da rede de atendimento local; conhecimento do arcabouço legal e do funcionamento do (SGD). (CONANDA, 2017, 53).
3. Da Metodologia ou Diretrizes Metodológicas: Observações qualificadas, Diagnósticos e mapeamentos (demandas, fragilidades e potencialidades). Suas ferramentas perseverança e paciência; aproximação progressiva /cuidadosa com o território; respeito, entendimento; vínculo gradativo; rotina de presença; conhecimento do SGD; mapeamento áreas/ especificidades; (CONANDA, 2017, 53). utiliza-se de instrumentos

como diagnóstico do território; material informativo; diário de campo; registro fotográfico; atividades de integração, esporte e lazer; relatório semanal e mensal; reunião de equipe; momentos de formação; visita domiciliar; estudo de caso; reunião com famílias. Pressupõe dimensões de laços de confiança com a pessoa na rua; com os territórios e os parceiros da rede. (CONANDA, 2017, 54).

Paramos por aqui e despeço e aguardamos encontrá-los na aula remota. Também quem quiser relatar pode me enviar carta resposta ou breve comentário. Com estima,

Paulina dos Santos Gonçalves
Francisca da Silva Nobre
Cícero Adão Gomes de Almeida

Referências

BETTO, Frei. **Paulo Freire: a leitura do mundo in BRASIL**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, Coletânea de textos, módulo 3. Brasília, novembro de 2001.

Conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente; secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente; **campanha nacional criança não é de rua** (CONANDA; SNDCA/MDH; CNER). Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. Outubro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Educadores de Rua: Uma abordagem crítica**. Bogotá: UNICEF, 1989

GONÇALVES, Paulina dos Santos. **“Me apóia?” A construção de suportes entre jovens em Situação de Rua**. Orientador: Dr. Leandro Rogério Pinheiro, 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Educação Social de Rua: As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TEIXEIRA, Inês. **Uma Carta, Um Convite**. in DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo (org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículo em diálogo**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CARTAS A PARTIR DA FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

*Cícero Adão Gomes de Almeida
Paulina dos Santos Gonçalves
Fernanda dos Santos Paulo*

Carta de Cícero:

Meu nome é Cícero, um ex-morador de rua que hoje atua como educador social na área de saúde mental. Minha jornada de transformação começou com a AEPPA, onde tive a oportunidade de aprender com Paulina Gonçalves e outros professores influentes. Durante 20 anos vivi nas ruas, participando de iniciativas como o Jornal Boca e o Movimento Nacional da População de Rua, além de projetos municipais e voluntariado em CAPS e Centros Pop.

A experiência em uma comunidade terapêutica por três anos foi importante para minha recuperação e reorganização pessoal. Posteriormente, trabalhei como auxiliar de cozinha e cozinheiro geral, incluindo um período na rede Bandeirantes de Televisão, antes de me juntar ao CAPS. Durante essa época, concluí o curso de educador social pelo IFRS e AEPPA, que fortaleceu minhas habilidades, especialmente em relação ao trabalho com crianças e adolescentes.

Minha prática atual no CAPS além de ser meu trabalho faz parte de meu processo de cura, ao ajudar aqueles que enfrentam desafios semelhantes aos que vivenciei. Inspirado por Paulo Freire, busco atuar com humildade, humanidade e paciência, valores que considero essenciais na luta pela dignidade das pessoas marginalizadas. Freire me ensinou a ver a educação como um ato de amor, e é com esse amor que me afirmo como educador.

CARTAS DE EDUCADORAS POPULARES E PESQUISADORAS

Carta de Paulina Gonçalves para Cícero:

Em nossos encontros, após um evento do coletivo POP Rua e da Pastoral do Povo da Rua em 2022, tive o privilégio de observar a epifania do educador que você está se tornando. Essa experiência me remete às “Cartas à Guiné-Bissau” de Paulo Freire, onde a luta cultural e existencial é destacada como fundamental para a formação da consciência política.

Nossa breve caminhada pedagógica pelas ruas de Porto Alegre foi uma poderosa lição de letramento ético e político. Você demonstrou um profundo cuidado e afeto por cada pessoa que encontramos, evidenciando uma abordagem genuína e afetuosa que transcende o acadêmico.

Você compartilhou comigo suas reflexões sobre como algumas pessoas superam a vida na rua enquanto outras não, e essa pergunta tem guiado minha pesquisa sobre aprendizados de cuidado e proteção em situações extremas. Esses momentos reforçaram a ideia de que não existe uma única solução para superar a vida nas ruas; é um processo que envolve diálogo, empatia e, acima de tudo, respeito pela jornada individual.

Desde então, você avançou como educador social em serviços de saúde, traduzindo suas vivências em práticas que acolhem e apoiam aqueles em busca de uma vida melhor. Sua habilidade de se reinventar é uma inspiração constante e uma lição de que o cuidado e a proteção são processos contínuos e mutuamente enriquecedores.

Espero ansiosamente por sua resposta e pela possibilidade de publicarmos juntos estas reflexões, para ampliar o diálogo sobre a emancipação dos que vivem nas ruas e a importância de um olhar atento e ouvidos dispostos a verdadeiramente escutar.

Carta de Fernanda Paulo

É com grande carinho que escrevo para vocês, testemunhando a inspiradora troca de experiências e aprendizados que compartilharam. Cícero, sua trajetória de superação e transformação é verdadeiramente inspiradora. De ex pessoa em situação de rua moradia de rua a educador social, sua história é um testemunho de determinação e transformação. Sua dedicação em ajudar aqueles que enfrentam desafios semelhantes aos que viveu é um exemplo de empatia e compaixão que todos nós podemos aprender. A AEPPA tem muito orgulho desta tua caminhada.

Paulina, suas reflexões profundas sobre a formação de educadores sociais na perspectiva da Educação Popular, curso da AEPPA que na edição que o Cícero realizou o curso contou com a parceria do IFRS, são um exemplo de Educação Popular. Sua escrita sensível e afetuosa demonstra o verdadeiro significado do cuidado e da proteção.

Nossa sociedade pode aprender muito com o trabalho que realizamos na e com a Educação Popular. É preciso reconhecer a complexidade das experiências vividas por aqueles em situação de rua e buscar na Educação Popular instrumentos que discutam teoria na ação desde as necessidades materiais, mas também emocionais, sociais e psicológicas.

A Educação Popular, como defendida por Paulo Freire e implementada por nós, demonstra ser uma ferramenta política e pedagógica para promover a dignidade humana. Nesse sentido, a AEPPA tem realizado um importante trabalho desde a primeira edição do curso, “fruto da demanda de educadores vinculados à Associação de Educadores Populares e Porto Alegre (AEPPA) no ano de 2009 sendo executado pelo Instituto Social Brava Gente a partir de 2010.” (Paulo; Sperotto, 2018, p. 1). Posteriormente a AEPPA passa a ofertar o curso como principal organizadora com o apoio do Instituto Social Brava Gente.

Espero mais momentos de compartilhamento de nossas experiências, aprendizados e reflexões para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Cada palavra, gesto e ação têm impacto significativo na nossa vida. Que possamos continuar a inspirar uns aos outros e aqueles ao nosso redor, em nome do amor, da justiça e da solidariedade que faz parte da Educação Popular.

Referências

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PAULO, Fernanda dos Santos; SPEROTTO, Neila. Trajetória do curso de formação de Educadores Sociais em Porto Alegre: Educação Popular e Pedagogia Freiriana. **Revista Gestão Universitária** (ISSN 1984-3097), 2018.

CARTA PEDAGÓGICA DE ÁGATA CARDOSO

Ágata Alves Cardoso

Porto Alegre, 12/09/2024

Eu me chamo Ágata Alves Cardoso, tenho 19 anos e estou atualmente trabalhando na área Social como educadora social. O meu interesse por essa área começou desde muito cedo, quando eu tinha apenas 6 anos e sempre desejei trabalhar com crianças. Foi nesse período que descobri o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), através da minha irmã, que fazia um curso no CPCA (Centro de Promoção da Criança e do Adolescente), localizado na parada 10, no bairro Lomba do Pinheiro.

Depois de algum tempo, também fiz o curso no CPCA e gostei muito da experiência. Lembro-me de que os educadores utilizavam um crachá que eu achava muito bonito e sempre dizia que, um dia, queria usar um igual. O tempo passou e, certa vez, perguntaram-me se eu gostaria de ser uma jovem multiplicadora. Sem hesitar, respondi que sim, e assim iniciei minha trajetória como jovem multiplicadora, com um contrato de um ano.

Ao final desse período, tornei-me aprendiz. Porém, não havia uma vaga disponível na empresa para eu continuar. Fiquei em casa por três dias, até que recebi uma ligação informando que havia uma vaga para mim, mas não era na mesma empresa em que fui contratada. A oportunidade era no SCFV (CRAS Mapa).

No meu primeiro dia de trabalho, fiquei encantada ao ver tantas crianças correndo e brincando. No entanto, como eu estava na área administrativa, não podia ter muito contato com as crianças. Como não havia muitas tarefas administrativas para realizar, acabei ficando no pátio e interagindo com as crianças, o que me aproximou delas. Com o tempo, criei um vínculo muito forte e não conseguia imaginar ficar longe dos meus “pitocos”.

Faltando três meses para o término do meu contrato, uma nova coordenadora assumiu o cargo. O destino quis que essa pessoa fosse Diana Gomes, que havia sido minha educadora quando participei do SCFV. Ela me observou por um tempo e, um dia, quando meu horário de trabalho já havia terminado, recebi uma ligação dela perguntando se eu queria participar de um processo seletivo para uma vaga de educadora. Sem pensar duas vezes, aceitei a oportunidade.

Hoje, sou extremamente grata por ter tido essa chance na minha vida. Amo trabalhar com crianças e não me imagino fazendo outra coisa.

Com gratidão,
Ágata Alves Cardoso

CARTA PEDAGÓGICA – AOS PROFESSORES, PROFESSORAS E COLEGAS DO CURSO DE EDUCAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Andréa Aparecida de Moraes Cândido de Carvalho

Florianópolis, 12 de setembro de 2024.



Foto: Solenidade de posse da Diretoria do Centro Cívico Cruz e Sousa, 1950. Presença da comitiva do Governo do Estado de Santa Catarina.

Saudações!

Eu sou Andréa Aparecida de Moraes Cândido de Carvalho e trago um pouquinho da história e das memórias da minha família que tão sensivelmente, gentilmente, lindamente contribuiu para construir uma sociedade mais justa, mais solidária e digna, especialmente para a população negra lageana. E essa contribuição tem muita proximidade com a Educação Popular e a Educação Social.

Então, vamos viajar no tempo e localizar Lages, planalto serrano catariense, terra dos antigos tropeiros, dos madeireiros, da erva-mate, do coronelismo, dos agregados, das beatas, dos milagreiros, dos fazendeiros, das crianças

desvalidas, entre tantos outros e outras. Lages, a princesa da serra! Terra de divisas, de territórios, de apartação social. No recorte do tempo, é final da década de 1960, um clube formado por homens negros fervilha nas noites de sábado ao som da Orquestra Guanabara... a valsa, o bolero, o mambo! Homens com suas roupas alinhadíssimas, terno, gravata, sapatos lustrados. As mulheres, belas mulheres com seus vestidos da moda...

Esse clube chamado Cruz e Sousa, fundado em 1918 não foi somente um lugar do lazer, mas um espaço político, um palco de luta contra a opressão, a discriminação, o preconceito em relação a população negra de Lages. Meu avô, Nicanor, meus tios e outros parentes fizeram parte da diretoria por várias gestões. Foi lá que meus pais se conheceram e se casaram. Tenho esse lugar como memória e cultura ancestral. Ouvi muitas vezes dos meus pais e dos meus parentes as histórias do Cruz, ainda posso sentir a emoção dessas pessoas ao falarem do Clube Cruz e Sousa, os bailes de carnaval e de gala, os jantares, os casamentos e aniversários, as reuniões organizadas, registradas em Atas, as memórias e os rumos daquela agremiação que buscava ascensão social das mulheres e dos homens negros. Muitos desses homens, entre eles, meu avô, meu pai e outros parentes trabalhavam no Batalhão do Exército de Lages, eles tinham conhecimento dos movimentos pelos direitos civis da população afro-americana (1960), e sabiam da grande necessidade da ascensão socioeconômica e cultural da população negra lageana, pois grande parte dessa população era analfabeta, subempregada, muitos trabalhavam em serviços pesados, desgastantes e quase sem direitos trabalhistas. Então, além das reuniões (com debates sobre a realidade social daquele contexto, a importância dos ideais de liberdade e direito), os membros do Clube Cruz e Sousa se organizaram e passaram a ofertar aulas de alfabetização de jovens e adultos, aulas de música (canto, violão, violino e outros instrumentos), aulas de teatro, sessões de cinema e outras atividades para ajudar de alguma forma a população negra alcançar uma condição de vida melhor.

Dentro do Cruz e Sousa havia o Grêmio das Margaridas, a tia do meu pai por muito tempo presidiu essa agremiação voltada para as mulheres negras, lá elas aprendiam a ler, escreve, tinham aulas de etiqueta, artes manuais, corte costura, crochê, tricô, teatro, entre outras atividades que também pudesse ajudar no sustento do lar. Anos e anos se passaram e chegamos em meados da década de 80, meu pai foi eleito presidente do Centro Comunitário do bairro em que morávamos. Ele e também minha mãe muito trabalharam, se em função da creche comunitária que atendia mais de 150 crianças. Aprendi com eles o valor do afeto, da solidariedade, da amorosidade e do compromisso com o outro. Anos mais tarde me formo em História pela UDESC e por muito tempo trabalhei com EJA. Hoje atuo como voluntária como apoio pedagógico numa ONG que atende crianças “abrigadas” e crianças da periferia de Florianópolis, além de outras atividades sociais em prol dos direitos das crianças em situação de vulnerabilidade, em especial, autistas. Tenho muito orgulho de toda essa história da qual faço parte e chamo de memória ancestral.

Toda essa história, do Cruz e Sousa eu escrevi no meu TCC da minha formação em História, trabalhei com história oral e tive o privilégio de entrevistar boa parte dos homens e mulheres que fizeram parte daquela agremiação. Então, ao aprender mais sobre Educação Popular parece que estou revisitando esse lugar chamado Cruz e Souza, os homens e mulheres, seus quereres, empenho e luta para uma sociedade mais digna, justa e possível.

Andréa de Carvalho

CARTA PEDAGÓGICA AO POVO QUERIDO CAMINHEIROS POR JUSTIÇA SOCIAL DO BRASIL A FORA

María Jaeleide Alves de Mendonça Paiva

Paulista, 13 de setembro de 2024.

Início este meu escrito, que posso chamar de minha primeira Carta Pedagógica. Sei que, por se tratar da primeira — e a primeira nunca se esquece —, assim como começar a andar, não dá para parar. Seguirei nesta caminhada.

E não há outra palavra que defina melhor a grandiosa experiência ocorrida nos encontros que não seja GRATIDÃO. Foi uma verdadeira imersão no resgate da vida, em sua essência HUMANA.

Permitam-me registrar que, a cada encontro, além do aprendizado e da acolhida, a AEPA nos proporcionou um sentimento de pertencimento, um encontro com o educador social já existente em cada um de nós. Foi como semear o gostinho de querer mais, de querer seguir caminhando, trilhando e oportunizando as tão atuais perspectivas da educação popular.

Ouvir falar dos educadores sociais e da educação popular pelos próprios educadores, por meio de seus relatos contextualizados de vida, do dia a dia, da humanização, da prática real de que toda vida importa... É maravilhoso sentir que há quem se importe. Isso reforça que não estão sozinhos e que nós também não caminhamos sozinhos. Somos capazes de promover a justiça social e os direitos humanos.

O ponto alto do curso, porém, foi sentir o UBUNTU — “Eu sou porque nós somos”.

Um abraço! Nos encontramos na luta, nas conquistas, no resgate persistente da nossa dignidade humana, com um eterno Esperançar.

Atenciosamente, María.

CARTA PEDAGÓGICA: CURSO ANUAL DE EDUCADORES(AS) SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Lionara Paim Marinho

Trabalhadora do SUS

Santa Maria, 12 de setembro de 2024

Às organizadoras do curso: Fernanda, Tamar, Neila, Ana e Paulina, colegas cursistas e demais participantes,

É com grande alegria que, ao encerrar este curso, escrevo estas linhas, primeiramente, para agradecer às organizadoras por todo o carinho e dedicação na elaboração de cada etapa e de cada tema do curso.

Na mesma direção, meu agradecimento se estende aos colegas cursistas e aos demais participantes, como, por exemplo, o Cícero e o Fábio, que, com suas histórias de vida e superação, enriqueceram as discussões e aguçaram o nosso olhar nos momentos em que compartilharam as experiências vivenciadas ao longo de suas caminhadas. Como é bom ouvir histórias reais, de coragem, de determinação e de produção de vida. Como dizia Paulo Freire, é preciso *esperançar* e olhar o mundo com vistas ao aprendizado em todos os cantos, não somente nas salas de aula. Nesse sentido, Carlos Rodrigues Brandão nos aponta a educação popular como aquela que não está institucionalizada, sendo dirigida aos grupos populares e, sobretudo, contra-hegemônica.

Recordo dos tantos materiais que foram sugeridos, indicados e compartilhados, com destaque para os livros: *“Aulas com Cartas Pedagógicas: Educação Popular e Educadores Sociais”* e *“Educação Popular: trajetória e atualidade”*. Também não posso deixar de mencionar as estratégias pedagógicas utilizadas, como a leitura das cartas pedagógicas, que também foram

apresentadas de modo áudio gravado; os estudos de caso acompanhados da problematização de situações reais; as músicas temáticas, que alegraram nossos encontros e provocaram muitas reflexões por meio de letras muito bem pensadas e melodias super animadas; e, por fim, os chats pedagógicos, recursos importantíssimos para o registro dos encontros, das falas relevantes, das imagens, das sugestões e dos conhecimentos compartilhados.

Diante disso, gostaria de destacar o que mais me sensibilizou: as metodologias de educação popular, que têm uma conversa muito próxima com as metodologias ativas, o que faz toda a diferença quando se considera o que Freire defendia: *“os homens se educam em comunhão”*. Todos nós aprendemos e ensinamos o tempo todo.

Tive a oportunidade de aplicar o recurso das cartas pedagógicas com um grupo de alunas e alunos que participam do PET Equidade, em conformidade com o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no âmbito do SUS. Foi uma experiência muito diferente e valiosa tanto para as preceptoras quanto para os discentes. Compartilhei também a experiência do chat pedagógico, o que foi oportuno para o registro dos nossos encontros no PET.

Por fim, gostaria de compartilhar com vocês o meu projeto de abertura de um grupo de educação popular junto aos usuários de um CAPS AD, local onde trabalho há vários anos. Tenho certeza de que eu e meus companheiros de ideais implementaremos este projeto com sucesso, entendendo a importância da conscientização, da troca de saberes, da empatia, da necessidade de criação de espaços de pertencimento, de escuta e de incentivo a projetos de vida. Em tais projetos, seja possível sonhar um mundo com menos desigualdade, com mais respeito à diversidade, com múltiplas educações e com sonhos diferentes daqueles que “os outros” ousam sonhar por nós.

Com imenso carinho por todas e todos, e já com saudades dos encontros,

Lionara.

CARTA PEDAGÓGICA À EQUIPE DE MESTRES DO CURSO DE EDUCADORES POPULARES

Rosilda de Fátima Ribeiro Pavão

Escrevo esta carta pedagógica com muito carinho e gratidão à equipe de mestres do curso de educadores populares.

Relato, através desta, que sempre fui apaixonada pelo que faço: ser uma educadora social. Tudo começou há trinta anos, quando fui resgatada de uma situação de vulnerabilidade social pelo olhar atento de uma profissional da educação. Essa profissional me convidou para integrar o quadro de funcionários de uma escola comunitária de educação infantil, onde me foram oferecidos cursos de aperfeiçoamento. Por algum tempo, atuei como educadora infantil. Depois de algum tempo, fui direcionada para turmas do então denominado “extra classe” e, mais tarde, para o SASE (Serviço de Atendimento Socioeducativo), onde me encontrei como educadora social. A troca diária de vivências nesse espaço é algo maravilhoso! A rotina em sala de aula nos desafia a ensinar, mas também nos proporciona aprender muito.

Por amar o que faço, busco diariamente me capacitar, pois sei que a teoria, em conjunto com a vivência prática, só acrescenta na qualidade do trabalho.

Há sete anos, concluí um curso de Educadora Social promovido pelo Mensageiro da Caridade, que foi muito rico em ensinamentos. No início de agosto, soube do curso ofertado pela AEPA e, com muita alegria, me inscrevi com desejo e sede de aprender mais. Confesso que o curso superou minhas expectativas, e só tenho a agradecer.

Trabalho em uma OSC (Organização da Sociedade Civil) na zona norte de Porto Alegre, com crianças de seis a quinze anos, e já tenho colocado em

prática o conhecimento que adquiri durante nosso curso, através das videoaulas e do vasto e rico material que nos foi disponibilizado.

Encerro esta carta com muita gratidão a todos pelo curso.

Atenciosamente,

Rosilda Pavão

CARTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE EDUCADORES POPULARES

Fabio da Silva da Luz

São Leopoldo, 12 de setembro de 2024

Hoje celebramos a conclusão do curso que me possibilitou descobrir mais sobre a educação popular e o legado de Paulo Freire, um dos mais renomados educadores do Brasil e do mundo. Freire revolucionou a forma de pensar a educação ao propor uma pedagogia que valoriza o diálogo, a participação ativa dos educandos e o respeito às experiências e saberes de cada indivíduo. Sua obra continua sendo um guia fundamental para quem deseja transformar a educação em uma ferramenta de emancipação social.

Pessoalmente, pude vivenciar a importância desse profissional que atua diretamente com pessoas e comunidades vulneráveis. Ao presenciar a realidade de um abrigo de refugiados climáticos, vi de perto o trabalho incansável na busca por oferecer um mínimo de conforto e auxílio às pessoas que estavam completamente devastadas psicologicamente devido aos eventos climáticos. Além disso, no cotidiano, mais do que ensinar conteúdos, o educador social promove conscientização e empoderamento, ajudando as pessoas a se reconhecerem como sujeitos de direitos e participantes ativos da sociedade.

A AEPPA (Associação de Educadores Populares de Porto Alegre) tem sido fundamental nesse processo, ao abrir as portas para a formação de mais profissionais capacitados a atuar na educação popular e nas políticas públicas. A associação prepara educadores sociais para o desafio de transformar vidas. Essa formação é crucial para garantir que as comunidades tenham acesso a um processo educativo libertador, capaz de romper com desigualdades históricas e promover um futuro melhor para todos.

Além disso, destaco a brilhante participação do Cícero, com sua trajetória de vida tão semelhante à minha, e a história da colega Maria Feltes, entre tantas outras contribuições ao longo do curso. Essas experiências me fizeram sentir a necessidade de contribuir de alguma forma para a educação popular e almejar ser um educador social.

À Fernanda Paulo, Tamar, Ana Cristina, Lionara Marinho, Tânia, mestre Chico e tantos outros que contribuíram com suas experiências, deixo o meu muito obrigado. Sinto-me extremamente feliz por essa realização!

Fabio

CARTA PEDAGÓGICA – SÍNTESE DO CURSO DE EDUCADOR SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Leila Santos Brígido

12/09/2024

O primeiro encontro foi no YouTube, com Liana Borges, Alexandre Virgínio e Fernanda de Paulo. Eles falaram sobre Carlos Brandão e a escola cidadã, além de abordar as ideias de Paulo Freire. Nesse encontro, muitas falas me tocaram profundamente, mas uma frase de Carlos Brandão ficou marcada: *“Para ser um educador social, tem que ter amor.”*

Nosso segundo encontro foi pela plataforma Meet e foi ainda melhor que o primeiro. Discutimos temas como adaptação de divergentes, perspectiva humanista, perspectiva crítica e vários outros assuntos importantes.

No quarto encontro, conhecemos Cícero Almeida, que compartilhou sua história de vida. Ele tem uma trajetória de superação: falou sobre como venceu o vício em drogas e sobre sua experiência como morador de rua. Passou por inúmeras dificuldades, mas hoje é um educador social. Nesse dia, também falamos sobre os *saberes necessários à prática educativa*.

Conversamos ainda sobre a identidade do educador social e lemos algumas cartas pedagógicas. Ao longo dos encontros, educadores convidados falaram sobre seus perfis e sobre como podem transformar histórias na periferia. Acredito que podemos mudar vidas por meio da inclusão, acolhendo crianças e jovens da melhor maneira possível e promovendo uma busca ativa nas escolas para trazer essas pessoas para programas do governo ou para instituições que possam ajudá-las.

A cada encontro, Fernanda convidava algum educador para compartilhar suas experiências e contar como se tornou educador social. Cada história era mais inspiradora que a outra. Nós, cursistas, também tínhamos a oportunidade de compartilhar nossas histórias, o que foi mágico. Embora eu não tenha falado, ouvi muitos relatos emocionantes de pessoas que participaram do curso.

Durante o curso, aprendemos sobre cartas pedagógicas, e eu fiz várias anotações. Compreendi que ser educador popular não está necessariamente relacionado à escolaridade, pois até um médico pode ser educador popular. Já o educador social ocupa uma profissão específica: ele é um mediador e nunca trabalha sozinho.

Tamar também produziu algumas vídeo-cartas pedagógicas, que foram muito interessantes. Adorei as músicas que Fernanda colocava antes das aulas começarem; elas traziam alegria e reflexão.

Minha experiência com o curso foi maravilhosa. Amei todas as aulas e aprendi muitas coisas que levarei para a vida. Fui muito bem acolhida pela Fernanda de Paulo e por todos. O curso foi incrível e me ajudou em várias questões. Desde já, agradeço por tudo.

Leila Brígido

CARTA PEDAGÓGICA – CONHECIMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO DE UMA EDUCADORA POPULAR EM FORMAÇÃO

Michele Mendes Balbueno

Sapucaia do Sul, 12 de setembro de 2024, 23h22 (quinta-feira)

Boa noite, prezados!

Queridas(os) Educadoras(es) Populares e Profissionais de Serviço Social,

Peço licença àqueles que vieram antes de mim. É com grande entusiasmo e esperança que me dirijo a vocês, que estão na linha de frente da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e consciente.

Como educadores e profissionais comprometidos com a transformação social, sabemos que nosso trabalho diário vai muito além da transmissão de conhecimentos ou da prestação de serviços. Ele é, sobretudo, um ato de amor, resistência e luta pela dignidade humana. Durante esses encontros, tive a certeza de que estou no caminho certo, pois, mesmo inconscientemente, vinha me tornando uma pessoa incomodada com as questões que me cercam ao longo da minha caminhada até aqui.

Em momentos de aprendizado, descontração, diálogos, músicas, experiências e *escrevivências*, adquiri conhecimentos sobre este profissional que se empenha em transmitir não apenas o saber, mas também o acolhimento afetivo e temporal.

Acredito que o diálogo é a base de qualquer processo educativo transformador. Inspirada nas ideias de Paulo Freire, educador, filósofo e pedagogo que conheci durante esta jornada dentro do contexto da educação popular, compreendi que a educação deve ser um processo horizontal, onde todos aprendem e

ensinam. Devemos sempre promover espaços de escuta ativa e de participação coletiva, onde cada voz é valorizada e respeitada.

Dentro deste contexto, conheci Cícero Gomes de Almeida, um homem que, por algum tempo, viveu em situação de rua. Sua história de superação, resiliência e persistência é incrível. Ele exerce um trabalho de comunicação, principalmente afetiva, incansável para ajudar outras pessoas em situação de rua a mudarem suas histórias. Promover a troca de saberes entre educador e educando, respeitando os conhecimentos e experiências prévias, é essencial nesse processo.

O papel de um educador popular é facilitar processos de conscientização que levem as pessoas a refletirem sobre sua realidade, identificarem as injustiças sociais e se organizarem para combatê-las. A conscientização crítica é um passo essencial para o empoderamento.

No curso aprendemos que nosso trabalho envolve:

- **Estimular o pensamento crítico** sobre as condições sociais, econômicas e políticas que afetam a comunidade.
- **Envolver a comunidade** na construção do processo educativo, garantindo representatividade e protagonismo.
- **Criar um ambiente seguro e acolhedor**, que respeite a dignidade e os direitos de todos.
- **Analisar e atuar** nas questões que afetam diretamente a vida da comunidade, propondo soluções coletivas.
- **Promover a autonomia e o empoderamento** por meio de ações de fortalecimento comunitário.

Durante esses dias de aprendizado, refleti sobre as ferramentas de trabalho que fortalecem a prática de nós, educadores populares, como:

- **Rodas de conversa:** espaços de diálogo aberto para discutir temas relevantes para a comunidade.

- **Mapeamento social:** identificação das principais demandas, recursos e potencialidades da comunidade.

- **Oficinas temáticas:** atividades práticas para desenvolver habilidades e conhecimentos em temas específicos, como direitos humanos, cidadania, economia solidária, entre outros.

É fantástico o que podemos desenvolver e a importância do papel de nós, educadoras populares, junto a cada ser humano que necessita de nosso apoio, acolhimento e empoderamento. Convido você, caro educador, a estarmos juntos nessa caminhada para fazer “um pouco mais, para sempre mais”.

Michele Mendes Balbueno
Educadora Popular em Formação

CARTA PEDAGÓGICA: A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO DO EDUCADOR SOCIAL

Luisa Andrea Vallenilla

Porto Alegre, 11 de setembro de 2024

Estimados amigos,

Vou registrar alguns relatos da minha experiência dialogando com aprendizagens do curso. O trabalho do educador social ocupa um lugar fundamental na construção de uma sociedade mais equitativa e solidária. No nosso dia a dia, não apenas acompanhamos pessoas em situações de vulnerabilidade, mas também desempenhamos um papel ativo na criação de espaços de transformação pessoal e comunitária. Por isso, é crucial um planejamento pedagógico sólido e reflexivo em nossa prática.

Na minha experiência como educadora social em um abrigo de assistência social para pessoas em situação de rua, aprendi que o planejamento do trabalho educativo não pode ser entendido como uma simples transmissão de conhecimentos ou normas de convivência. Nosso papel vai muito além disso. A ação educativa deve estar orientada para a emancipação, o desenvolvimento da autonomia e a reconstrução da identidade dos sujeitos com os quais trabalhamos. É essencial que nosso enfoque se baseie em uma compreensão profunda do contexto de cada pessoa, reconhecendo as complexidades de suas trajetórias de vida e seus direitos como indivíduos.

Um bom planejamento educativo deve partir da premissa de que a educação é um direito fundamental que abre as portas para a inclusão social. No abrigo, trabalho com pessoas que enfrentam exclusão e marginalização constantes. Essas vivências, frequentemente agravadas pela falta de oportunidades,

mostram a urgência de criar espaços de aprendizagem que respeitem a diversidade e promovam a participação ativa de todos. Isso permite que as pessoas reconstruam seu senso de pertencimento e dignidade.

O trabalho educativo não deve ser um processo que fomente a dependência. Pelo contrário, deve incentivar a autonomia e o protagonismo daqueles que acompanhamos. Na minha experiência, vi como os processos educativos podem ser motores para que pessoas em situação de rua recuperem a confiança em si mesmas e assumam o controle de suas vidas. A intervenção precisa ser desenhada para que essas pessoas desenvolvam habilidades que lhes permitam reconstruir seus caminhos, compreendendo e reconhecendo seu próprio potencial.

Um dos desafios mais relevantes no nosso trabalho educativo é a inclusão da diversidade de gênero. Pessoas em situação de rua, além de enfrentarem marginalização social, frequentemente carregam o estigma e a discriminação devido à sua identidade ou expressão de gênero. No abrigo, já encontrei indivíduos com diversas identidades de gênero que, em muitos casos, são ainda mais vulneráveis por causa da exclusão que sofrem.

É fundamental que, como educadores sociais, adotemos uma abordagem inclusiva que reconheça e valorize a diversidade de gênero, criando um espaço seguro e respeitoso onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade, possam se expressar plenamente e sentir-se valorizadas. Isso inclui não apenas sensibilizar aqueles que atendemos, mas também investir em nossa própria formação contínua e promover uma cultura de respeito e aceitação. Devemos ser agentes de mudança, combatendo preconceitos e barreiras enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ e promovendo uma educação que empodere e visibilize suas lutas e direitos.

Nosso trabalho se baseia na construção de relações dialógicas, onde a troca e o respeito mútuo são centrais. No abrigo, o contato constante com pessoas de histórias diversas me ensinou que não somos os únicos portadores de conhe-

cimento; aqueles com quem trabalhamos também nos ensinam e nos transformam. Essa aprendizagem mútua é essencial para que o processo educativo seja verdadeiramente enriquecedor e construído de maneira conjunta.

O planejamento educativo do educador social deve ser atravessado por uma reflexão crítica e ética constante. No abrigo, cada intervenção que realizo tem repercussões diretas na vida das pessoas. Por isso, faço questão de garantir que cada ação seja guiada pela ética e pelo respeito aos direitos humanos daqueles que atendemos. Refletir sobre nossas práticas e adaptá-las às mudanças e desafios que surgem é uma parte essencial do nosso trabalho.

O planejamento do trabalho educativo do educador social não é apenas um arcabouço teórico, mas a base que orienta nossa prática diária. Devemos continuar fortalecendo uma educação que promova igualdade, autonomia e respeito; uma educação que dê voz aos silenciados e oportunidades aos marginalizados.

Minha experiência no abrigo me mostrou a importância de acompanhar o processo de transformação de cada pessoa, ajudando-a a encontrar uma nova perspectiva de vida e a recuperar sua dignidade. Além disso, a inclusão da diversidade de gênero em nossas práticas é indispensável para garantir que o respeito e a igualdade cheguem a todos, independentemente de suas identidades ou trajetórias.

Atenciosamente,
Luisa Andrea Vallenilla Vallenilla
Educadora Social, Abrigo Bom Jesús

CARTA PEDAGÓGICA: EDUCAR PARA TRANSFORMAR

Tatiana Iponema Silveira

12 de set. de 2024.

A educação popular, inspirada nos ensinamentos de Paulo Freire, nos ensina que o conhecimento é construído coletivamente, por meio do diálogo entre os saberes populares e acadêmicos, em um processo de libertação. Não há educadores ou educandos separados por hierarquias; todos somos sujeitos no ato de aprender e ensinar. Partimos da realidade vivida, das necessidades do povo, para fomentar uma educação que emancipa, que questiona e que transforma o mundo ao nosso redor.

Nosso projeto audiovisual tem como objetivo registrar e celebrar essa prática. Queremos mostrar ao mundo as histórias daqueles que, por meio da educação popular, ressignificaram suas vidas e comunidades, dando voz àqueles que, muitas vezes, são silenciados.

O Processo Coletivo de Construção - Propomos uma jornada em três momentos, que será o fio condutor da nossa produção audiovisual.

1. A teoria que nos inspira: nossa narrativa começa com uma breve contextualização da educação popular, situando-a em sua história e teoria. Vamos introduzir os fundamentos freireanos, com destaque para a importância do diálogo e da conscientização. O filme explicará, de forma simples e acessível, como a educação popular desafia o modelo bancário de educação — aquele em que o professor deposita conhecimento no aluno de forma passiva. Ao contrário, acreditamos em uma educação dialógica, na qual todos constroem o saber juntos.

2. A prática que nos envolve: em seguida, mergulhamos na prática. Filmamos em escolas comunitárias, centros de educação de jovens e adultos, movimentos sociais e espaços comunitários onde a educação popular acontece de maneira viva. Os educadores populares compartilharão suas metodologias e desafios, enquanto os alunos mostrarão suas trajetórias, lutas e conquistas. Queremos captar a dinâmica das rodas de conversa, da troca de experiências e do aprender coletivo. O foco será demonstrar que a educação popular é um processo contínuo, um caminho de construção diária. Este projeto poderá levar a mais pessoas a divulgação e a compreensão da importância da educação popular.

3. Os resultados que nos transformam: na última parte, apresentaremos o impacto da educação popular na vida das pessoas. Por meio de depoimentos, veremos histórias de transformação pessoal e comunitária. Pessoas que, ao aprender a ler e escrever, também aprenderam a reivindicar seus direitos, a pensar criticamente sobre o mundo e a lutar por uma sociedade mais justa e inclusiva. Estas histórias serão a prova viva de que a educação popular não apenas transforma indivíduos, mas também fortalece comunidades inteiras.

Sabemos que a comunicação visual tem um enorme poder de impacto. Por isso, acreditamos que essa produção audiovisual pode ser uma ferramenta pedagógica valiosa para ampliar o alcance da educação popular. Planejamos utilizá-la em exposições comunitárias, debates em escolas, encontros de movimentos sociais e, claro, nas redes sociais, alcançando ainda mais pessoas interessadas em entender o que é a educação popular e como ela pode transformar vidas.

A educação popular nos ensina que todos temos algo a aprender e algo a ensinar. Que esta carta sirva como ponto de partida para construirmos juntos um projeto que mostre a beleza e a potência da educação popular.

Com afeto e esperança,

Tatiana Iponema

CARTA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR, A EDUCAÇÃO SOCIAL E EXPERIÊNCIAS NO ABRIGO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ADULTOS

Carlos Ernesto Barrios León

Porto Alegre, 09 de setembro de 2024.

Estimados amigos,

Com muito respeito e entusiasmo, permito-me compartilhar algumas reflexões sobre a educação popular, a educação social e minha experiência como educador social em um abrigo de assistência social para adultos. Por meio desta carta, espero oferecer uma visão enriquecida pelas vivências que tive no exercício da minha função, alinhando essas experiências aos princípios de Paulo Freire, aos ensinamentos de Nestor de Paula, conhecido como “Grandão”, e aos direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso.

A educação popular, profundamente enraizada nos movimentos sociais e populares da América Latina, inspira-se nos ensinamentos de Paulo Freire, que defendia uma educação dialógica, crítica e emancipadora. Para Freire, a educação não deve ser um ato de transmissão de conhecimento do professor para o aluno, mas um processo de co-construção do saber, no qual educador e educando aprendem juntos.

Durante meu tempo como educador social, observei como os princípios freirianos se manifestam no contexto do abrigo de assistência social. Aqui, adultos, muitos deles idosos, participam de atividades educativas e de processos de reflexão sobre sua realidade e seu entorno, promovendo um verdadeiro diálogo crítico. Em muitos casos, essas pessoas chegam ao abrigo com histórias de vida difíceis, marcadas pela marginalização e exclusão.

Nesse contexto, é essencial destacar os direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso, como o direito à educação (Art. 21), que garante aos idosos o acesso à educação em todos os níveis e condições adequadas para o aprendizado ao longo da vida. Através da educação popular, baseada na pedagogia do oprimido de Freire, testemunhei como esses indivíduos desenvolvem uma consciência crítica, permitindo-lhes identificar as causas estruturais de suas situações e imaginar alternativas para melhorar suas vidas.

Esse processo de conscientização, central no pensamento de Freire, é crucial para o empoderamento dos residentes. No abrigo, as sessões educativas não se limitam à transmissão de conhecimentos, mas se tornam espaços de compartilhamento de experiências, questionamento do status quo e fomento de atitudes de mudança e transformação. Ver os residentes, especialmente os idosos, passarem de espectadores passivos de sua realidade a protagonistas de suas vidas é uma experiência profundamente enriquecedora e um reflexo direto da pedagogia freiriana.

O Campo da educação social foca na inclusão e no desenvolvimento integral das pessoas, especialmente aquelas em situações de vulnerabilidade. No meu trabalho no abrigo, apliquei os princípios da educação social, alinhados às ideias de Freire e às garantias previstas no Estatuto do Idoso, para oferecer aos residentes não apenas conhecimento, mas também ferramentas para melhorar sua qualidade de vida.

O Estatuto do Idoso assegura o direito ao respeito (Art. 10), que inclui a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral dos idosos, além do respeito à sua dignidade, liberdade e convivência comunitária. Nesse contexto, a educação social adquire um significado profundo, pois promove uma educação que liberta e empodera. Trabalhei com adultos que viveram situações extremas, desde pobreza extrema até a falta de acesso a serviços básicos. Desenvolvemos atividades que englobam alfabetização, desenvolvimento de habilidades práticas e fortalecimento de valores como solidariedade, respeito e cooperação.

Os ensinamentos de Nestor de Paula, o “Grandão”, foram fundamentais nesse processo. Grandão enfatiza a importância de trabalhar com empatia e

respeito pelas vivências de cada indivíduo, valorizando suas histórias de vida. A prática da “escuta ativa” e do “acolhimento integral”, que ele propõe, ajudou-me a estabelecer conexões profundas com os residentes, criando um ambiente de confiança mútua que facilita o aprendizado e o crescimento pessoal.

Um aspecto que sempre valorizei, em consonância com Freire, Grandão e o Estatuto do Idoso, é a capacidade da educação social de promover a auto-estima e a autonomia dos residentes, ajudando-os a recuperar sua dignidade e humanidade. Combinando o ensino de habilidades práticas à promoção de valores humanos, vi adultos, especialmente idosos, recuperarem a confiança em si mesmos e a capacidade de mudar suas situações. Esse é, sem dúvida, um dos maiores sucessos do meu trabalho como educador social e um reflexo do poder transformador da educação freiriana.

Minha experiência no abrigo de assistência social reforçou minha convicção de que a educação popular e a educação social são ferramentas poderosas para a transformação social. Quando orientadas pelos princípios de Paulo Freire, pelos ensinamentos de Grandão e pelos direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso, essas abordagens educativas complementam-se e enriquecem-se mutuamente.

O trabalho no abrigo mostrou-me como essas práticas educativas, fundamentadas na pedagogia crítica, no acolhimento integral e no respeito aos direitos humanos, podem fazer uma diferença real na vida de pessoas excluídas e marginalizadas. Em um mundo cada vez mais desigual, é fundamental que educadores e instituições educacionais adotem essas abordagens, integrando seus princípios no planejamento e na implementação de programas educativos.

Espero que estas reflexões, baseadas na minha experiência prática e nos princípios de Paulo Freire, Grandão e no Estatuto do Idoso, possam servir como uma modesta contribuição ao diálogo sobre a educação transformadora.

Atenciosamente,

Carlos Ernesto Barrios León
Educador Social, Abrigo Bom Jesús

CARTA PEDAGÓGICA – REFLEXÕES EXTRAÍDAS DO CURSO “FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR”

Renata Nunes Duarte Dias

10 de set. de 2024

Olá, queridas professoras da AEPPA,

É com imensa satisfação que escrevo esta carta para agradecer-lhes a oportunidade de participar do curso “Formação de Educadores Sociais na Perspectiva da Educação Popular”, ministrado pelas professoras Fernanda Paulo e Tamar Oliveira, por meio da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA).

Antes de falar sobre o quanto o curso foi importante para mim, gostaria de me apresentar: sou Renata Duarte, assistente social atuante no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Além disso, sou supervisora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Foi nesse espaço que tive meu primeiro contato com educadores(as) sociais e com a educação popular, que é desenvolvida a partir de uma perspectiva “crítica-libertadora, aspirando uma formação conscientizadora e transformadora” (Paulo, 2022, p.78).

A educação popular passou a integrar não apenas minha prática profissional, mas também minha trajetória acadêmica no mestrado em Educação, que estou cursando na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Meu objeto de pesquisa analisa se as práticas educativas realizadas por educadores sociais no SCFV estão alinhadas aos princípios da educação popular.

Essa pesquisa, que ainda está em andamento, tem ampliado minha compreensão sobre as práticas desenvolvidas no SCFV. As entrevistas com os(as) educadores(as) sociais têm confirmado a necessidade de a educação popular ser o fundamento epistemológico da educação social. Além disso, os resultados

iniciais da pesquisa foram corroborados pelas ricas discussões realizadas no grupo de WhatsApp durante o curso da AEPPA.

Gostaria de parabenizar a AEPPA e a coordenação do curso pelo cuidado em abordar um tema tão relevante e pela contribuição à formação de educadores(as) sociais e populares. Isso foi feito de maneira reflexiva, por meio de diálogos instigantes, leitura de cartas pedagógicas e músicas que nos ajudaram a compreender o significado da educação popular.

Em cada aula, fomos incentivados a refletir sobre nossa prática nos espaços educacionais não escolares institucionalizados, com foco especial no SCFV. Esse é um espaço que atende diversos usuários da Política de Assistência Social — pessoas em situação de vulnerabilidade social, majoritariamente de baixa renda, que buscam orientação para conquistar efetivamente sua condição de cidadãs(ãos) de direitos.

No decorrer das discussões, refletimos sobre o papel da Política de Assistência Social na oferta de proteção social básica às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Essa proteção se fundamenta em três seguranças:

1. Segurança de sobrevivência: renda e autonomia.
2. Segurança de acolhida: garantia de suporte emocional e físico.
3. Segurança de convívio familiar e comunitário: fortalecimento de vínculos.

Dentro dessa perspectiva, o SCFV é um serviço essencial, guiado pelos eixos da participação, convivência social e direito de ser. Seu objetivo é fortalecer vínculos familiares e comunitários, promover a autonomia, desenvolver potencialidades e estimular o protagonismo social e a leitura crítica do mundo.

Um tema importante levantado durante o curso foi a ausência de regulamentação da profissão de educador(a) social. Será que a função desse profissional, que atua diretamente com direitos humanos, cidadania e protagonismo social, não merece reconhecimento formal? Gadotti (2012) descreve o(a) educador(a) social como alguém que trabalha com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, atuando em ações culturais, com pessoas em situação de rua, na questão das substâncias psicoativas e, muitas vezes, onde o Estado não chega.

Apesar disso, essa profissão é atualmente reconhecida apenas como ocupação de nível médio (CBO 5153-05). O projeto de Lei nº 2.941/2019, que aguarda aprovação, busca regulamentar a profissão e prevê a transição para o nível superior. Essa regulamentação possibilitaria a formação acadêmica e a ampliação dos conhecimentos ético-políticos e teórico-metodológicos dos(as) educadores(as), fortalecendo sua capacidade de atuar e transformar realidades sociais.

Outro ponto relevante discutido foi a saúde mental dos(as) educadores(as) sociais. O contato constante com a questão social e a falta de reconhecimento da profissão podem levar a desgastes físicos, emocionais e sociais. Essa sensação de impotência, que surge principalmente ao não conseguir atender às demandas dos usuários(as), pode gerar impactos significativos na saúde mental desses profissionais.

Por fim, o curso nos mostrou que o(a) educador(a) social não é apenas um(a) transmissor(a) de conteúdos ou um simples informante sobre direitos. Ele(a) é um(a) mediador(a) do conhecimento, alguém que promove o diálogo, constrói o pensamento crítico e contribui para a autonomia e potencialidades dos sujeitos.

Regulamentar a profissão é essencial para valorizar esses(as) profissionais e possibilitar que tenham acesso à formação contínua, instrumentalizando-os(as) com os conhecimentos necessários para realizar sua prática com excelência.

Esta é minha primeira carta pedagógica, incentivada pelas professoras Fernanda Paulo e Tamar Oliveira. Ela foi construída em meio às reflexões instigadas pelo curso da AEPPA. Espero que inspire outros(as) aprendizes a escreverem e compartilharem suas experiências.

Com carinho,

Renata N. D. Dias
Setembro, 2024.

CARTA PEDAGÓGICA – CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Maria Aparecida Anselmo Flores

Caros educadores e educadoras,

É com muita alegria que saúdo meus companheiros e companheiras da AEPPA (Movimento de Educação Popular de Porto Alegre).

Esta Carta Pedagógica foi elaborada após várias noites de estudo durante um curso de formação promovido pela AEPPA. Durante esse processo, tivemos reflexões intensas, leituras de cartas pedagógicas, relatos de vida, trocas de conhecimentos, partilhas de experiências profissionais e esclarecimentos que enriqueceram nosso aprendizado coletivo.

Nosso primeiro encontro, realizado em 19 de agosto de 2024, teve como tema central História e Importância da Educação em Diferentes Contextos. A aula inaugural foi enriquecida por uma parceria especial entre o Café Paulo Freire, a AEPPA, a UNISC e o Fórum Paulo Freire.

Os convidados para esse momento de abertura foram o professor Alexandre Silva Virginio, do Departamento de Sociologia da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), e a professora Liana Borges, integrante do Café Paulo Freire da Rede Internacional e docente da UNISC. Também contamos com a presença da professora Cheron Moretti, Fernanda Paulo e das estudantes Morgana Costa e Rosana Cória.

Durante a aula inaugural, o professor Alexandre e a professora Liana nos brindaram com relatos de suas experiências pessoais ao trabalharem com o estimado Carlos Rodrigues Brandão. Os relatos foram profundamente

inspiradores, trazendo ensinamentos e emoções ao longo de cada momento compartilhado.

Pessoalmente, lamento não ter tido a oportunidade de conhecer Brandão. Sua partida, há apenas um ano, deixou um vazio imenso. Porém, a proximidade que alguns colegas tiveram com ele nos permitiu sentir, de alguma forma, sua presença por meio dos relatos.

A professora Liana e a Fernanda, por exemplo, trouxeram em sua dissertação de mestrado o trabalho de Carlos Rodrigues Brandão, além de conviverem com ele. Ao ouvir as histórias, percebo as coincidências de vida que cruzam minha trajetória profissional com a de colegas como o professor Alexandre. Ambos somos professores de Sociologia, conhecemos Rubem Alves e participamos de experiências com o Orçamento Participativo. Já com a professora Liana, as conexões se ampliam: ambas conhecemos figuras emblemáticas como Olívio Dutra, ex-prefeito e ex-governador do RS, e a deputada federal Luiza Erundina. Ela lecionou para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto eu atuo no Ensino Médio.

Brandão permaneceu, ao longo de muitos anos, na memória e nas histórias da professora Liana, que o conheceu nos anos 1990 e o manteve presente até 2023, quando ele nos deixou. Apesar de não tê-lo encontrado pessoalmente, sinto-me privilegiada em conhecer sua obra e seus ideais.

Encerrando esta carta, destaco que todos os depoimentos apresentados ao longo do curso foram importantes, mas o relato do colega Cícero foi especialmente tocante. Sua trajetória de vida é uma verdadeira lição para todos nós, reforçando o espírito do esperar que alimenta nossa luta pela educação.

A aula inaugural foi gravada e está disponível no canal do YouTube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=K6GRj9raLqc>.

Com esperança,

Maria Aparecida Anselmo Flores

CARTA PEDAGÓGICA – FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Ana Flávia Schoffen Maciel

Ao iniciar o desenvolvimento do trabalho final, senti como se estivesse ouvindo Tamar ler uma carta pedagógica. Sua voz inconfundível e sua entonação perfeita em cada parágrafo ressoavam em minha mente. Os temas abordados eram profundamente reflexivos e, muitas vezes, complexos, provocando momentos de intensa reflexão e análise.

Ao longo do processo, refletimos sobre a prática pedagógica como uma construção contínua e significativa. Essa ideia, fundamentada na afirmação de Paulo Freire de que “educar-se é impregnar de sentido cada momento da vida, cada ato cotidiano”, enfatiza a necessidade de enxergar a educação como um processo dinâmico e integrado à experiência humana. Nessa perspectiva, o papel do educador transcende os limites da sala de aula, assumindo a responsabilidade de facilitar um aprendizado que seja significativo para a vida dos estudantes. Isso implica promover não apenas a reflexão crítica, mas também o crescimento pessoal.

Durante o curso, exploramos temas que, embora desafiadores, nos convidaram a uma reflexão necessária sobre a prática pedagógica e a acessibilidade. Esses momentos trouxeram à tona a importância de incluir e acolher cada indivíduo no processo educacional, respeitando suas particularidades e garantindo que todos tenham acesso ao conhecimento.

A inspiração constante, simbolizada pela “voz” que nos guiou ao longo do trabalho, lembrou-nos que o conhecimento não é apenas um acúmulo de teorias, mas uma prática viva. Essa prática é moldada pela empatia, pela escuta

atenta e pela adaptação às necessidades de cada indivíduo. A educação popular, enquanto prática reflexiva e transformadora, deve sempre buscar a inclusão, o respeito às diferenças e a criação de um ambiente verdadeiramente acessível a todos.

Entretanto, ficou evidente que ainda há muito a ser feito. A construção de uma educação inclusiva exige mais do que conscientização: ela demanda ações concretas, tanto no âmbito das políticas educacionais quanto na prática cotidiana dos educadores.

Ao final desta formação, o que permanece é o compromisso com a transformação. Que a acessibilidade deixe de ser um ideal distante e se torne uma realidade vivida por todos.

Agradeço imensamente pelos ensinamentos e pela oportunidade de aprendizado ao longo desse percurso.

Atenciosamente

Ana Flávia Schoffen Maciel

PARTE IV

Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular



EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL, A EJA E A EDUCAÇÃO POPULAR

Fernanda dos Santos Paulo

Prezados colegas,

No dia 10 de fevereiro, reunimo-nos para discutir o tema “Educação do Campo no Brasil, a EJA e a Educação Popular”, destacando a importância da interligação dessas áreas com a pedagogia emancipatória de Paulo Freire. A Educação Popular, fundamentada na pedagogia de Freire, ressalta a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a emancipação e a transformação social, especialmente através da valorização do diálogo, da reflexão crítica e da ação coletiva.

Carlos Rodrigues Brandão aponta para uma educação do campo que valorize a diversidade cultural e contribua para a formação de indivíduos críticos e engajados, alinhada à educação popular e libertadora. Esta educação visa não apenas a transferência de conhecimentos, mas também a transformação da sociedade, promovendo a justiça social e a igualdade.

A relação entre Educação Popular (EP) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfatiza o compromisso com a emancipação e a transformação social, priorizando as vozes e culturas dos sujeitos envolvidos. Este compromisso é evidenciado na história da EJA, que incorpora as histórias de vida e lutas dos educandos, refletindo a complexidade de suas realidades.

A Educação do Campo surge como uma resposta às necessidades das populações rurais, promovendo uma educação que respeita e valoriza suas particularidades. Movimentos sociais rurais e diversas organizações têm sido fundamentais na formação de uma rede de política educacional voltada para estas populações, embasada em marcos legais e conceituais importantes, como

a Constituição Federal de 1988, a LDBEN e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Apesar dos desafios impostos por políticas neoliberais e pela necessidade de adequação da infraestrutura escolar e formação de professores, a Educação do Campo representa um espaço de resistência e possibilidade de transformação, buscando integrar o saber popular e científico e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Encerramos com reflexões sobre a necessidade de uma educação emancipatória que seja atenta às necessidades dos educandos e propondo estratégias para fortalecer a interação entre Educação Popular, EJA e Educação do Campo. Questões sobre como os educadores podem incorporar os princípios da Educação Popular em contextos rurais e superar barreiras de acesso à educação são cruciais para promover uma educação relevante e transformadora.

Agradecemos a participação e o engajamento de todos neste diálogo fundamental para a construção de uma educação mais justa e inclusiva.

Atenciosamente,

Fernanda Paulo.

CONVITE À LEITURA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DA EJA

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, fevereiro de 2024.

Queridos educadores e educadoras,

Amigos e amigas, esta primeira Carta Pedagógica é um pouco extensa em virtude do seu tema amplo. Tentei realizar uma síntese de 65 páginas que compreende o Capítulo 1 do livro “Educação de Jovens e Adultos e a Educação Popular: Contribuições para Formação Docente”. Neste capítulo exploro a perspectiva histórica e política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com um foco particular na Educação Popular e suas contribuições para a formação docente. Ele abrange a evolução da EJA no Brasil, destacando a importância das políticas educacionais, metodologias, e a influência de figuras proeminentes como Paulo Freire. Além disso, discute-se a alfabetização de jovens e adultos, as campanhas de alfabetização no Brasil, e a contextualização da educação popular brasileira através de diferentes seções, cada uma dedicada a aspectos específicos da EJA, desde suas raízes históricas até as práticas contemporâneas. Posto isso, elaborei uma Carta Pedagógica de três (3) laudas. Espero que gostem.

A perspectiva histórica e política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil revela uma trajetória complexa e profundamente enraizada nas dinâmicas sociais, políticas e educacionais do país. Desde os seus primórdios, a EJA tem sido influenciada por movimentos globais, políticas internacionais e esforços nacionais para reconhecer e atender às necessidades educacionais de adultos e idosos que foram excluídos ou marginalizados pelo sistema educacional formal.

O contexto brasileiro mostra que a EJA passou de uma abordagem fragmentada e utilitária para uma compreensão mais ampla que enfatiza **a educação como um direito humano fundamental e um instrumento para a emancipação social e política**. Essa evolução é marcada pela adoção de conceitos como educação permanente, aprendizagem ao longo da vida e Educação Popular, que refletem uma visão mais inclusiva e integrada da educação de pessoas jovens, adultas e idosas.

A EJA no Brasil tem sido objeto de várias políticas e programas governamentais, começando nos anos **1940 e 1950** com iniciativas focadas na alfabetização e educação profissional de adultos. A **década de 1960** no Brasil, especialmente o período entre 1960 e 1964, foi marcado por intensas atividades de **cultura e Educação Popular**, que foram abruptamente interrompidas pelo **golpe militar de 31 de março de 1964**. Neste contexto, o **Movimento de Educação de Base (MEB)**, iniciado pela Igreja Católica e apoiado pelo governo federal, destacou-se por promover a educação nas zonas rurais, utilizando escolas radiofônicas. **Paulo Freire, um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular (MCP) em Recife**, desenvolveu uma **metodologia de alfabetização que enfatizava a conscientização e a libertação**. Este período também viu a promoção da criação do **Plano Nacional de Alfabetização**, com Freire convidado para liderar a iniciativa, que visava alfabetizar milhões de adultos. Contudo, o sucesso dessas iniciativas educacionais foi interrompido pelo golpe militar, resultando no **exílio de Freire e na repressão dos movimentos de educação e cultura popular**, marcando um período de retrocesso na educação de jovens e adultos no Brasil.

A **trajetória de Paulo Freire na alfabetização de adultos** é marcada por importantes contribuições e iniciativas que influenciaram a educação popular e a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil e em outros países. Desde a década de 1950, Freire iniciou seu trabalho focado nas necessidades dos adultos trabalhadores analfabetos, fundamentando sua concepção pedagógica transformadora. Na década de 1960, suas ideias ganharam projeção nacional com o **Sistema de Alfabetização Paulo Freire e experiências em-**

blemáticas como a de Angicos/RN, onde 300 trabalhadores foram alfabetizados em 40 dias, e a liderança do Programa Nacional de Alfabetização, interrompido pelo Golpe Militar de 1964. Durante seu exílio, Freire assessorou programas de alfabetização em diversos países, retornando ao Brasil para continuar seu trabalho, inclusive criando o MOVA-SP em 1989 como Secretário de Educação de São Paulo. Sua **metodologia**, reconhecida por sua capacidade de politização e conscientização, foi celebrada em diversos momentos, inclusive com reconhecimentos internacionais, como o prêmio da UNESCO. Freire também teve uma presença significativa aqui no Rio Grande do Sul, dialogando sobre Educação Popular e alfabetização em várias ocasiões. Sua concepção de educação e alfabetização de adultos continua a influenciar as práticas educacionais e políticas de EJA até hoje.

Sendo assim, como as práticas e escritos de Paulo Freire acerca da educação de jovens e adultos podem contribuir para os desafios contemporâneos?

A **alfabetização de jovens e adultos no Brasil** possui uma longa história marcada por desafios e esforços contínuos para reduzir as taxas de analfabetismo, que têm suas raízes no período colonial e foram intensificadas por diversas campanhas e políticas públicas ao longo dos séculos XX e XXI.

No Brasil, as **campanhas de alfabetização de jovens e adultos** tiveram início na década de 1940, com diversas iniciativas governamentais como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo (MNEA), e o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), visando expandir o acesso à educação básica para populações marginalizadas. Posteriormente, surgiram movimentos significativos como o **Movimento de Educação de Base (MEB)**, **Movimento de Cultura Popular (MCP)**, e programas como o **Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)** durante a ditadura militar, seguidos por iniciativas mais recentes como o **Programa Alfabetização Solidária (PAS)** e o **Programa Brasil Alfabetizado (PBA)**. Essas campanhas refletem um esforço contínuo para enfrentar o analfabetismo no país, incorporando ao longo do tempo perspectivas críticas e emancipatórias

na educação de jovens e adultos, embora ainda persistam desafios significativos para a erradicação completa da exclusão de pessoas que não tiveram o direito à educação e promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

A abordagem crítica de Paulo Freire, enfatizando a conscientização e a alfabetização como ferramentas de emancipação social, tem sido um marco teórico respeitável nessas iniciativas. Apesar da redução significativa do analfabetismo de 64,9% em 1920 para 6,6% em 2019, o Brasil ainda enfrenta desafios para diminuir completamente essa história de exclusão e promover uma educação de qualidade para jovens e adultos. As pesquisas destacam a necessidade de políticas públicas efetivas e uma abordagem pedagógica que valorize as práticas sociais de leitura e escrita, indo além da mera decodificação de sinais gráficos, visando uma **formação cidadã**. A educação de jovens e adultos, portanto, continua a ser uma área crítica que requer atenção, investimento e inovação para garantir o direito à educação para todos.

Diante destes desafios, como podemos promover uma educação que realmente atenda às necessidades e realidades dos jovens e adultos em processo de aprendizagem inclusiva e cidadã?

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, trouxe grandes avanços ao reconhecer a educação como um direito inalienável de todos os cidadãos, independentemente de sua idade, e ao estabelecer a base para políticas educacionais inclusivas que abrangem a EJA.

As Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA), organizadas pela UNESCO, desempenharam um papel notável em delinear as diretrizes e políticas globais para a educação de adultos, influenciando diretamente as políticas educacionais brasileiras. O Brasil, ao sediar a VI CONFINTEA em 2009, reafirmou seu compromisso com a promoção da EJA e com a implementação de políticas que refletem uma abordagem progressista e inclusiva da educação de adultos.

No entanto, a integração da EJA às políticas educacionais mais amplas, como a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, tem sido objeto de debate e crítica. Especialistas e grupos de pesquisa, como o **GT-18 da ANPED**,

têm expressado preocupações sobre como essa integração pode impactar a especificidade e as necessidades únicas da EJA, apontando para a necessidade de uma discussão mais ampla e inclusiva para essa modalidade.

A EJA, portanto, é um campo em constante transformação, que reflete as mudanças sociais, políticas e educacionais do Brasil e do mundo. Enquanto busca atender às necessidades educacionais de uma população adulta diversificada, enfrenta desafios significativos, mas também oferece oportunidades únicas para a promoção da justiça social, da inclusão e do desenvolvimento sustentável através da educação.

Em suma, a **Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil** representa um campo vital para o desenvolvimento social e a emancipação política, refletindo um compromisso histórico com a inclusão educacional e a justiça social. Através da análise de sua trajetória histórica e das contribuições significativas de educadores como Paulo Freire, compreendemos a importância de uma abordagem pedagógica que valorize a Educação Popular como um processo contínuo de aprendizagem e transformação. Diante dos desafios contemporâneos, é imperativo promover políticas e práticas educacionais que sejam inclusivas, críticas e emancipatórias, reconhecendo a EJA como um direito fundamental e um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A dedicação contínua a esses princípios não apenas honra o legado de educadores como Freire, mas também abre caminhos para avanços significativos na educação de jovens e adultos, garantindo que todos tenham acesso a oportunidades de aprendizagem que respeitem suas necessidades, histórias e contextos. Portanto, como educadores e educadoras, somos chamados a reafirmar nosso compromisso com a **Educação Popular e a EJA**, trabalhando coletivamente para superar barreiras e criar um futuro no qual a educação seja verdadeiramente para todas as pessoas. **Então, quais aprendizagens foram construídas a partir desta Carta Pedagógica?**

Com carinho,

Fernanda Paulo

Referência

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

CONVITE À LEITURA: A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA HISTÓRIA DA EJA

Fernanda dos Santos Paulo

Queridos educadores e educadoras,

Chegamos no segundo dia do nosso Ciclo de formação. Espero que tenham gostado da primeira carta pedagógica. Ela é muito informativa, mas busca uma formação-base em torno do tema da EJA no seu contexto histórico.

Este documento apresenta uma reflexão profunda e abrangente sobre a intersecção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a Educação Popular, fundamentada nos princípios e práticas da pedagogia de Paulo Freire. Destaca-se a preocupação em vincular teoria e prática, ressaltando a importância da formação crítica de educadores e educandos dentro de um contexto marcado por políticas neoliberais, buscando a emancipação e a resistência política.

A Educação Popular, conforme discutida no livro, é vista não apenas como um método pedagógico, mas como uma abordagem política, pedagógica e filosófica da educação que visa a emancipação e a conscientização dos sujeitos. Situa-se como uma corrente político-pedagógica da educação em seu sentido amplo (escolar e não escolar). Baseando-se na obra de Paulo Freire, a Educação Popular é entendida como um processo dialógico, onde educador(a) e educando(a) aprendem mutuamente, em um esforço conjunto para decodificar a realidade e transformá-la. Esta abordagem é e já foi aplicada à EJA, como verificamos na carta anterior. Para melhor síntese, relacionado a Educação Popular, destacamos os principais conceitos discutidos no livro:

Práxis educativa: enfatiza a ação e reflexão sobre o mundo para transformá-lo, fundamentada na pedagogia freiriana.

Temas geradores: conteúdos que emergem da realidade vivida pelos educandos, servindo como ponto de partida para a construção do conhecimento.

Conscientização: processo de desenvolvimento da capacidade crítica sobre a realidade social e de atuação para transformá-la. É um processo.

Além disso, o livro detalha uma série de experiências e metodologias específicas para a EJA dentro da **Educação Popular**, como:

Diálogo: usado como ferramenta fundamental de ensino e aprendizagem, valorizando o conhecimento e as experiências de vida dos educandos.

Pesquisas Participativas: metodologias que envolvem educadores e educandos na investigação de suas próprias realidades, promovendo a co-construção do conhecimento.

Cartas Pedagógicas e Sistematização de Experiências: estratégias metodológicas que permitem a reflexão e a análise crítica das práticas educativas, visando a transformação social.

Não posso deixar de destacar uma das seções do livro que aborda a importância da **Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) através do estudo de cartas de Carlos Rodrigues Brandão, entre 1981 e 1995**, revelando as contribuições dessas áreas para a formação docente e a transformação social. A análise documental dessas cartas, que faz parte de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, destaca o papel da Educação Popular na história da educação brasileira e latino-americana, enfatizando a necessidade de uma educação que promova a emancipação humana e social. As cartas de Brandão demonstram o compromisso com a educação crítica e a luta contra as desigualdades sociais, inspiradas nos princípios freireanos de educação como prática da liberdade. A análise revela que a Educação Popular e a EJA não se limitam a um programa educacional ou a modelos conservadores de educação, mas representam um processo de construção coletiva voltado para a transformação da sociedade e a luta por justiça social.

O texto também ressalta as experiências de movimentos populares e projetos educacionais que adotam a Educação Popular, destacando a importância da formação política e do engajamento na construção de alternativas ao modelo educacional capitalista. Essas experiências são fundamentais para a valorização da cultura popular, a mobilização social e a defesa de um projeto educacional que vá além do acesso a direitos básicos, visando à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, esta seção evidencia a relevância da Educação Popular e da EJA como campos de resistência e transformação, que desafiam as estruturas sociais dominantes e promovem uma educação voltada para a emancipação humana e a superação das desigualdades sociais, em linha com os ideais de Paulo Freire e outros educadores comprometidos com a educação como prática de liberdade e transformação social.

Cabe ressaltar que a Educação Popular na EJA, em todo livro, é abordada como uma prática libertadora e resistente às políticas neoliberais, enfatizando a importância da educação ao longo da vida, mas criticando a substituição da Educação Popular por nomenclaturas que alinham a educação às demandas do mercado. A EJA é destacada como um direito garantido desde 1988 no Brasil, e a Educação Popular é vista como uma concepção teórico-prática que deve estar presente na EJA e em outros contextos educacionais.

De modo geral, no livro argumenta-se pela integração da Educação Popular na EJA como uma estratégia indispensável para alcançar uma educação mais justa, equitativa e transformadora, que capacite as pessoas a agirem criticamente sobre sua realidade. Esta abordagem requer a continuidade do diálogo, da pesquisa participativa e da reflexão crítica, fundamentais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que realmente atendam às necessidades e aspirações dos educandos adultos.

Em síntese, também se aborda nesta obra as dificuldades enfrentadas pela EJA, incluindo o desafio de manter práticas educativas emancipatórias de

Educação Popular em um contexto de políticas educacionais neoliberais. Apesar desses desafios, a Educação Popular oferece caminhos para uma educação transformadora, que não apenas qualifica, mas também politiza e emancipa os sujeitos envolvidos. O problema é que a Educação Popular é escassamente estudada nos cursos de formação inicial e continuada de docentes. Logo, pouco conhecida em termos de aprofundamento teórico.

Referência

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

CONVITE À LEITURA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DE 1988

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, fevereiro de 2024.

Queridos educadores e educadoras,

Esta Carta Pedagógica é uma síntese do livro¹, em especial do segundo capítulo, que apresenta a importância da Constituição de 1988, ao instituir um novo marco na história do Brasil, estabeleceu as bases para uma série de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e ao desenvolvimento social, entre as quais se destacam as políticas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, em particular, consolidou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino fundamental e médio, reconhecendo-a como um direito assegurado pela Constituição. Esse movimento veio acompanhado de uma série de outras legislações e diretrizes que visam a garantir o acesso à educação para todos, independentemente da idade, e a promover a educação como um processo contínuo ao longo da vida.

Um dos aspectos mais relevantes dessas políticas é o reconhecimento da importância dos movimentos sociais e da participação popular na construção das políticas educacionais. Os conselhos populares e os diversos fóruns e conferências sobre educação são exemplos de espaços criados para assegurar essa participação. Além disso, o estabelecimento de diretrizes específicas para a EJA, como visto no Parecer CNE/CEB 11/2000 e na Resolução CNE/CEB nº 1/2000, reforça a ideia de uma educação que leva em conta as particularidades e necessidades dos jovens e adultos, muitos dos quais foram privados do direito à educação em suas idades regulares.

¹ PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos. A análise do contexto educacional da EJA, especialmente a partir da Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021, e do Parecer CNE/CEB Nº: 6/2020, revela preocupações com a necessidade de maior diálogo e participação dos envolvidos na EJA, incluindo educadores, estudantes e representantes dos movimentos sociais. A crítica gira em torno da aparente falta de inclusão de perspectivas fundamentais no processo de elaboração das políticas, como as contribuições da educação popular freiriana, e a necessidade de um debate mais amplo e participativo sobre as diretrizes e a implementação da EJA.

Para melhor clarear este tópico vou retomar algumas legislações que marcaram as lutas pela EJA no tocante a legislação desde a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos. Essas legislações visam garantir o acesso à educação para aqueles que não tiveram oportunidade na idade apropriada, com foco em promover a inclusão educacional. Vamos lá:

- 1) **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996** foi um marco, definindo a EJA como uma modalidade educacional específica. Apesar dos desafios na implementação, como a falta de recursos e de professores formados para esta especificidade, essa lei ampliou o reconhecimento da EJA.
- 2) **Os Planos Nacionais de Educação (PNE) de 2001-2010 e de 2014-2024** estabeleceram metas para a expansão e qualificação da EJA, promovendo sua integração em políticas educacionais mais amplas. Embora as metas nem sempre tenham sido alcançadas nos prazos estipulados, esses planos foram fundamentais para direcionar esforços e recursos para a EJA.
- 3) **O Decreto nº 5.478/2005**, que regulamentou o **FUNDEB**, assegurou financiamento para a EJA, contribuindo para a expansão de vagas e melhoria da infraestrutura. Apesar de críticas quanto à distribuição equitativa dos recursos, esse decreto fortaleceu a sustentabilidade financeira dos programas de EJA.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA enfatizaram a necessidade de flexibilidade e contextualização do ensino, visando atender às necessidades específicas dos estudantes da EJA. Desafios na aplicação prática dessas diretrizes persistem, incluindo resistências a metodologias inovadoras. No entanto, elas incentivaram a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Essas legislações e diretrizes refletem um compromisso contínuo com a melhoria da EJA no Brasil, as quais são frutos de muitas lutas em especial dos Fóruns de EJA do Brasil, os quais nasceram a partir de 1996.

Outro destaque é a ênfase na intersectorialidade e na articulação entre diferentes políticas e programas é um ponto positivo, reconhecendo que a educação de jovens e adultos não pode ser desvinculada de outras áreas como trabalho, saúde e assistência social. Porém, permanece o desafio de como essas políticas são formuladas e implementadas, de modo a realmente refletir as necessidades e expectativas dos sujeitos da EJA.

Portanto, embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente na direção de reconhecer e instituir a educação de jovens e adultos como um direito, ainda existem desafios importantes a serem enfrentados para que esse direito se traduza em práticas educacionais efetivas, inclusivas e transformadoras. Isso passa necessariamente por processos mais democráticos e participativos de formulação e implementação de políticas, que levem em conta as vozes e experiências dos sujeitos diretamente impactados por essas políticas.

Com estima,

Fernanda Paulo

CONVITE À LEITURA: QUEM SÃO OS SUJEITOS DA EJA?

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, fevereiro de 2024.

Queridos educadores e educadoras,

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional destinada a garantir o direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade considerada “própria”. Os sujeitos da EJA são diversificados e incluem jovens, adultos e idosos de diferentes contextos sociais, culturais e econômicos, sujeitos pertencentes a **classe popular**. Essa diversidade reflete as diversas realidades e necessidades desses alunos, que buscam na EJA não apenas a aquisição de conhecimentos formais, mas também uma oportunidade de transformação pessoal e social.

Os **sujeitos da EJA** enfrentam vários desafios, desde questões relacionadas à infraestrutura e acesso à educação até a necessidade de políticas educacionais que reconheçam e valorizem suas experiências de vida. A EJA, portanto, não deve ser vista apenas como um mecanismo de compensação educacional, mas como um **direito fundamental** que contribui para a inclusão social e o desenvolvimento humano.

Um assunto insuficientemente explorado é os sujeitos da EJA no espaço prisional. Ela se destaca como um tema valoroso e pouco tratado dentro da EJA de um modo geral. No livro enfatiza-se a importância de fornecer oportunidades educacionais, na verdade garantir um **direito constitucional**, para **pessoas em situação de privação de liberdade**. A legislação brasileira e diversos documentos internacionais reconhecem o direito à educação como um meio de

reinserção social e de garantia da dignidade humana para essa população. A implementação efetiva dessas políticas, no entanto, requer esforços contínuos para superar obstáculos estruturais e práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas desses alunos.

Um tema que deve se considerar é a EJA no contexto do mundo do trabalho enfrenta desafios significativos diante das transformações provocadas pela lógica neoliberal e pela reestruturação produtiva. Os sujeitos da EJA, muitos dos quais vivenciando situações de precariedade laboral ou desemprego, buscam na educação não apenas o desenvolvimento pessoal e social, mas também uma oportunidade para melhorar sua inserção no mercado de trabalho. A EJA, portanto, é vista por muitos como um caminho para a qualificação profissional necessária para enfrentar as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e excludente.

Nesse cenário, a EJA tem o potencial de atuar como um espaço de reflexão crítica sobre as relações de trabalho e a exploração sob o capitalismo, promovendo uma educação que transcenda a mera preparação para o mercado. A educação popular, nesse contexto, oferece uma perspectiva emancipatória, almejando uma formação que capacite os indivíduos não só para o trabalho, mas para a transformação social. Isso implica em repensar os currículos e as práticas pedagógicas da EJA para que reflitam a realidade dos estudantes trabalhadores, considerando suas experiências, necessidades e aspirações. Portanto, é fundamental que a EJA se comprometa com uma educação que valorize o trabalho como princípio educativo, em contraposição à **visão neoliberal que enxerga a educação como mera ferramenta de adaptação às demandas do mercado.**

Outro tema, não muito tratado acerca dos sujeitos da EJA são egressos desta modalidade que buscam a educação superior enfrentam desafios adicionais, incluindo a necessidade de políticas de acesso e permanência adaptadas às suas condições. Embora existam programas como o PROUNI que facilitam o acesso ao ensino superior, ainda há uma carência de estudos e políticas foca-

das especificamente nos egressos da EJA nesse nível educacional. Isso aponta para a necessidade de uma maior atenção às trajetórias educacionais desses indivíduos e ao desenvolvimento de estratégias que promovam sua inclusão e sucesso na educação superior.

Em síntese, a EJA desempenha um papel fundamental na promoção da educação como um direito de todos, independentemente da idade ou do contexto social. Reconhecer e atender à diversidade de seus sujeitos, assim como enfrentar os desafios associados à educação prisional e à transição para a educação superior, são passos essenciais para garantir que a EJA cumpra seu potencial como instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano. Espero que tenham gostado desta Carta Pedagógica e que ela tenha contribuído para a sua formação.

Com estima,

Referências

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

CONVITE À LEITURA: CONHECENDO OS FÓRUNS DE EJA DO BRASIL

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, fevereiro de 2024.

A história dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dos Encontros Nacionais de EJA (ENEJA) é marcada por um esforço contínuo para estruturar um movimento social dedicado à defesa e promoção da educação para jovens e adultos trabalhadores. O primeiro Fórum de EJA foi no Rio de Janeiro em 1996, seguido do Fórum Estadual de EJA do RS, no mesmo ano.

Essa trajetória começou com a preparação para a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos em Hamburgo, Alemanha, em 1997, promovida pela UNESCO. A iniciativa revelou a necessidade de uma articulação mais efetiva entre as diferentes ações e instituições atuantes na área da EJA, que até então operava de forma dispersa e sem coordenação, evidenciando a ausência de políticas públicas consolidadas para o setor.

Desde então, os Fóruns de EJA, compostos por uma diversidade de participantes, incluindo instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos, educandos(as) e educadores(as), estabeleceram-se como espaços de deliberação, socialização de informações e formação continuada. Esses encontros visam fortalecer os profissionais envolvidos e mobilizar a luta pelo direito à educação de qualidade para a população jovem e adulta.

Outro destaque foi a realização do Primeiro Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA) em 1999, o qual acontece desde então.

Os ENEJAs são organizados pelos Fóruns de EJA e têm desempenhado um papel significativo na interlocução com o Ministério da Educação (MEC), nas secretarias de educação via os EREJAS (Encontros regionais) contribuindo

significativamente para a formulação e implementação de ações na modalidade da EJA. A legitimidade dos Fóruns de EJA é reconhecida em diversos espaços, especialmente pela participação na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) e por meio de diálogos constantes com o Ministério. Os encontros nacionais servem como espaço para discutir democraticamente as questões urgentes que afetam a EJA em nível nacional.

A luta dos Fóruns e dos ENEJAs é movida pelo compromisso de garantir o direito constitucional à educação para todos os cidadãos brasileiros, enfrentando as desigualdades que segregam e perpetuam injustiças sociais.

Todos os estados possuem um fórum de EJA. Temos um portal dos Fóruns EJA Brasil que merece ser visitado: <http://forumeja.org.br/>

O Portal dos Fóruns é uma iniciativa que visa socializar o trabalho realizado, divulgar materiais de estudos, legislações, encontros, etc. Te convido a visitar o portal e acessar os acervo de materiais educativos (vídeos, textos, artigos, pesquisas, relatórios de encontros, livros, etc.). Além de seu papel informativo, o portal facilita a comunicação e o diálogo entre os estados e sujeitos da EJA.

Com estima,

Fernanda Paulo

Referências

Fóruns de EJA Brasil. **Portal dos Fóruns de EJA**. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/>>. Acesso em: 03 de fev.2024.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

CONVITE À LEITURA: EJA E FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, fevereiro de 2024.

Queridos educadores e educadoras,

Esta Carta Pedagógica apresenta o quarto capítulo do livro indicado, cuja temática central é a formação docente específica para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfatizando a importância de uma base sólida composta por conhecimentos sociológicos, filosóficos, políticos, antropológicos, epistemológicos, pedagógicos e metodológicos. Destaca-se a contribuição histórica de pensadores como Álvaro Vieira Pinto e a influência de **Paulo Freire** e de movimentos populares na formação e prática docente na EJA. O texto também aborda a legislação brasileira relevante, que estabelecem a necessidade de formação adequada para educadores de jovens e adultos.

Um ponto central é a crítica à formação docente tradicional, que muitas vezes ignora as especificidades da EJA, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais crítica e problematizadora na educação de adultos. O texto menciona experiências históricas de formação docente na EJA, incluindo iniciativas isoladas e a importância dos movimentos sociais na luta por uma educação de qualidade para jovens e adultos.

Além disso, o texto enfatiza a necessidade de políticas nacionais de formação docente que contemplem as especificidades da EJA, criticando a ausência de conteúdos específicos da EJA nos cursos de formação docente e a falta de oportunidades de estágio e prática pedagógica nessa modalidade. Também ressalta a importância da formação continuada e da prática reflexiva para a qualificação dos educadores de EJA, bem como a necessidade de valorização

desses profissionais e a realização de concursos públicos específicos para a modalidade. Nesta carta vou apresentar os principais destaques do capítulo:

- 1) A necessidade de uma formação docente sólida e específica para a EJA, baseada em conhecimentos multidisciplinares e na experiência prática.
- 2) A importância histórica dos movimentos sociais e da legislação na promoção e na definição da formação docente para a EJA.
- 3) Críticas à formação docente tradicional por sua inadequação às necessidades específicas da EJA.
- 4) A urgência de políticas nacionais de formação docente para a EJA, que incluam conteúdos específicos, estágios e práticas pedagógicas na modalidade.
- 5) A necessidade de formação continuada e reflexiva para os educadores de EJA, bem como a valorização profissional desses educadores, incluindo a realização de concursos públicos específicos para a modalidade.

Gostaria de mencionar novamente o portal dos Fóruns EJA, em especial a aba que diz “encontros”. Nela você localizará memórias do Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Um dos encontros ocorreu em Porto Alegre (RS) no ano de 2010. Para nossa Carta Pedagógica vou citar os últimos dois encontros.

O IV Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Jovens e Adultos (EJA), realizado em 2012, destacou-se como um espaço essencial para a troca de experiências, pesquisas e articulação dos Fóruns de EJA do Brasil. Com foco na formação docente como uma das principais frentes de luta, o seminário abordou temas variados, como EJA nas prisões, EJA no campo, indígena e quilombola, currículos em EJA, avaliação do ensino e aprendizagem, gênero e sexualidade, entre outros. O evento contou com a participação de 170 pessoas presentes das 210 confirmadas, refletindo sobre “Processos formativos em EJA: Práticas, saberes e novos olhares”. Além disso, houve lançamento de obras relevantes para a formação docente na área e diversas atividades culturais, reforçando a relação entre educação e cultura.

As deliberações do seminário incluíram a importância de promover uma formação crítica e emancipatória para educadores da EJA, envolvendo todas as instâncias educacionais e políticas, desde o Ministério da Educação até movimentos sociais e instituições de ensino superior. Foram propostas ações específicas para cada subtemática discutida, visando melhorar a qualificação dos processos de formação de professores e a qualidade da educação oferecida aos jovens e adultos. Essas propostas abrangem desde a formação inicial e continuada de professores até a inclusão de discussões sobre diversidade, gênero, sexualidade e tecnologias na educação de jovens e adultos.

Finalmente, o evento ressaltou o compromisso com a formação integral dos educandos da EJA foi reafirmado, contrapondo-se às políticas que promovem a formação profissional desvinculada da elevação de escolaridade e da formação integral do sujeito.

O V Seminário Nacional sobre Formação de Professores de Educação de Jovens e Adultos foi realizado em 2015 na UNICAMP, em Campinas, SP.

No contexto do V Seminário Nacional sobre Formação de Educadores da EJA, Maria Hermínia Laffin e Marcia Soares de Alvarenga (palestrantes) destacaram desafios significativos na formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Laffin focou nas lacunas existentes na formação docente e na necessidade de reconhecer e institucionalizar a EJA como uma política pública de Estado, com um currículo especializado e ações afirmativas para a criação de vagas específicas nos concursos públicos. Por outro lado, Alvarenga sublinhou a complexidade dos processos formativos e a importância de compreender a formação docente dentro do contexto histórico e teórico, destacando o papel primordial das universidades e movimentos sociais em realçar uma educação que reconheça a EJA não apenas como um direito, mas como uma área de conhecimento necessária, que requer abordagens críticas e contextualizadas para a formação de educadores. Ambas ressaltam a necessidade urgente de políticas educacionais mais robustas e direcionadas para a EJA, a fim de superar a improvisação e insuficiência da formação docente atual.

Convido vocês a conhecerem os encontros, em especial o primeiro. Eis o link: <http://forumeja.org.br/node/2283>

A formação docente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa, como vimos, um desafio contínuo e uma necessidade inadiável frente às demandas específicas dessa modalidade de ensino. Os seminários nacionais sobre a formação de educadores da EJA, sublinham a importância de abordagens multidisciplinares e críticas na preparação dos professores.

No livro referência identificamos lacunas existentes na formação docente, mas também caminhos para uma educação emancipatória que valorize o conhecimento experiencial dos educandos e promova uma formação integral. Um dos caminhos é recuperar a história e experiências da Educação Popular. Ao destacar a necessidade de políticas públicas robustas e de uma formação específica que abrace as peculiaridades da EJA, reforça-se o compromisso com a qualidade educacional e social. Nossa opção reitera a urgência de transcender a improvisação atual, propondo uma reflexão profunda sobre como as práticas pedagógicas, formação docente e as políticas educacionais podem ser melhor orientadas para atender às necessidades da EJA.

Com estima,

Fernanda Paulo

Referências

Fóruns de EJA Brasil. **Portal dos Fóruns de EJA**. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/>>. Acesso em: 03 de fev.2024.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

CONVITE À LEITURA: EJA EM PRISÕES

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, fevereiro de 2024.

Queridos educadores e educadoras,

O capítulo aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em contextos prisionais, destacando a invisibilidade histórica das pessoas privadas de liberdade no debate educacional. Ele se fundamenta em dados e legislações que estruturam a oferta de educação nas prisões, evidenciando o perfil da população carcerária e as diretrizes nacionais para a educação em estabelecimentos penais. Na sequência apresento dez pontos principais extraídos do capítulo de referência:

1. No Brasil, a **população carcerária** é majoritariamente composta por homens, pobres, negros e jovens sem ensino fundamental completo, desafiando o direito universal à educação previsto em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988.
2. A **educação em prisões** é amparada por várias legislações, incluindo a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e a Lei de Execução Penal de 1984, que estabelece a educação como um direito dos presos, integrado ao sistema educacional do país.
3. **Diretrizes e Decretos específicos:** Documentos como a Resolução CNPCP nº 03/2009 e o Decreto nº 7.626 de 2011 instituem diretrizes específicas para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, incluindo a remição de pena por estudo.
4. A **educação prisional ainda é insuficientemente abordada nos cursos de formação de professores**, apesar de sua importância ser reconhecida em diversas diretrizes nacionais.

5. A realização de seminários nacionais sobre educação nas prisões e o trabalho de pesquisadores destacados, como **Elionaldo Fernandes Julião, Elenice Maria Cammarosano Onofre e Roberto da Silva**, contribuem para o avanço das discussões e políticas educacionais para pessoas privadas de liberdade.
6. Há um crescimento na **produção acadêmica sobre a EJA prisional**, com dissertações e teses abordando diferentes aspectos da educação em contextos de restrição e privação de liberdade.
7. A necessidade de desenvolver uma **didática específica para o contexto prisional**, com base na pedagogia crítica e na Educação Popular, é enfatizada como forma de promover a educação como um direito humano subjetivo.
8. O pensamento de **Paulo Freire** é recorrentemente citado nos estudos sobre EJA prisional, destacando a importância do diálogo e da conscientização no processo educativo de pessoas privadas de liberdade.
9. A **educação para jovens e adultos privados de liberdade** é abordada tanto do ponto de vista legal, com referências à legislação nacional e internacional, quanto do ponto de vista político-pedagógico, enfatizando a educação como direito e não como mercadoria.
10. O capítulo sugere a inclusão da temática da EJA prisional nos cursos de licenciatura e a realização de seminários interinstitucionais para fomentar a discussão e o conhecimento sobre os desafios da educação em contextos prisionais, visando a reinserção social e a garantia da cidadania plena dos apenados.

Recordemos que a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** estabelece a educação como um direito fundamental para todos, incluindo a educação gratuita nos níveis elementares e o acesso à educação técnico-profissional e superior com base no mérito. Este princípio é reforçado por diversos documentos internacionais e políticas nacionais, enfatizando a importância da educação para o desenvolvimento humano, promoção da tolerância e manutenção da

paz. No contexto prisional, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se apresenta como uma ferramenta fundamental para a reintegração social de pessoas privadas de liberdade à sociedade, apoiada por leis e resoluções que visam garantir o acesso à educação e à formação profissional como parte da assistência ao preso. Tais políticas visam não apenas educar, mas também promover a remissão de pena através do estudo e trabalho, demonstrando um compromisso com a reinserção social e a redução da reincidência, apesar dos desafios existentes para a eficácia desse processo.

Daí a importância da formação de educadores para atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em contexto de privação ou restrição de liberdade. **Muitos professores entram em sala de aula sem uma formação específica para trabalhar com a EJA, tanto mais em contextos prisionais.** A legislação e diretrizes curriculares brasileiras, como a LDBEN e o Parecer 11/2000, sublinham a importância de contemplar a EJA na formação inicial de professores, porém, essa necessidade ainda é parcamente atendida nos cursos de licenciatura. Documentos e resoluções, como a Resolução nº 02/2010, especificam a necessidade de formação inicial e continuada que atenda às especificidades da EJA em contexto prisional, enfatizando a qualificação dos educadores(as) para atender às demandas específicas dessa modalidade, incluindo a valorização de trocas de experiências e a integração entre teoria e prática.

Fóruns, encontros, seminários, conferências e movimentos sociais têm discutido a importância da formação docente específica para a EJA, apontando para a necessidade de enfoques pedagógicas que respeitem a realidade dos (as) educandos(as), evitando práticas que infantilizam os jovens e adultos. A formação do educador deve prepará-lo para compreender a realidade social dos educandos, promovendo um ensino que faça sentido para suas vidas e contribua para a reinserção social.

Os estudos realizados apontaram que a qualidade da educação prisional é prejudicada por condições precárias, como espaços inadequados, descontinui-

dade no ensino e limitações na formação e remuneração dos educadores. Para enfrentar esses desafios, é necessário investir recursos públicos na modalidade da EJA. Quanto a formação de educadores(as) acreditamos que sua proposta deveria dar-se de modo interdisciplinar e intersetorial na perspectiva da Educação Popular crítica. Propomos uma **Didática freiriana**. Isto é, a **Didática da Educação Popular freiriana**, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, caracteriza-se pela abordagem crítica e transformadora do processo de ensino-aprendizagem, visando à conscientização e emancipação dos sujeitos. Central para essa didática é a **epistemologia do diálogo**, onde educador e educandos, em uma relação horizontal, participam ativamente na construção do conhecimento através da reflexão e ação sobre a realidade. Elementos como a **metodologia participativa**, que engaja os alunos na **formação humana crítica**; a busca pelo inédito viável, que incentiva a superação de situações-limites; e o foco na transformação social, são essenciais para uma educação que visa não apenas informar, mas formar cidadãos capazes de atuar na sociedade de maneira crítica e propositiva. A **prática pedagógica freiriana** enfatiza a importância de um currículo significativo, centrado no contexto da EJA em prisões, promovendo uma avaliação formativa, participativa e processual, reafirmando o compromisso com a justiça social e a emancipação humana.

Assim, a **formação docente** para a EJA prisional deve ser vista como um elemento chave para a transformação e a ressocialização dos apenados, exigindo políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho e aprendizagem.

A inclusão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em contexto prisional, nos currículos de formação de professores e a aplicação de uma didática inspirada nas ideias de Paulo Freire representam, portanto, passos fundamentais na direção de uma educação verdadeiramente transformadora para as pessoas privadas de liberdade. Diante do desafio de proporcionar uma educação que não apenas eduque, mas emancipe e prepare para a reinserção social, **emerge uma questão reflexiva crucial**: *Como as instituições de ensino superior e os formu-*

ladores de políticas públicas podem colaborar para efetivar uma abordagem educacional que reconheça a dignidade, o potencial e os direitos das pessoas privadas de liberdade, garantindo-lhes não só acesso à educação de qualidade, mas também oportunidades reais de transformação pessoal e social?

Com estima,

Fernanda Paulo

Referências

CASAGRANDE, Edson Douglas Pereira; PAULO, Fernanda dos Santos Paulo. **Educação de jovens e adultos prisional**: políticas educacionais destinadas à formação docente. Chapecó: Ação Cultural, 2022.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Educação de jovens e adultos e a educação popular**: contribuições para formação docente. Chapecó: Livrologia, 2022.

FÓRUNS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

*Fernanda dos Santos Paulo
Jaqueline Rosa da Cunha*

Nesta Carta Pedagógica, desejamos compartilhar a trajetória inspiradora e o significado profundo dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, um movimento que teve início em 1996, com o estabelecimento do Fórum de EJA do Estado do Rio de Janeiro. Este movimento ganhou força e inspirou a criação do Fórum de EJA do Rio Grande do Sul no mesmo ano, marcando o início de uma nova era para a educação de jovens e adultos no país. Segundo Liana Borges: “O Rio Grande do Sul tem fórum estadual de EJA desde 1996 e reuniu-se intensamente para preparar o Estado para a V CONFINTEA. Nesse período, através da Prefeitura de Porto Alegre, participei do grupo de coordenação.” (2009, p.66).

Esta iniciativa surgiu em resposta à convocação da UNESCO para a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos em 1997, em Hamburgo, destacando a importância da mobilização para efetivar as políticas públicas em EJA. Construída por uma diversidade de participantes, incluindo representantes de instituições governamentais e não governamentais, movimentos sociais, estudantes e educadores, os Fóruns de EJA têm desempenhado um papel importante na interlocução com o Ministério da Educação (MEC), com as secretarias municipais e estadual de educação contribuindo significativamente para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a EJA.

A experiência adquirida com os Fóruns de EJA inspirou a organização do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), realizado em diferentes cidades brasileiras. Este evento tornou-se um espaço potente para o debate democrático sobre as questões urgentes da EJA no Brasil, rei-

terando a importância da diversidade cultural, a necessidade de políticas de educação continuada e o direito constitucional à educação para todas as pessoas.

A Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), com o apoio da UNESCO, foi fundamental para impulsionar este movimento, visando promover políticas educacionais democráticas que assegurem o direito à educação de jovens e adultos e contribuam para a redução da desigualdade social no país.

Além disso, destacamos a criação e realização dos Encontro Regional de EJA (EREJA) nas cinco regiões do país e dos Seminários Nacionais de Formação de Educadores da EJA, eventos que têm fortalecido ainda mais o campo da EJA no Brasil.

Portanto, esta Carta Pedagógica é um convite à reflexão e ao compromisso contínuo com a educação de jovens e adultos. Recomendamos o site do Fórum EJA Brasil- <http://forumeja.org.br/> para conhecer melhor a história dos Fóruns de EJA, acesso a materiais, agendas e documentos relacionados a esta modalidade de educação.

O Fórum de EJA do RS convida a todos e todas a acessarem nosso Instagram, nosso canal no YouTube e o grupo do facebook.

Atenciosamente,

Fernanda Paulo (AEPPA; FEJARS)
Jaqueline Cunha (IFRS; FEJARS)
GT de Sistematização do FEJARS

Referências

BORGES, Liana da Silva. **A alfabetização de jovens e adultos como movimento**: um recorte na genealogia do MOVA. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO RS – FEJARS

*Fernanda Dos Santos Paulo
Jaqueline Rosa da Cunha
Elaine Silveira Teixeira Ferreira*

Prezado(a) colega,

É com grande satisfação que apresentamos a você o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul (FEJARS), um movimento social dedicado à defesa, promoção e desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos em nosso estado. O FEJARS nasceu da necessidade de oferecer um espaço coletivo para reflexão, debate e proposição de políticas públicas voltadas para o atendimento educacional de jovens e adultos que, por diversas razões, foram excluídos do direito à educação devido a desigualdade social predominante em nosso país.

Fundado em meados de 1996, o FEJARS é resultado do esforço conjunto de educadores(as), estudantes e membros da sociedade civil que, preocupados com a marginalização educacional de uma significativa parcela da população gaúcha, uniram-se para debater e buscar soluções para os desafios enfrentados por jovens e adultos que desejam retomar seus estudos. Desde então, o fórum tem se consolidado como um movimento social e popular, interinstitucional, sem fins lucrativos, com uma trajetória de mais de vinte anos de atuação efetiva e significativa em defesa da EJA.

A nossa missão do FEJARS é acompanhar, via controle social, as políticas públicas direcionadas à educação de jovens, adultos e idosos, assegurando que a EJA seja reconhecida e respeitada como um direito de todos os cidadãos. Entre seus principais objetivos, destacam-se:

1. Proporcionar um espaço coletivo de reflexão, debate e proposição das políticas de EJA.

2. Organizar encontros, seminários e reuniões que discutam e promovam a EJA no estado.
3. Fomentar a troca de experiências e a construção de parcerias estratégicas para a consolidação da educação como direito fundamental.
4. Defender a qualidade no atendimento educacional para jovens, adultos e idosos.
5. Contribuir na formulação e avaliação de políticas públicas para a EJA.

O FEJARS é organizado em uma estrutura que permite a participação democrática de todos interessados(as) no tema, incluindo educadores (as), estudantes, voluntários (as) e outros membros da comunidade que compartilham do compromisso com a educação de pessoas jovens, adultas e idosas. As decisões são tomadas em assembleias e reuniões, nas quais são discutidas as diretrizes, projetos e ações a serem desenvolvidas. Temos grupos no WhatsApp que fomentam discussões acerca da EJA, divulgação de pesquisas, reuniões, mobilizações e eventos. Temos, também, um grupo no facebook e Instagram.

Não temos uma sede do FEJARS; realizamos reuniões remotas, on-line, e quando necessário realizamos encontros presenciais, buscando parcerias com sindicatos, universidades, Institutos Federais e associações.

Convidamos você, não só a conhecer nossa história, mas, igualmente, a juntar-se ao FEJARS na luta pela EJA de qualidade social enquanto um direito público, humano e social. Seu apoio é fundamental para fortalecer nosso movimento e contribuir para a efetivação da educação como um direito inalienável de todos.

Com esperança e determinação, continuamos avançando na luta por uma educação inclusiva, de qualidade e acessível a todos. Venha fazer parte dessa história de compromisso social com a Educação de Jovens e Adultos no Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

Fernanda Paulo
Jaqueline Cunha
Elaine Ferreira
GT de Sistematização do FEJARS

CARTA PEDAGÓGICA: PROFESSORA DA EJA, COM MUITO ORGULHO!

Marli Vieira Lins de Assis

Prezados/as graduandos/as do Curso de Pedagogia,

É com grande alegria que escrevo essa Carta Pedagógica que tem como principal objetivo refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos, doravante, EJA, e a formação docente para atuar na modalidade. Para darmos início ao que vou chamar de conversa, gostaria de compartilhar com vocês um pouco da minha história com a modalidade.

Sou filha de pais analfabetos e oriundos do interior da Paraíba, que vieram tentar a vida em Brasília. Eu e meus irmãos crescemos vendo-os nós incentivar a estudar e, no meu caso, além de estudar, me tornar uma professora.

Sempre gostei de ministrar aulas, sabia desde pequena que seria uma educadora. Inicialmente, fui para o curso de Pedagogia, na Universidade de Brasília, porque queria ser professora da educação infantil, mas as atividades de estágio me conduziram em outra direção: a alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas, no ano de 1997.

Fui para a escola observar uma aula de EJA, mas quando cheguei à unidade escolar, fui surpreendida pela diretora que pediu para eu substituir a professora da turma que havia

ficado doente. Senti um misto de medo e de alegria. Que desafio tinha na minha frente! Mas como filha de paraibanos, enfrentei o desafio, que foi o mais lindo desses 24 anos de docência: deparei-me com uma turma de adultos que estava no processo de alfabetização e estava aprendendo sobre tipos de sujeito.

A despeito da inexperiência, mas com a leitura do livro *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1996) em dia, fui conduzindo a aula, partindo das vozes daqueles educandos sedentos pela aprendizagem, após uma jornada de trabalho Escuta ativa e amorosa, respeito aos conhecimentos prévios, aos saberes e experiências dos educandos, relação do conteúdo com o cotidiano deles, alegria, esperança, compromisso... Aos poucos, a estagiária ia perdendo o medo e ia vendo que conseguia dar aula.

Ao final da aula, uma educanda levantou a mão e pediu a palavra, logicamente concedida e disse:

- Professora você é melhor que a nossa professora. Não quer da aula para nós, não?

Meu Deus! Não eu não acreditava no que estava ouvindo. Sorri, agradei e disse que era apenas uma substituição, mas que estaria com eles em outros momentos. Despedi-me e fui embora. Em meio aos meus pensamentos, fui revivendo a experiência e relacionando-a às palavras no nosso mestre Paulo Freire, no livro supracitado: ele estava MUITO CERTO!

O estágio me mostrava que realmente não há docência sem discência e que ensinar não é transmitir conhecimento. Vi que eu tinha aprendido com os educandos e eles comigo.

Existem coisas que parecem óbvias, mas não são. Respeito aos saberes dos educandos, reflexão crítica sobre a prática, alegria e esperança, saber escutar e ter disponibilidade para o diálogo... Esses saberes tornaram aquela aula significativa para os educandos e para mim.

EJA, um amor à primeira vista. A Pedagogia me formava para ser professora da EJA. Era isso! Daquele momento em diante, eu lutaria para ser professora da EJA.

Os anos se passaram, o curso de Pedagogia foi concluído e outras experiências com a EJA vieram por meio do ProJovem Urbano e dos projetos de alfabetização e de letramento que organizei e conduzi ao longo anos. Expe-

riências essas que me possibilitaram compreender melhor a modalidade e seus sujeitos. Nesses 24 anos de sala de aula, dialoguei

com Arroyo (2014), quando o autor nos diz que os sujeitos da EJA são outros e, por isso, as pedagogias também precisam ser outras. Nesse sentido, apresento ao final dessa carta a fala de alguns educandos que participaram do projeto de alfabetização/letramento que desenvolvi na cidade do Pôr do Sol, entre 2015 e 2017, à época do meu doutorado.

O projeto foi construído juntamente com os moradores da cidade que desejavam aprender a ler e a escrever, pessoas com idades entre 40 e 65 anos de idade que, por motivos diversos, viram o direito à educação ser negado a eles. As aulas aconteciam aos sábados, na

Capela Nossa Senhora Aparecida e, após 3 (três) anos de existência foi encerrado com os educandos alfabetizados e celebrando suas conquistas educacionais e sociais, como veremos nos depoimentos a seguir, retirados de Assis (2018, p, 214):

Nita I²: Professora, eu não sabia nada! Nem assinar meu nome, hoje já até retirei outra identidade com meu nome de solteira, hoje eu vou no mercado e leio: UVA. Isso é suco de uva. Já sei outras palavras: OVO, tem na geladeira da minha casa. Já sei assinar meu nome, não preciso mais ficar colocando o dedão. Com a leitura, a vida da gente vai melhorando. Eu precisava tirar uma xerox e me disseram para ir para o bazar do vovô. A senhora acredita que eu cheguei lá e vi V O V O e tinha o chapéu. Aí, eu já sabia que era lá, porque estava escrito vovô.

Félix: Eu antes não sabia quase nada. Eu vim da roça buscar uma vida melhor em Brasília. Aqui, ou trabalhava ou estudava. Quando cheguei no projeto, eu sabia ler muito pouco, quase nada. Hoje eu já leio mais, já sei algumas palavras, e sei que com esse projeto vai ficar mais fácil até de preencher os documentos do Detran, que eu tinha muita dificuldade. Antes

2 Nomes Fictícios.

eu quase não falava, hoje já falo até demais, né professora. Veja só professora, quando eu comecei no projeto, eu tinha o sonho de aprender a escrever uma carta. Eu nunca tinha aprendido. Isso foi muito bom, melhor ainda foi quando eu recebi a resposta. Quando minha filha me ligou falando que tinha recebido a carta.

Naldão: O projeto me ajudou demais. Quando começamos, eu estava desempregado. Hoje já estou trabalhando e o projeto me ajudou nisso também. Já falo com mais facilidade. Já consigo até falar com o padre lá na igreja sem ter tanto medo. Professora, eu já uso as coisas que aprendi aqui, lá no meu trabalho. Por exemplo, o e-mail, eu tinha muita dificuldade em usar as palavras, aqui nós aprendemos, eu fiz um com a professora Milly (monitora do Projeto). Eu não quero parar, quero fazer uma faculdade, quem sabe lá onde a senhora trabalha, né?

Futuras professoras, quando vocês chegarem ao espaço de sala de aula, encontrarão outros sujeitos que também pedirão outras pedagogias, mas não se esqueçam de que mesmo sendo outros os sujeitos, estamos falando de sujeitos de direitos, os quais ficaram à margem da sociedade por serem jovens, adultos, idosos, pessoas em situação de rua, homens e mulheres trabalhadores ou desempregados... que têm em comum um sonho: a escolarização na perspectiva da autonomia, da emancipação, da libertação e de uma participação efetivamente cidadã e vocês terão um papel fulcral para que tudo isso aconteça, por isso, ao chegarem a uma turma de EJA, vejam esses sujeitos, que um dia encorajados por motivos diversos apostaram, muitas vezes, a última ficha na escola e, porque não dizer nas mãos de vocês. Façam a diferença! Qualifiquem-se sem perder a ternura e a criticidade que o ato de ensinar exige e não se esqueçam de que: têm coisas que parecem óbvias, mas não são, por isso fazem a diferença! Espero que também se apaixonem e lutem por uma Educação de Jovens,

Adultos e Idosos socialmente referenciada e, pela escola descrita por Freire, no poema abaixo:

Escola é ...

O lugar que se faz amigos.
Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos...

Escola é, sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda
Que alegra, se conhece, se estima.

O Diretor é gente,
O coordenador é gente,
O professor é gente,
O aluno é gente,

Cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.

Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”
Nada de conviver com as pessoas e depois,
Descobrir que não tem amizade a ninguém.

Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
É também criar laços de amizade,
É criar ambiente de camaradagem,
É conviver, é se “amarrar nela”!
Ora é lógico...

Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo.

Um abraço, Marli Vieira Lins de Assis

Referências:

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ASSIS, Marli Vieira Lins de. **Letramentos e identidades sociais** (2018): uma proposta etnográfica crítica de leitura e de escrita para (e com) os moradores do Pôr do Sol (Ceilândia - DF). Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33255>. Acesso em: 03 de dez.de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A escola é**. Disponível em: https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/07082015_poema__a_escola.pdf. Data de acesso: 10 de mar. de 2024.

CARTA PEDAGÓGICA QUE SE MOVIMENTA PARA, COM E PELA EJA

Tamar Oliveira

Porto Alegre, 12 de abril de 2024.

Na noite de dez de abril, recebemos um convite no grupo WhatsApp da AEPPA - Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, onde a pauta do Fórum EJA Brasil, FEJARS e AEPPA, foi juntar esforços para definir quais ações faríamos para que o Ministério da Educação, a Presidência da República e outros atores pudessem também ser o caminho para que o movimento **#cadêapoliticapraEJA** chegasse até as autoridades.

Este movimento busca políticas que garantam aos cidadãos o direito à educação! Não quero aqui registrar tudo o que lemos, ouvimos e discutimos, mas sim contar uma vivência com militantes e profissionais, os quais juntos compartilham seus tempos e conhecimentos para que o Ministro da Educação, Camilo Santana, e o Presidente Lula tenham certeza de que a EJA tem seus objetivos e que é necessário e URGENTE tratar como prioridade a política para a EJA.

Compartilhamos a tela do celular, do notebook, onde cada rosto, cada foto, cada sugestão de ações transformadoras me remetia à importância do momento que vivemos, onde nossos sonhos e direitos são fonte para a escuta respeitosa para quem está representando e organizando o nosso Brasil.

Ouvir cada sugestão de ação, ouvir a leitura de uma carta síntese do movimento pela, para e com a EJA, deve ser respeitado e anunciado aos quatro cantos deste país que o movimento pela EJA não está adormecido, Presidente Lula.

Para encerrar, quero aqui registrar: “O direito à Educação é para todo cidadão! Aqui não importa a idade, mas sim há urgência na ação pela EJA.”

Tamar Oliveira, educadora popular da AEPPA.

ALGUNS APONTAMENTOS NECESSÁRIOS: A DOCÊNCIA NA EJA

Maria Teresinha Kaefer

Florianópolis, 21 de janeiro de 2025, Um dia quente..., mas muito quente mesmo, sentindo o efeito do descuido com o planeta!

Caros e Caras!

Ao iniciar esta carta meu desejo é de esperar, não do verbo esperar, mas de agir, da ação que traz mudanças. Que a utopia possa alimentar os sonhos e fortalecer a luta.

Ao dialogar sobre educação é preciso compreender que ela nunca é neutra, até mesmo as posições aparentemente neutras são, de fato, posicionamentos. A neutralidade é uma falácia. Educar é um ato político, não por uma decisão pessoal minha ou sua caro leitor ou leitora, mas por quê envolve um projeto de sociedade portanto, exige tomada de decisão sobre: O que ensinar? Como ensinar? E a serviço de quem está este ensino?

Para corroborar com estas afirmações trago um excerto de Paulo Freire que nos auxilia na reflexão:

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. (Freire, 2018, p.95).

Neste contexto de não neutralidade que acredito ser o lugar da EJA - Educação de Jovens e Adultos. É a partir, desta posição que trago enquanto docente e militante da modalidade, algumas reflexões que entendo como fundamentais

para o exercício da tarefa de educador e educadora com a opção democrática e progressista.

É importante que se tenha presente no planejamento, na organização curricular da modalidade a clareza de que a leitura de mundo, precede a leitura da palavra (Freire). O que quero dizer com isso? Que é preciso conhecer e inserir a cultura das pessoas Jovens, Adultas e Idosas no processo de ensino e aprendizagem, compreender que a cultura é política, assim como é inegável o sujeito como ser histórico, portanto, capaz de construir sua história e protagonizá-la. Ambos os aspectos não são neutros, e tem aproximações nas relações sociais e de classe de cada homem e mulher, assim como da sua comunidade.

Gostaria de trazer algumas reflexões misturadas a estratégias metodológicas para a EJA, considerando o exposto nos parágrafos acima.

1. Perceber os educandos como sujeitos cognoscentes - capazes de conhecer, refletir e compreender o mundo ao seu redor, para então transformar suas próprias vidas, suas comunidades e territórios.

2. Compreender que uma educação hegemônica perpetua a desigualdade social e atende ao projeto de sociedade excludente, neoliberal, na qual as decisões, aqui entendidas como o currículo, são impostas de cima para baixo, sem considerar a voz e a autonomia do coletivo dos educandos/ cidadãos de direito.

3. Em contraponto a essa posição de hegemonia, acredito que uma educação problematizadora, defendida por Paulo Freire, onde o diálogo e a reflexão crítica permeiam todo o processo educativo, na qual educadores e educandos mantem uma relação de horizontalidade, não havendo saberes maiores ou menores, apenas saberes diferentes, oriundos de experiências e conhecimentos individuais e coletivos.

4. Outro fator relevante para pensar uma educação humanizadora é perceber que somos seres históricos portanto, capazes de construir e reconstruir a história, assim como assumir o protagonismo dela. Daí a importância dos e das estudantes tomarem consciência da sua realidade para, assim, transformá-la. Para ilustrar melhor esse posicionamento trago as palavras de Freire:

Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto fazedores da História e por ela feitos, seres da decisão, da ruptura, da opção. Seres éticos, mesmo capazes de transgredir a ética indispensável.” (Freire, 2018, p.126).

5. Como fazedores de história, trago como sugestão a utilização de metodologias de pesquisa participativas tendo a realidade local, regional e nacional como ponto de partida para os conhecimentos curriculares a serem desenvolvidos na EJA.

6. Estar aberto ao diálogo e a escuta é um ponto essencial e significativa para a docência na EJA. Quando se escuta o outro, se constrói uma relação dialógica entre duas ou mais pessoas. Na escuta há um reconhecimento do nosso inacabamento, de que temos algo a aprender e ensinar. Assim como a disposição de descobrir e entender os contextos geográficos e sociais das pessoas jovens adultas e idosas. Para reforçar a ideia exposta acima, trago uma reflexão do livro *Pedagogia da Autonomia*:

Preciso, agora, saber ou abrir-me à realidade desses alunos com quem partilho a minha atividade pedagógica. Preciso tornar-me senão absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo, menos estranho e distante dela. (Paulo Freire, 2018, 57. ed., p.134).

Caro leitor e cara leitora, espero que as reflexões aqui feitas, misturadas com alternativas metodológicas possam ter auxiliado na compreensão da importância de assumir uma postura ética política e pedagógica que desafie as estruturas rígidas, opressivas e desumanas da sociedade que vivemos. Engajar-se em projetos emancipatórios, compreender o lugar de luta em favor dos oprimidos, da conscientização crítica e da mobilização coletiva e popular são alternativas que se apresentam ao educador e educadora progressista, para contribuir na construção de um outro mundo possível.

Estou à disposição para dialogarmos sobre esses apontamentos feitos nessa carta, para tanto deixo meu contato de e-mail para o retorno de quem sentir-se à vontade após a leitura da carta.

Abraços afetuosos;

Maria Teresinha Kaefer – mtksbg@gmail.com

Referências:

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. 5ª Ed.- Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2018.

PARTE V

Homenagem ao Carlos Rodrigues Brandão e a Educação Popular



CONVITE À LEITURA: A CULTURA POPULAR COMO UM TRABALHO POLÍTICO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, janeiro de 2024.

Prezado(a) educador(a),

É com grande entusiasmo que convido você a leitura do texto «A cultura popular como um trabalho político através da educação¹», de Carlos Rodrigues Brandão. Este artigo, disponível de forma gratuita (ver nas referências) é um convite à reflexão profunda sobre o papel transformador que a cultura popular, aliada à educação, pode desempenhar na sociedade. Brandão nos leva por uma leitura reflexiva que destaca a relevância dos movimentos de cultura popular no Brasil dos anos 60, explorando como esses movimentos buscaram subverter as estruturas de poder vigentes e promover a libertação através da conscientização e mobilização popular. Com um olhar crítico sobre a educação tradicional e a proposta de uma educação libertadora, o texto nos desafia a repensar a relação entre cultura, educação e política, e o poder de transformação social inerente a essa tríade.

Este texto é mais do que uma leitura recomendada; é um recurso pedagógico que oferece aprendizagens valiosas para educadores (as), estudantes, militantes e todos (as) aqueles (as) interessados(as) na interseção entre cultura e política, e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Convido você, portanto, a explorar este texto não apenas como um observador, mas como um participante ativo no diálogo sobre como podemos, através da educação e da cultura popular, construir realidades mais emancipa-

1 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A cultura popular como um trabalho político através da educação. A Partilhada Vida. Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

tórias para as classes populares e para a sociedade como um todo. Para situar a leitura de “A cultura popular como um trabalho político através da educação” apresento um breve resumo do artigo.

O texto aborda a importância da Cultura Popular na construção de processos políticos e educativos, ressaltando como esta pode ser um meio de transformação Social e libertação. Ele Destaca a relevância dos Movimentos de Cultura popular no Brasil durante os anos 60 e suas contribuições para repensar a relação entre cultura, educação e política. A seguir, são apresentados cinco temas importantes discutidos no texto:

1. Cultura Popular como ferramenta de libertação: Brandão discute como os movimentos de cultura popular nos anos 60 buscavam subverter a lógica de desenvolvimento imposta por programas governamentais, oferecendo alternativas que priorizavam a história e a libertação através da educação e mobilização popular. Este aspecto destaca a cultura popular não apenas como expressão artística, mas como um meio de conscientização e transformação social.

2. Crítica às propostas oficiais de trabalho social: O texto critica as iniciativas governamentais de desenvolvimento e educação que, segundo o autor, visavam o controle político das camadas populares. Em contraposição, propõe-se uma abordagem de trabalho popular que valorize a história, a classe e a mobilização direta, em detrimento de conceitos como comunidade e participação subalterna.

3. Educação Libertadora vs. Educação Fundamental: Brandão faz uma distinção clara entre a educação tradicional, que ele associa à manutenção do status quo, e a educação libertadora, que busca a conscientização e a transformação social. Este tema ressalta a importância de abordagens pedagógicas que empoderem os indivíduos e fomentem a crítica social.

4. Movimentos de Cultura Popular e a Construção de uma Nova Cultura: O autor analisa como os movimentos de cultura popular tentavam estabelecer uma nova ordem cultural que refletisse os interesses e a rea-

lidade das classes populares, em oposição à cultura dominante. Isso envolvia a criação de expressões culturais autênticas que emanavam diretamente das experiências e lutas populares.

5. Desafios Contemporâneos à Cultura Popular e Educação: Ao refletir sobre os trinta anos seguintes aos movimentos dos anos 60, Brandão aponta para a necessidade de reconsiderar a relação entre cultura e política, levando em conta a diversidade de expressões culturais e os novos desafios enfrentados pelos movimentos populares. Ele sugere que, apesar das críticas, as contribuições desses movimentos para a valorização da cultura popular e a educação libertadora permanecem relevantes.

Como podemos observar o texto de Carlos Rodrigues Brandão aborda profundamente a interseção entre cultura popular, educação e política, destacando como essa tríade pode servir como um instrumento para a transformação social e a libertação. Vários conceitos-chave emergem dessa discussão, cada um desempenhando um papel fundamental na compreensão do potencial da cultura popular como um trabalho político através da educação. Abaixo estão os principais conceitos trabalhados por Brandão:

1. Cultura Popular: Definida como a expressão das camadas populares em contraposição à cultura dominante das classes dirigentes. Brandão aprofunda-se na cultura popular não apenas como um conjunto de práticas e expressões artísticas, mas como um campo de resistência e reivindicação de poder, capaz de fomentar a conscientização e a transformação social.

2. Educação Libertadora: Contrapõe-se à educação fundamental tradicional, visando a conscientização e a mobilização das classes populares. A educação libertadora baseia-se no diálogo e na participação ativa, promovendo uma aprendizagem que está diretamente ligada à realidade social dos aprendizes e aos processos de transformação social.

3. Conscientização: Um processo pelo qual indivíduos e comunidades se tornam cientes das estruturas sociais, econômicas e políticas que os oprimem, levando-os a uma ação transformadora. É um conceito central para

a educação libertadora e para os movimentos de cultura popular, servindo como um meio para alcançar a libertação.

4. Movimentos de Cultura Popular (MCPs): Grupos e movimentos que surgiram com o objetivo de trabalhar diretamente com as camadas populares, oferecendo alternativas às propostas oficiais de desenvolvimento e educação. Esses movimentos visam a reinventar as possibilidades de um trabalho popular, usando a cultura como uma ferramenta para a conscientização e a ação política.

5. Desalienação cultural: Refere-se ao processo de recuperação e valorização das culturas populares frente à dominação cultural erudita/dominante. Este conceito implica na luta contra a marginalização e a injustiça social, promovendo a criação de uma cultura que reflita os interesses e a realidade das classes populares, em contraste com a cultura imposta pelas elites.

6. Dialética da cultura: A relação dinâmica entre as práticas culturais das classes populares e a transformação social. Brandão argumenta que um trabalho político sobre a cultura pode criar condições para uma mudança cultural de teor político entre as classes populares, conduzindo a uma participação mais efetiva na luta pela transformação das estruturas sociais de poder.

Estes conceitos são fundamentais para entender a abordagem de Brandão sobre a cultura popular como uma ferramenta poderosa de trabalho político, que pode ser mobilizada através da educação para alcançar a libertação e a transformação social.

Com carinho,

Fernanda dos Santos Paulo

CONVITE À LEITURA: EDUCAÇÃO DO CAMPO

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, janeiro de 2024.

Prezado(a) leitor(a),

É com grande prazer que convido vocês a mergulhar nas reflexões provocativas de Carlos Rodrigues Brandão em “A educação do campo e a formação da pessoa consciente e solidária²”. Neste texto, Brandão nos leva a refletir sobre a importância de uma abordagem educacional que valorize a pluralidade cultural e promova a formação de pessoas críticas, criativas e politicamente ativas. Através da Educação Popular, libertadora e do campo, somos convidados a repensar o papel da educação na sociedade e seu potencial transformador.

Brandão, inspirado por Paulo Freire e dialogando com ideias contemporâneas, desafia-nos a considerar a educação como uma prática emancipatória, uma ferramenta para a mudança social e a criação de um mundo mais justo e solidário. Este texto não é apenas uma leitura obrigatória para educadores e estudiosos, mas uma fonte de inspiração e de luta político-pedagógica para todos (as) aqueles (as) que acreditam no poder da educação como um caminho para a transformação pessoal e coletiva.

O texto aborda a pluralidade e a evolução da educação ao longo do tempo, destacando a importância de considerar as diversas culturas e contextos em que ela se insere. Brandão defende uma educação que seja inovadora, emancipadora e militante, baseada nas ideias de Paulo Freire, com foco na cultura e na prática política. Ele argumenta que a educação não deve apenas mudar o mundo, mas sim mudar as pessoas, que, por sua vez, têm o poder de transformar o mundo.

2 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação do campo e a formação da pessoa consciente e solidária. Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2024.

O autor critica os sistemas educacionais que servem aos interesses do capitalismo neoliberal, promovendo uma educação que visa a formação de indivíduos competitivos e funcionais ao mercado, em detrimento de uma formação voltada para a liberdade, a justiça social e a igualdade. Brandão enfatiza a necessidade de uma educação que forme pessoas íntegras, conscientes e cooperativas, capazes de atuar de forma solidária na construção de uma sociedade melhor.

Ele propõe uma série de princípios que devem orientar a educação emancipadora, incluindo a crença no ser humano, no diálogo, na cooperação, na transformação social, e na capacidade de cada pessoa de ser uma obra de arte de si mesma. Brandão também discute o desafio de integrar novos conhecimentos e tecnologias de maneira que contribuam para a humanização da educação, evitando que se tornem instrumentos de colonização e mercantilização do saber.

Por fim, o texto ressalta a importância de uma educação do campo que esteja enraizada em seu contexto, promovendo uma aprendizagem que seja relevante para a vida dos estudantes e que contribua para a transformação de suas comunidades e do mundo rural. Brandão defende uma educação que seja ativa e criativa, capaz de inspirar crítica, autonomia e ação transformadora, seguindo os passos da escola criativa proposta por Antonio Gramsci, que combina o trabalho manual e intelectual, a pesquisa, a descoberta, a crítica e a criação de novos conhecimentos. Leiam esse texto na íntegra.

Com carinho,

Fernanda dos Santos Paulo

CONVITE À LEITURA: A EDUCAÇÃO POPULAR ANTES E AGORA

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, janeiro de 2024.

“A Educação Popular Antes e Agora³” de Carlos Rodrigues Brandão é uma reflexão profunda e detalhada sobre a trajetória da **Educação Popular**, desde suas raízes nos movimentos sociais e culturais dos anos sessenta até os desafios e possibilidades no contexto atual. Brandão, utilizando memórias pessoais, análises teóricas e questões provocativas, convida-nos a explorar as transformações da Educação Popular em resposta às mudanças sociais, políticas e tecnológicas. Ele discute a relação intrínseca entre educação e movimentos sociais, o papel da Educação Popular na transformação social, e os desafios de manter sua essência libertadora diante da crescente institucionalização e a complexidade dos contextos modernos. Este texto não só serve como um registro valioso da história da Educação Popular no Brasil e na América Latina, mas também como um convite à reflexão crítica e ao diálogo contínuo sobre o papel da Educação Popular na promoção da justiça social e da dignidade humana.

Assim como eu pude ler estes textos, estudar as obras de Carlos Rodrigues Brandão quero convidar vocês a lerem “A Educação Popular Antes e Agora”. Este texto é uma verdadeira aula histórica da Educação Popular e nos serve de inspiração para participar ativamente na contínua luta pela educação como ferramenta de emancipação e transformação social. É uma leitura essencial para compreender e contribuir os motivos pelos quais defendemos a educação como prática de liberdade.

3 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A EDUCAÇÃO POPULAR ANTES E AGORA: algumas lembranças para recordar dias de ontem junto com algumas perguntas para inquietar tempos de agora. Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

Carlos Rodrigues Brandão oferece, portanto, uma reflexão profunda sobre as transformações e continuidades da Educação Popular ao longo do tempo. Para fomentar a leitura do artigo organizei cinco pontos importantes do texto, segundo minha leitura:

1. Brandão começa com uma retrospectiva da Educação Popular, remontando aos anos sessenta, um período de intensa atividade política e social na América Latina. Ele destaca como a Educação Popular, inicialmente ligada aos conceitos de cultura popular e educação libertadora, buscava se opor à educação bancária criticada por Paulo Freire, promovendo uma educação que fosse emancipadora e construída a partir das experiências e realidades do povo.
2. Brandão propõe uma reflexão sobre como a Educação Popular se adapta e responde aos desafios contemporâneos. Ele questiona se é possível manter a essência libertadora da Educação Popular em tempos de transmodernidade, marcados por novas formas de saber e educar que transcendem as tradicionais fronteiras disciplinares e culturais.
3. Brandão enfatiza a importância da conexão intrínseca entre Educação Popular e movimentos sociais. Ele discute como a Educação Popular deve se posicionar diante dos desafios atuais, ponderando se deve permanecer fiel às suas raízes nos movimentos populares ou se adaptar às novas realidades e contextos sociais, políticos e educacionais.
4. O texto aborda o papel transformador da Educação Popular, questionando se a meta de uma transformação social radical, visando à superação do capitalismo por uma sociedade socialista, ainda permanece relevante ou se as metas se diversificaram para abranger diferentes formas de empoderamento e justiça social.
5. Por fim, Brandão reflete sobre a institucionalização da Educação Popular, ponderando se ela deve se manter à margem das estruturas oficiais de poder e conhecimento para preservar sua essência crítica e libertadora,

ou se deve buscar um espaço dentro dessas estruturas para ampliar seu impacto e reconhecimento.

Esses pontos destacam a complexidade da Educação Popular e sua constante transformação diante das transformações sociais, culturais e políticas, mantendo-se fiel à sua vocação de promover uma educação que seja verdadeiramente emancipadora e transformadora. Por fim, não mais ou menos importante, podem estar se perguntando o conceito de Educação Popular no artigo de Brandão. Ele apresenta uma reflexão histórica e do significado da Educação Popular, traçando uma linha desde suas origens na América Latina, particularmente no Brasil, até o contexto atual.

O primeiro ponto é: A Educação Popular é inicialmente caracterizada como uma resposta crítica à “Educação Bancária”, termo cunhado por Paulo Freire para descrever um modelo educacional em que o conhecimento é depositado pelos educadores nos educandos, que são vistos como recipientes passivos.

O segundo ponto trata do surgimento da Educação Popular no bojo de movimentos mais amplos de cultura popular, que buscavam articular arte, ciência, pedagogia e política, e estavam profundamente enraizados na luta por emancipação cultural e social. A Educação Popular, portanto, é vista como um componente crítico de um processo mais amplo que visa à transformação social, promovendo a conscientização, a participação ativa e a emancipação dos oprimidos. É destacada por sua ênfase no diálogo, na reciprocidade de saberes, e na valorização das experiências e culturas populares como fundamentais para o processo educativo.

Um aspecto central da Educação Popular, conforme apresentado no texto, é sua oposição ao modelo tradicional de educação, promovendo uma abordagem que valoriza o conhecimento gerado na interação entre educadores e educandos, reconhecendo todos como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Este enfoque é profundamente influenciado por Paulo Freire, que defende

a educação como prática de liberdade, um meio para que as pessoas critiquem e transformem sua realidade.

Ao longo do texto, Brandão formula perguntas que convidam o leitor a refletir sobre os desafios atuais da Educação Popular, como ela pode se adaptar e se renovar em face das mudanças sociais, políticas e tecnológicas, e como pode continuar a servir como uma ferramenta para a emancipação e a transformação social. Ele questiona como a Educação Popular pode manter suas raízes e princípios fundamentais enquanto se engaja com novos paradigmas e contextos educacionais.

Em suma, a Educação Popular é apresentada como uma abordagem pedagógica que busca transformar a realidade social por meio da participação ativa, do diálogo e da valorização do saber popular, contrastando com abordagens educacionais que reproduzem estruturas de poder existentes e marginalizam as vozes e conhecimentos das comunidades oprimidas.

Com carinho,

Fernanda dos Santos Paulo

CONVITE À LEITURA: ALFABETIZAÇÃO CONSCIENTIZADORA EM EDUCAÇÃO POPULAR

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, janeiro de 2024.

Apresento o texto “Alfabetização Conscientizadora em Educação Popular⁴” de Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Corrêa Borges o qual nos convida a conhecer os princípios e as práticas da Educação Popular no Brasil, destacando sua estreita ligação com os Movimentos Sociais e a alfabetização conscientizadora inspirada por Paulo Freire.

Ao explorar conceitos como alfabetização conscientizadora e a importância da horizontalidade nas relações pedagógicas, o texto convida o leitor a refletir sobre o papel crítico da educação na emancipação social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Se você busca inspiração para práticas educativas transformadoras ou deseja aprofundar seu entendimento sobre a Educação Popular como ferramenta de mudança social, este texto é uma leitura obrigatória.

A Educação Popular é apresentada como uma resposta crítica ao modelo educacional tradicional elitista e excludente, propondo uma perspectiva educacional voltada às necessidades e realidades das classes marginalizadas e empobrecidas. Os conceitos-chave apresentados são:

1. **Educação Popular:** Perspectiva pedagógica educacional que emerge como alternativa ao modelo tradicional, enfatizando a participação ativa dos sujeitos populares em seu próprio processo educativo, e é profundamente vinculada aos movimentos sociais e à cultura popular.

4 BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. Alfabetização conscientizadora em educação popular. Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

2. **Alfabetização Conscientizadora:** Metodologia de alfabetização que transcende a simples aquisição de habilidades de leitura e escrita, visando o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos para compreender e transformar sua realidade social.
3. **Movimentos Sociais:** Grupos organizados que buscam promover mudanças sociais, políticas e culturais. Na Educação Popular, os movimentos sociais não apenas facilitam contextos educativos, mas também são espaços de aprendizagem e prática social refletida.
4. **Cultura Popular:** Conjunto de práticas, saberes e expressões culturais das classes populares, valorizada na educação popular como fonte de conhecimento e identidade.
5. **Democracia ativa:** Conceito que enfatiza a participação ativa dos cidadãos na construção da sociedade e na tomada de decisões coletivas, fundamental para o processo de educação popular.
6. **Horizontalidade nas relações pedagógicas:** Princípio de igualdade e reciprocidade entre educadores e educandos, contrapondo-se ao modelo hierárquico da educação bancária, onde o conhecimento é “depositado” nos alunos.

O texto enfatiza a importância de reconhecer e valorizar os saberes populares, promovendo uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e emancipadora. A Educação Popular é vista como um processo contínuo de diálogo e aprendizado mútuo, onde educadores e educandos aprendem uns com os outros em um ambiente de respeito mútuo e valorização de diferentes conhecimentos e experiências.

Ao longo da história, a Educação Popular no Brasil tem sido uma força motriz para a inclusão educacional e social, promovendo não apenas a alfabetização, mas também a conscientização e a capacitação das pessoas para agirem como sujeitos ativos na transformação de suas realidades. O texto destaca a necessidade de superar a elitização do ensino e reconhecer a educação como um

direito de todos, reforçando o papel dos movimentos sociais e da comunidade na construção de práticas educativas que refletem e atendem às necessidades das populações marginalizadas.

Com carinho,

Fernanda dos Santos Paulo

CARTA PEDAGÓGICA AOS EDUCADORES E EDUCADORAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Porto Alegre, janeiro de 2025

Queridas educadoras e queridos educadores,

Esta carta é uma convocação ao diálogo sobre os desafios, dinâmicas e estruturas que permeiam os movimentos sociais na contemporaneidade. Como protagonistas da transformação social, vocês, educadores e militantes, são agentes fundamentais na luta por justiça, equidade e democracia. Que este texto seja um convite à reflexão crítica e à ação coletiva.

Os movimentos sociais têm desempenhado um papel central na construção de novas possibilidades de organização social. Eles são formas de ação coletiva que manifestam conflitos, promovem rupturas nos sistemas vigentes e anunciam transformações ainda em gestação. Conforme Gohn (1997), os movimentos estão presentes em múltiplos espaços – do erudito ao popular, do acadêmico ao político –, sempre demandando bens materiais ou simbólicos que reflitam as necessidades e os sonhos de grupos sociais.

Historicamente, os movimentos sociais surgiram como resposta às desigualdades estruturais. Na sociologia, o conceito remonta ao trabalho de Lorenz Von Stein no século XIX, que vinculava essas mobilizações à luta de classes e ao nascimento de ideologias transformadoras como o socialismo. Nas décadas seguintes, abordagens teóricas, como as da Escola de Chicago e o interacionismo simbólico, identificaram os movimentos como respostas às tensões sociais e às mudanças urbanas. Já a perspectiva marxista os posicionou como expressão direta das lutas de classes.

Os movimentos sociais hoje enfrentam novos desafios que exigem adaptação e resistência. A influência de recursos financeiros, frequentemente ligada à institucionalização em ONGs, pode comprometer a autonomia dos movimen-

tos e seu caráter transformador. Como destaca Paulo (2022), os movimentos sociais populares não se baseiam em financiamentos externos ou estruturas corporativas, mas em ações políticas organizadas, pautas coletivas e mobilizações enraizadas no tecido social.

Ademais, os movimentos enfrentam o desafio de equilibrar interesses individuais e coletivos. Melucci (1989) aponta que a mobilização ocorre quando objetivos individuais se alinham a projetos coletivos. No entanto, essa interação demanda uma construção política que reforce os vínculos comunitários e sustente a luta a longo prazo.

A formação política emerge como um eixo estratégico para a revitalização dos movimentos sociais. Inspirando-se na pedagogia freiriana, a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) tem demonstrado o papel essencial da educação na construção de uma base crítica e mobilizadora. Como nos ensina Freire (1996), educar é um ato político capaz de fomentar a consciência crítica e o engajamento coletivo.

Os cursos formativos promovidos por movimentos como a AEPPA têm uma dupla função: qualificar educadores para suas práticas pedagógicas e fortalecer a identidade coletiva do movimento. Essas ações demonstram que, mesmo em tempos de adversidade, é possível manter viva a chama da transformação por meio da educação e da mobilização.

Queridos educadores e educadoras, ao engajarem-se nos movimentos sociais, lembrem-se de que sua luta transcende o presente. Vocês carregam a tarefa de construir um futuro mais justo e humano. Reafirmamos a importância de práticas que fortaleçam a autonomia, a solidariedade e a resistência, sempre orientadas por princípios éticos e democráticos.

Que esta Carta Pedagógica os inspire a seguir na militância, sempre com coragem e esperança, sabendo que cada ação educativa, cada encontro e cada luta reforçam a teia de transformação que os movimentos sociais representam.

Com afeto e admiração,

Fernanda dos Santos Paulo
Edimar Fonseca da Fonseca

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MELUCCI, Alberto. *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Movimento social popular não é ONG**. texto para formação de educadores na AEPPA. Porto Alegre: Associação de Educadores Populares de Porto Alegre, 2022. 12 p.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos sociais e a dinâmica dos conflitos sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.

CONVITE À LEITURA: ALGUMAS IDEIAS DE VOCAÇÃO FREIREANA

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, janeiro de 2024.

O texto⁵ discute a educação sob uma perspectiva freireana e humanista, destacando a importância de uma abordagem que priorize a formação integral do ser humano, em contraste com uma educação meramente instrumental e voltada para o mercado de trabalho. Carlos Rodrigues Brandão propõe uma educação que valorize o saber, a criação de conhecimento, e a experiência compartilhada como fundamentos para uma vivência social rica e significativa. Ele critica abordagens que veem a educação apenas como um meio para fins utilitaristas, defendendo, ao invés, uma prática educativa que promova a autonomia, a interação significativa e a construção coletiva de conhecimentos e valores.

Brandão sugere que a educação deve ser vista como um fim em si mesma, focada no desenvolvimento humano, na formação para a cidadania ativa e na responsabilidade social, destacando a importância do diálogo, da participação e do compromisso com a justiça social. Ele também enfatiza a necessidade de uma educação que seja multicultural, inclusiva e aberta à diversidade, promovendo o respeito e a valorização das diferenças como um bem essencial para a convivência humana.

A educação, segundo o texto, deve ser um processo contínuo e abrangente, que acompanhe o indivíduo ao longo de toda a sua vida, estimulando o desenvolvimento de uma consciência crítica e a capacidade de agir política-

5 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Algumas ideias de vocação freireana e alguns princípios para pensar uma educação destinada a formar pessoas para a vida social ao invés de apenas instrumentalizar indivíduos para o mercado. Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2024.

mente em prol de uma sociedade mais justa e equitativa. Brandão aponta para a importância de se repensar os currículos e metodologias de ensino, de modo a refletirem esses valores e princípios, e de se reconhecer a educação como uma prática essencialmente dialógica e colaborativa.

O texto traz referências a diversos autores e experiências educacionais que reforçam sua argumentação, como Paulo Freire, Jean Piaget, Humberto Maturana, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, entre outros, destacando a riqueza e a complexidade do processo educativo quando orientado por uma visão humanista e emancipatória.

Brandão destaca a importância de uma educação que promova o saber e a criação de saberes como valores fundamentais da experiência humana, indo além de uma visão utilitarista e instrumental da educação, a qual ele critica. Ele sugere que a vocação humana de aprender é mais essencial do que a preparação para o trabalho ou para funções produtivas específicas. Ele critica as abordagens educacionais que focam exclusivamente no treinamento para o mercado de trabalho, defendendo que a educação deve estar fundamentada no desenvolvimento humano integral, promovendo a autonomia, a criatividade, e a capacidade de diálogo e cooperação.

A proposta de Brandão fundamenta-se em Paulo Freire ao ressaltar a educação como um processo de libertação e conscientização, onde os educandos são vistos como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Ele enfatiza a necessidade de uma educação para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e engajada na transformação social.

Em resumo, o texto de Carlos Rodrigues Brandão reflete um chamado para uma **educação transformadora**, alinhada aos princípios freirianos de emancipação e construção coletiva do conhecimento, onde o objetivo maior é formar pessoas para a vida em sociedade, com consciência crítica e capacidade para atuar como agentes de mudança social.

Com carinho,

Fernanda dos Santos Paulo

CONVITE À LEITURA: EDUCAÇÃO PÚBLICA, EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO DO CAMPO

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, janeiro de 2024.

Queridos companheiros e companheiras da AEPPA,

O texto “Educação Pública, Educação Popular, Educação do Campo⁶” de Carlos Rodrigues Brandão explora a interseção e distinção entre diferentes formas de educação, enfatizando suas origens, desenvolvimentos e impactos sociais. Brandão discute a educação popular como um movimento enraizado nas ideias de Paulo Freire, caracterizado por sua abordagem crítica e transformadora, destinada a empoderar as classes populares. Reflete sobre a educação do campo, ligada às necessidades e lutas dos trabalhadores rurais, e a educação pública, cujo objetivo é fornecer ensino de qualidade acessível a todos. O autor critica a mercantilização da educação e a influência do neoliberalismo, defendendo uma educação que esteja a serviço do povo, e não de interesses estatais ou corporativos. Experiências históricas, como as “Quarenta horas de Angicos” e movimentos como o Movimento de Educação de Base (MEB), são destacadas para ilustrar a implementação prática desses conceitos. Vale a pena conhecer alguns trechos resumidos por mim do texto, a saber:

- 1) O texto reflete sobre a **complexidade e evolução da Educação Popular**, destacando seu caráter humanista e transformador diante de uma realidade desafiadora e plural, que se diversifica e, em certos aspectos, diverge de suas origens.
- 2) O texto destaca a **essência revolucionária da Educação Popular** nos “tempos originais”, enfatizando sua busca por transformações radicais e estruturais na sociedade, centradas em ideais de participação, revolução

⁶ Disponível em <https://apartilhadavida.com.br>

e políticas de classe, contrapondo-se à educação estatal alinhada aos interesses do capitalismo hegemônico. Paulo Freire e outros educadores foram exilados por promoverem uma educação libertadora e socialista, em oposição à visão estreita e patriótica imposta pelo estado.

3) O texto aborda a **tensão entre educação pública e Educação Popular**, evidenciando como movimentos e práticas da Educação Popular desafiam a tutela estatal sobre a educação. Reflete sobre as experiências de **Paulo Freire e Darcy Ribeiro** com políticas públicas de educação, destacando a dificuldade de manter práticas educativas populares em contextos políticos voláteis. Sugere que a educação do campo, promovida por movimentos sociais, busca uma educação pública que não seja controlada politicamente pelo Estado, mas que seja responsiva às demandas populares.

4) O texto discute as duas principais concepções de Educação Popular: como uma prática pedagógica e política das classes populares visando a transformação social, e como uma crítica às hegemonias econômicas e culturais, surgindo em diferentes contextos históricos. Destaca a abordagem freiriana focada no diálogo e na construção coletiva do conhecimento, contrastando-a com abordagens mais diretivas vinculadas a organizações ou partidos. Enfatiza a força pedagógica e as limitações políticas da pedagogia do diálogo na Educação Popular.

5) O texto aborda a trajetória da Educação Popular na América Latina, destacando a diversificação de práticas e teorias que se expandiram além dos fundamentos marxistas e freirianos originais para incluir perspectivas mais holísticas e interdisciplinares. Reflete sobre o diálogo entre Educação Popular e outras formas educativas, como educação do campo e alternativas, evidenciando um movimento de “refundamentação” que busca adaptar-se a contextos sociais, políticos e culturais em transformação. Destaca-se a tensão entre abordagens dialógicas e dialéticas na busca por uma educação emancipatória e transformadora.

6) O texto aborda o diálogo entre a Educação Popular e outras formas de pedagogia, como a histórico-crítica de Demerval Saviani, e a relevância de movimentos sociais na configuração atual da Educação Popular. Menciona que a teoria de pedagogia histórico-crítica elaborada por Demerval Saviani, que se afastou de uma vertente freiriana da educação popular.

7) O texto menciona várias referências e experiências relacionadas à Educação Popular, educação alternativa e educação do campo, bem como influências e pensadores relevantes para essas áreas. Autores citados no texto: a) **Paulo Freire**: Renomado educador brasileiro, autor de obras como “Pedagogia do Oprimido”. b) **Franz Fanon**: Filósofo, psiquiatra e revolucionário caribenho, cujas ideias influenciaram significativamente Paulo Freire. c) **Samora Machel e Amílcar Cabral**: Líderes políticos africanos que foram citados como influências importantes por **Paulo Freire**. d) Instituições e movimentos de Educação Popular no Brasil e na América Latina, como o Instituto Paulo Freire e o **Conselho Latino-americano de Educação de Adultos**. e) Experiências de escolas alternativas, como a Escola da Ponte, esta última criada pelo educador português José Pacheco. Já os autores mencionados em diálogo com a Educação Popular e suas transformações, como David Harvey, Marilena Chauí, Antônio Nóvoa e Boaventura de Souza Santos.

8) O texto discute a história da Educação Popular, destacando o surgimento da educação do campo como uma manifestação contemporânea e radical, visando a emancipação e o protagonismo dos movimentos sociais camponeses, em contraste com abordagens tradicionais de educação rural, e marcando uma nova fase de educação emancipatória centrada no trabalho, cultura, e lutas sociais dos camponeses.

9) O texto aborda a transição da Educação Popular da ênfase na “cultura” para o “território”, destacando como movimentos sociais, como o MST, redefinem a luta pela terra e por direitos sociais, culturais e políticos. Essa

nova fase propõe uma reconfiguração da pedagogia, orientada para a reconquista e a re-significação dos territórios, integrando saberes e práticas ancestrais aos desafios contemporâneos, e promovendo uma educação que é ao mesmo tempo local e global, desafiando fronteiras tradicionais e promovendo uma visão integrada de mundo e sociedade.

10) O texto destaca a importância da Educação Popular, Pesquisa Participante e teologia da libertação como contribuições significativas da América Latina para o diálogo global em educação e ação social. **Paulo Freire, Orlando Fals Borda e Gustavo Gutierrez** são mencionados como figuras centrais nesse processo. A Educação Popular é destacada por promover um diálogo transnacional e por descolonizar o pensamento, incentivando a valorização de saberes locais e a colaboração além-fronteiras. Este movimento transformador reforça a identidade latino-americana e desafia as narrativas educacionais dominantes.

O texto de Carlos Rodrigues Brandão “Educação Pública, Educação Popular, Educação do Campo” mergulha profundamente nas raízes da Educação Popular, destacando a transformação social como seu núcleo central. Através da análise de práticas e teorias, desde a influência pioneira de Paulo Freire até as lutas contemporâneas pelo território e identidade, Brandão revela um panorama da educação que é tanto reflexo quanto motor de mudanças sociais. Sua discussão sublinha a importância do diálogo, da resistência e da reconquista de espaços, tanto físicos quanto epistemológicos, enfatizando a necessidade de uma educação que verdadeiramente serve ao povo, desafiando fronteiras e promovendo um diálogo transformador além das barreiras tradicionais. Sendo assim, convido-lhes a ler o texto de Brandão e discutirmos ele a partir da nossa realidade social, política e educativa.

Um abraço grande,

Fernanda dos Santos Paulo

CONVITE À LEITURA COMPLEMENTAR: MOVIMENTOS POPULARES E A EDUCAÇÃO POPULAR

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, janeiro de 2024.

Hoje eu reli um texto muito interessante “Movimentos Populares e a Educação Popular” de Carlos Rodrigues Brandão. Ele explora a interseção dos movimentos populares com a Educação Popular ao longo dos últimos cinquenta anos. Reflete sobre a trajetória da Educação Popular desde suas raízes em práticas transformadoras e emancipatórias voltadas para a mudança social até uma abordagem mais diversificada e inclusiva que se intersecta com vários movimentos sociais e teorias pedagógicas. Brandão relembra os inícios radicais da Educação Popular, suas mudanças ideológicas e os desafios que enfrenta na sociedade contemporânea e pluralista.

O texto reflete sobre a Educação Popular desde os anos 60, destacando sua interação com movimentos sociais e sua capacidade de adaptação a novos contextos sociais e políticos. Brandão relembra experiências passadas e desafia o leitor a considerar o futuro da educação popular em um mundo pós-moderno, questionando se ela ainda mantém sua essência revolucionária ou se deve se adaptar a abordagens mais focadas e pragmáticas.

O educador compreende a Educação Popular na sua natureza libertadora em contraste com métodos educacionais tradicionais. Inicialmente ligada à Cultura Popular e visando integrar arte, ciência, pedagogia e política, a Educação Popular buscava valorizar saberes e expressões populares como fundamentais e não inferiores aos acadêmicos. Brandão questiona se a Educação Popular pode existir sem estar vinculada a movimentos sociais e se adaptações modernas podem diluir sua força original, desafiando educadores a refletir sobre sua relevância e aplicação no contexto atual.

O texto apresenta os desafios da Educação Popular, destacando seu compromisso histórico com a emancipação e a transformação social. Através de uma série de lembranças e perguntas, o autor explora as tensões e potencialidades da Educação Popular diante das transformações sociais, ideológicas e políticas ocorridas desde sua concepção até o presente. As questões levantadas abordam a viabilidade de manter a essência original da Educação Popular em um contexto marcado por novas interações e integrações no campo do saber e da educação, e como essa modalidade educativa pode responder às diversas e variadas construções culturais, ideológicas e políticas dos movimentos populares.

O autor sugere uma transição da Educação Popular de um vanguardismo para uma prática mais inclusiva e participativa, que valoriza o saber e as experiências culturais dos próprios movimentos populares. Questiona-se sobre a capacidade da Educação Popular de dialogar com novas teorias, ideologias e propostas de ação cultural, e se deve ou não interagir com outras vocações educativas emergentes como a Educação para a Paz, a Educação Ambiental, entre outras.

A reflexão avança para a discussão da relação entre a Educação Popular e os governos, questionando se iniciativas governamentais podem ser consideradas práticas legítimas de Educação Popular. Também se indaga sobre a compatibilidade entre a Educação Popular e movimentos sociais não estritamente populares, mas que compartilham um horizonte de sociedade justa e inclusiva.

O artigo reflete sobre a relevância da perspectiva marxista e a luta de classes na fundamentação da Educação Popular, considerando as complexidades do cenário atual marcado pela pluralidade de ideias e práticas educativas. Através dessa série de reflexões, o autor convida a uma análise crítica sobre a evolução da Educação Popular e sua capacidade de adaptar-se e responder aos desafios contemporâneos, sem perder seu compromisso com a transformação social e a emancipação dos sujeitos envolvidos.

Brandão questiona a relevância contínua das ideias de classe social e luta de classes, tradicionalmente marxistas, na fundamentação da Educação Popu-

lar contemporânea, ponderando se ela agora abraça um espectro mais amplo de empoderamento e transformação social, além das fronteiras tradicionais de classe.

O texto também revisita a concepção original da Educação Popular como uma vertente da educação humanista e da pedagogia crítica, interrogando se ela permanece alinhada a essas filosofias em um mundo cada vez mais plural e diversificado. O autor reflete sobre a histórica posição “liminar” da Educação Popular, frequentemente situada à margem das estruturas oficiais de ensino e pesquisa, questionando se essa posição marginal é intrínseca à sua natureza ou se deveria aspirar a uma integração mais formal e reconhecida nas instituições educacionais.

As reflexões se estendem à crítica da pós-modernidade e ao impacto das narrativas neoliberais na concepção de sociedade, questionando se a Educação Popular pode manter sua essência transformadora em um contexto onde o capitalismo neoliberal domina. O autor expressa uma crença resoluta no potencial emancipatório da Educação Popular, na importância do engajamento social e na capacidade de imaginar e lutar por um mundo diferente, apesar das tendências desconstrutivistas da pós-modernidade.

Finalmente, o texto faz um apelo emocionante à fé no “povo” e na possibilidade de uma sociedade mais justa, enfatizando a importância de continuar acreditando e lutando pelas causas sociais, mesmo diante da aparente desilusão com as grandes narrativas de progresso e emancipação. O autor reitera a necessidade de reconhecer a realidade e a luta das pessoas marginalizadas e excluídas, argumentando que a verdadeira transformação social começa com a organização e mobilização popular, em contraposição à alienação e à concentração de riqueza promovidas pelo sistema capitalista global. Vamos ler o texto, marcar pontos importantes, questões problematizadoras e dialogar com Brandão? Fica o convite.

Um abraço grande,

Fernanda dos Santos Paulo

Referências

Brandão, C. R. Movimentos Populares e a Educação Popular: Algumas Lembranças de Cinquenta Anos Atrás, Algumas Perguntas Dilemas e Algumas Esperanças para os Dias de Agora. Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

CONVITE À LEITURA – POVO: QUEM É? EDUCAÇÃO POPULAR: O QUE É?

Fernanda dos Santos Paulo

Porto Alegre, janeiro de 2024.

Chegamos ao sétimo dia de leituras de textos de Carlos Rodrigues Brandão; neste texto sobre Educação Popular, aborda a noção de “povo” sob diferentes perspectivas, enfatizando sua importância para a compreensão e prática da Educação Popular. Brandão começa definindo “povo” de maneira ampla, como a sociedade civil, incluindo todos nós, distanciando-se das esferas do poder de estado e do mercado, e argumenta que somos o povo soberano, cujo poder e direitos são fundamentais na constituição da sociedade.

Ele avança para uma segunda definição de “povo”, focando nas camadas mais pobres da população, que são muitas vezes ignoradas ou marginalizadas pela sociedade e pelo mercado, destacando a importância de uma educação que seja não apenas pública, no sentido de ser acessível a todos, mas também inclusiva e adaptada às necessidades desses grupos mais vulneráveis.

Brandão discorre sobre a Educação Popular como um movimento que se origina e se dedica a essas camadas marginalizadas, visando não apenas a inclusão, mas também a transformação social, apoiando-se em ideias de Paulo Freire sobre a educação como prática de liberdade e transformação. Ele ressalta dez ideias fundamentais de Freire, como a inexistência de neutralidade na educação, o caráter político do ato educativo, a educação como um processo de transformação mútua e a necessidade de confrontar a hegemonia do capital para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Em suma, Brandão argumenta pela Educação Popular como um caminho para o empoderamento do “povo” – entendido tanto como a sociedade civil em

seu conjunto quanto, de forma mais específica, as camadas mais desfavorecidas – para transformar a sociedade em direção a um futuro mais equitativo e humano.

Por fim, o texto de Carlos Rodrigues Brandão sobre “Povo: Quem é? Educação Popular: O que é?” (<https://apartilhadavida.com.br>) destaca vários aspectos importantes sobre a identidade do povo e o conceito de Educação Popular. Três pontos a serem destacados são:

- 1) Brandão começa com uma definição ampla de “povo” como sendo todos nós, englobando a sociedade civil fora dos domínios do poder do estado e do mercado. Ele invoca a noção de “povo soberano”, retirando o poder e a soberania das mãos de uma monarquia ou autoridade autoritária e colocando-os nas mãos da coletividade, em um espírito democrático e participativo.
- 2) O texto argumenta que a educação não é apenas uma oferta ou dádiva do estado, mas um direito da sociedade civil e um dever do poder do estado. A Educação Popular é definida como uma educação pública, no sentido de ser do povo, para o povo, e por isso é um elemento essencial no exercício da cidadania e na participação democrática.
- 3) Brandão avança para uma visão da Educação Popular que vai além da mera inclusão. Ele a vê como um instrumento de transformação social, inspirado nas ideias de Paulo Freire, que enfatiza a educação como um ato político e cultural que não apenas ajusta as pessoas ao mundo em que vivem, mas as capacita a transformá-lo. Essa perspectiva coloca a Educação Popular no coração da luta por uma sociedade mais justa e igualitária, destacando sua relevância para as camadas mais pobres da população e para a promoção dos direitos humanos e sociais.

Esses pontos enfatizam a visão de Brandão sobre a educação popular não apenas como um meio de instrução, mas como uma prática emancipatória que visa à transformação social e ao fortalecimento da sociedade civil. Então, para

você, depois de ler estas Cartas Pedagógicas, **o que é Educação Popular para você? Quais aprendizagens construístes a partir da nossa formação?**

Escreva uma Carta Pedagógica trazendo as aprendizagens construídas a partir desta atividade

Um afetuoso abraço,

Fernanda dos Santos Paulo

CARTA PEDAGÓGICA SÍNTESE DOS CONHECIMENTOS: LEITURA ATUAL DE BRANDÃO

Maria Aparecida Anselmo Flores

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024.

Caros Educadores e Educadoras.

É com muita satisfação e alegria que inicio essa jornada junto aos meus companheiros(as) da AEPPA, (Associação de Educadores Populares de Porto Alegre).

Esta carta pedagógica está sendo elaborada, após as leituras de alguns textos redigidos pela nossa colega Fernanda Paulo, destacando abordagens, com diferentes reflexões. Sendo assim, Carlos Rodrigues Brandão (in memoriam) lutava sempre para manter a Educação Popular. Reafirmando o nosso papel como Educadores (as) Popular, que precisamos lutar pelos nossos ideais, mantendo a representatividade que teria Paulo Freire, nosso outro grande lutador, em nossas trajetórias pela Educação Popular.

A proposta da minha Carta Pedagógica é conseguir ver o que realmente mudou dos anos 60 (sessenta) até os dias atuais, para a Educação Popular e se as ferramentas tecnológicas, nos ajudaram? Quais os saldos desta conta da Educação Bancária e a Educação Libertadora?

Carlos Rodrigues Brandão, que nos deixou em 2023, marcou a Educação Popular com suas profundas contribuições desde 1963. Educador e pesquisador renomado, seu legado está sendo estudado na AEPPA e por outros educadores por todo o Brasil. A par de Brandão, Paulo Freire, patrono da educação brasileira, se destacou como a pedagogia crítica, enfatizando a educação como um veículo de liberdade e transformação social.

O trabalho de ambos os educadores enfatiza a importância da Cultura Popular e da educação como ferramentas de emancipação, resistindo às imposições culturais e políticas autoritárias. A trajetória de luta dessas figuras, juntamente com a de outros ativistas exilados durante a ditadura militar, como Gilberto Gil, Caetano Veloso, e Luís Inácio Lula da Silva, exemplifica a resistência contra a opressão e a importância de manter viva a liberdade de expressão.

No cenário atual, a Educação Popular enfrenta novos desafios, incluindo a adaptação às novas tecnologias, que não devem se tornar instrumentos de colonização do saber. Na AEPPA temos utilizado as tecnologias para nossa formação. Estamos aprendendo a fazer Educação Popular de outros jeitos. As experiências que acumulei tanto na minha formação acadêmica quanto na trajetória profissional, principalmente durante o trabalho voluntário em bairros carentes e na educação inclusiva, reforçam a convicção na educação como prática da liberdade. Estas vivências ressaltam a necessidade urgente de políticas inclusivas que atendam às necessidades de todas as crianças, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo da nossa vida vamos adquirindo experiência, as quais servem de desafios e exemplos para nossa carreira profissional. Então vou dar dois depoimentos da minha trajetória Acadêmica e Profissional. Refleti sobre mim com as Cartas Pedagógicas lidas neste curso da AEPPA.

Em 2000, iniciei minha jornada nas Ciências Sociais na Faculdade de Novo Hamburgo, onde meu primeiro desafio foi estabelecer um projeto voluntário em um bairro carente. Aos sábados, oferecíamos oficinas educativas e lanches para crianças ansiosas por aprender, apesar das adversidades como fome e negligência. Essa experiência, marcada pela presença oportunista de políticos em épocas eleitorais, foi minha introdução prática aos ensinamentos de Paulo Freire, especialmente à “Pedagogia do Oprimido” e à ideia de educação como prática da liberdade.

Avançando para minha graduação em Pedagogia em 2017, encontrei novos desafios, especialmente na inclusão social nas escolas. A educação inclu-

siva, embora essencial, raramente é discutida dentro do contexto da Educação Popular. As escolas enfrentam deficiências estruturais significativas, como falta de acessibilidade, recursos adequados e professores capacitados. Essas questões se agravam pela lenta implementação de políticas públicas, que geralmente são ativadas somente em períodos eleitorais.

A Educação Inclusiva ganhou reconhecimento legal no Brasil a partir da Declaração de Salamanca, em 1994, mas só começou a ser seriamente implementada nos anos 2000. Apesar dos avanços, ainda estamos longe de garantir um sistema educacional inclusivo que atenda a todos de maneira equitativa e de qualidade.

A necessidade de melhorias é urgente - precisamos de escolas bem equipadas e acessíveis que atendam às necessidades de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências físicas, auditivas, além de promover a inclusão racial e socioeconômica. É imperativo questionarmos nossos governantes sobre as ações para transformar a inclusão em realidade e não apenas em discurso. As mudanças necessárias são fundamentais para o bem-estar de alunos, pais, professores e, por extensão, de toda a sociedade brasileira.

Além do apoio ao grupo e movimento popular da AEPPA, devemos nos engajar em outros movimentos sociais mais amplos, buscando construir uma sociedade mais igualitária, justa e participativa. Há sempre esperança por um mundo melhor, livre de conflitos armados, fome e ganância, e repleto de afeto e compreensão. A luta por uma educação inclusiva é passo importante para a Educação Popular.

Maria Aparecida Anselmo Flores.

Militante da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA).

Referências

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

Instituto Lula. Há 43 anos, Lula era preso pela ditadura militar. Disponível em: <https://institutolula.org/ha-43-anos-lula-era-preso-pela-ditadura-militar>

SOUTO, Maricelia Tomás de. Educação Inclusiva no Brasil: Contexto Histórico e Contemporaneidade. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_02_11_2014_11_59_38_idinscrito_2760_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf

CONHECENDO E A EDUCAÇÃO POPULAR ATRAVÉS DAS CARTAS DE BRANDÃO

Yasmin Flores de Freitas

Queridos colegas da Educação Popular,

É com respeito e admiração pela AEPPA que escrevo a Carta Pedagógica de finalização do ciclo de formação. Escolhi, entre os quatro temas, a homenagem ao Carlos Rodrigues Brandão, porque o legado de grandes pensadores da educação deve ser lido, estudado e compartilhado.

Fui buscar nas referências do curso e localizei o livro: “Educação Popular nas Cartas do Educador Carlos Rodrigues Brandão: Contribuições para a Pedagogia Latino-Americana”. Fui ler o livro e decidi falar dele para escrever essa carta. Ele fala de correspondências de Carlos Rodrigues Brandão, com história de Educação Popular e da pedagogia. As autoras, desde o início, dizem que o objetivo, foi mais do que apenas resgatar documentos; buscaram compreender a Educação Popular nas cartas de Brandão, sua capacidade transformadora e seu poder de dialogar através do tempo.

Esta carta pedagógica é para convidar vocês a lerem esta obra e para contar o que eu aprendi. As conversas passadas servem como ponte para as futuras gerações de educadoras como eu, estudante do curso de matemática da UFRGS.

Através da análise das cartas trocadas entre os anos de 1964 e 1980, as autoras revelaram não apenas o pensamento e as reflexões de Brandão e seus contemporâneos, mas também o espírito de um tempo marcado por desafios e pela busca incessante por justiça e igualdade através da Educação Popular.

No coração deste livro, resultado de projeto de pesquisa, encontramos a influência de Paulo Freire, cuja visão de educação como prática da liberdade

nos inspira a seguir em frente, aprofundando nosso compromisso com a humanização e a luta contra todas as formas de opressão. A educação, tal como Brandão e Freire a concebiam, é um ato de amor, um compromisso com a liberdade e a transformação social.

Yasmin Flores de Freitas
05 de março de 2024.

Referências

PAULO, Fernanda dos Santos; GAIO, Adriana. **Educação popular nas cartas do educador Carlos Rodrigues Brandão**: contribuições para a pedagogia latino-americana. Chapecó: Livrologia, 2021.

CARTA PEDAGÓGICA HOMENAGEM A CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

Tamar Gomes de Oliveira Ferreira

Porto Alegre 02 de abril de 2024

Aos familiares, amigos e amigas de Carlos Rodrigues Brandão.

Nesta manhã, olhando a paisagem do morro da Glória em Porto Alegre, a capital gaúcha contemplo tanta beleza que resolvi compartilhar as imagens nas redes sociais ao mesmo tempo integrantes do grupo de WhatsApp da AEPPA postam atividades que referenciam Carlos Rodrigues Brandão. Uma das referências é a lembrança que dia 14 de abril seria o aniversário de Brandão. Penso: como homenagear?! Uma carta pedagógica!

Início buscando na memória imagens compartilhadas de Carlos Brandão em meio a flores amarelas, de árvores, de ciranda de rodas onde partilhava com companheiros e companheiras momentos de eternos aprendizados e lembranças. Lugares de essência, de paz, de alegria, de trocas, de respeito, para quem ousou ser, escrever, fazer e defender um sonho pessoal e muito coletivo que é a prática da Educação Popular como caminho de construção e fortalecimento da vida de um povo, de um país, e que passou as fronteiras e conquistou outros povos e outros países.

Brandão. Saudoso. Presente. Importante. Gente. Gentil. Educador Popular. Homem.

Familiares, amigos e amigas estou escrevendo hoje para lembrar quem aqui ficou na luta, na vida, na busca e com saudade, pois acredito que Brandão foi o que desejou ser, escreveu o que desejou escrever, tendo a consciência que fazia por ele, por você, por nós. A lembrança é de orgulho e certeza que os caminhos que ele caminhou foi e sempre serão reverenciados e exemplos para

nós que aqui ainda estamos caminhando e dialogando. “...ao contrário do que se pensa, as palavras ditas se eternizam. Exatamente pela sua absoluta fragilidade”. Brandão, 2006.

Tamar Oliveira

Referência

ALVES, Rubem e BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Encantar o mundo pela palavra**. Campinas SP: Papirus, 2006.

Oficina de Escrita de Cartas Pedagógicas da AEPPA



NOSSAS ANDANÇAS

*Catarina Elóia da Rosa Machado*⁷

Outono, Porto Alegre, 23 de março de 2024

Caros companheiros e companheiras,

Nesta manhã de sábado, estamos reunidos na “1ª OFICINA DE ESCRITA DE CARTAS PEDAGÓGICAS” no ano de 2024, e me desafiou a escrever essa carta pedagógica a todas e todos aqui, como ato de amor, carregado de afeto e postura política de uma educadora popular que sou.

Nossas queridas professoras Fernanda Paulo e Tamar Oliveira da AEPPA nos presentearam com a alegria, a boniteza de suas experiências, compartilhando conosco mesmo que virtualmente, o processo histórico das cartas, suas características, assim como, as concepções desse gênero textual que compreende a essência das cartas pedagógicas em nossas práticas como educadores populares.

Partindo do “movimento de diferentes vozes”, percebo essa oficina como um convite aos educadores para se desafiarem a compartilhar ideias, experiências, práticas pedagógicas com amorosidade e curiosidade num compromisso com a transformação social.

Denunciar e anunciar a partir de nossas cartas pedagógicas é também um ato político importante para indagarmos o mundo, com reflexão crítica e esperar em não aceitar a realidade de desigualdades, exclusão, fome, racismo, ataques à democracia entre outras mazelas.

Tenho mais a escrever, mas repouso aqui minha carta aos companheiros e companheiras, acreditando em nossas andanças por outra sociedade que é possível, com esperar, ação, coletividade e autonomia.

⁷ Mulher negra, militante, educadora popular, atuante na AEPPA, no Coletivo Espaço Marlon e Marcelinho. Doutoranda em Geografia – POSGEA UFRGS, Mestra em Educação – PPGEDU UFRGS. E-mail: catarinamachado0818@gmail.com

Que sejamos educadores populares curiosos, críticos e inquietos no mundo. Dito isso, deixo a pergunta:

A partir desse encontro/oficina, que novas práticas e mudanças você educadora/o leva desta manhã de sábado para seu cotidiano?

Com amor, abraços, Catarina Machado, educadora popular – AEPPA.

EDUCAÇÃO E DIÁLOGO: REFLEXÕES DE UM SÁBADO INSPIRADOR

Eduardo Porto de Souza

23 de março de 2024

Caros educadores,

Manhã de Sábado na cidade baixa, há uma brisa de calma em meu bairro que causa uma moleza no corpo e uma paz no coração. Tantos trabalhadores recebem seu merecido descanso depois de mais uma semana intensa de esforço e resistências às adversidades urbanas. Os vários jovens, de corpo e de alma, que aqui se encontram se recuperam das festas e reuniões amigáveis da noite anterior. Sextou, né! Alguns mais esforçados ainda aproveitam as ruas calmas e se encontram na feira do largo Zumbi dos

Palmares. Mas nesse mesmo momento de pausa me encontro com também esforçados professores da educação popular de forma remota para praticarmos o que de melhor há na educação: o diálogo.

Como novato educador, sinto que estou rodeado das pessoas em que me inspiro, outros inquietos movidos pela paixão do educar. Paixão essa que fez com que muitos brasileiros doassem seu precioso tempo de descanso sabatino para o diálogo com a AEPPA. Vejo o empenho desses educadores para sua constante formação e não consigo deixar de pensar nos outros milhares Brasil afora que neste momento também estão compartilhando desses mesmos valores.

Vale dizer que, por mais belo que seja a vontade de educar, não há produção de conhecimento sem prática. Nisso os professores com quem me encontro se saem bem.

Essa bela vontade movida pelo esforço coletivo faz com que todos tenhamos nos unido para compartilhar nossas diversas vivências. Cenário que tão bem descreve a formação do educador como um ser interminado e nunca pronto, mas sempre em construção. Há grande valor na escuta de uma experiência pessoal, facilitada pela produção das cartas pedagógicas, mas há um valor muito mais precioso na comparação, compartilhamento de experiências e diálogo entre esses inquietos que se dispõem a, juntos, movermos a sociedade.

Que esse nosso trabalho sirva de inspiração para continuar a conversa, a formação e a valorização do esforço constante do educador. Estejamos sempre abertos à comunicação e, principalmente, à escuta amorosa dos nossos colegas, educandos e de todo cidadão brasileiro, dotado de desejos, gostos e opiniões. Sintamos a brisa da motivação, sejamos levados por ela e façamos que ela se expanda para cada vez mais inquietos que nunca deixarão de surgir.

Com carinho e abertura,

Eduardo Porto de Souza

CARTA PEDAGÓGICA—REGISTRO DAS EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS COMO EDUCADORA SOCIAL

Cristiane Weymer San Martins

Querida Fernanda Paulo,

Apresento uma carta pedagógica que redijo acerca das minhas experiências e vivências trabalhando como educadora no CRAS Dra. Lúcia Nader, na cidade de Rio Grande – RS.

Meu nome é Cristiane Weymer San Martins, tenho 48 anos, me formei em Letras/Português no ano de 2003 na FURG. Desde então venho fazendo concursos para trabalhar na minha área, depois de muitas tentativas e não sendo chamada em nenhum, decidi começar a fazer concursos para o nível médio também. Passei em alguns, porém no ano de 2013 fui nomeada para o concurso de Educador Social, confesso que nem li o edital, só sabia que era para trabalhar na área da educação. Fiquei muito feliz, já que estava desempregada e com

poucas esperanças. Torci para que fosse para trabalhar na Secretaria da Saúde, mas acabei indo para a Secretaria da Assistência Social. No dia em que assinei os papéis estava radiante, não via a hora de começar a trabalhar, me deram um papel com o endereço e o nome do lugar em que eu teria que me apresentar no outro dia às 8hs. Era no NAP (Núcleo de Apoio Pedagógico) e ficava num bairro que eu não conhecia. Chegando lá fui bem recebida pela coordenadora e pela psicóloga do local, perguntei qual seria a minha função e elas disseram que era ficar com crianças e adolescentes de 7 a 15 anos e que eles chegavam no local

por volta do meio dia para almoçar e que iam embora às 17hs. Daí eu falei: o que eu devo fazer com eles? E para minha surpresa elas me disseram: tu não és professora? Usa a tua imaginação. Fiquei me perguntando e agora? O que eu faço?

Fui muito mal recebida pelas crianças, elas eram birrentas, falavam palavrões e brigavam o tempo todo. Levou alguns meses para que eu conseguisse conquistar a confiança deles, eu nunca havia me deparado com uma situação dessas antes, era um bairro bastante violento. Com o tempo, fui descobrindo que a maioria das famílias tinham envolvimento com drogas, uns pais eram traficantes e uns usuários de drogas. A partir disso, comecei a entender porque aquelas crianças e adolescentes agiam daquela maneira: muitos sofriam violência e abuso dentro da própria casa. Eu fazia reforço escolar com eles, brincadeiras e passeios quando era possível. Me sentia mais uma babá do que uma educadora, não estava feliz, estava frustrada e insatisfeita. Foi então que decidi fazer o Curso de Pedagogia.

Em 2014 houveram muitas mudanças e o local se transformou num CRAS. Nós tivemos uma capacitação para entender como funcionava o trabalho dentro do CRAS e pelo que me lembro foi a única nesses 10 anos que trabalho lá. As crianças e adolescentes passaram a frequentar os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV). No início eu trabalhava com o grupo de mulheres e de idosas, mas hoje eu e a minha amiga e parceira Neuza temos um grupo de 4 a 6 anos onde fazemos a Hora do Conto e outro de 7 a 12 anos que trabalhamos com jogos e brincadeiras. Já fiz muitas visitas domiciliares, trabalhei no cadastro único, faço plantões em casas de acolhimento, atendo porta, telefone. No entanto, o que mais me deixa realizada é trabalhar com as crianças e saber que ao mesmo tempo que ensino, aprendo coisas novas todos os dias.

Neste ano eu tive o prazer de participar do Programa Famílias Fortes, o nosso CRAS foi o pioneiro em Rio Grande, foram 7 encontros semanais com muitas trocas de experiências.

Em 2016 fui chamada no concurso para Secretaria de Escola em Rio Grande e em São José do Norte, porém decidi ficar trabalhando com Educadora Social por acreditar que eu posso fazer a diferença na vida dessas pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social. Sendo assim, é meu dever como educadora fazer um trabalho de fortalecimento de vínculos comunitários, fami-

liares e de garantia de direitos, onde não haja nenhum tipo de exclusão social.

O educador social não foi preparado para esse tipo de trabalho, ele precisa de formação continuada, faltou capacitação, cursos, ensinamentos para melhorar a prática educativa e valorizar o seu trabalho, por esse motivo ele está cansado fisicamente e psicologicamente.

Participar do Curso de Extensão “Educadores/as Sociais na Perspectiva da Educação Popular”, foi uma experiência ímpar para mim, só tenho a agradecer por todos esses encontros com pessoas tão talentosas e com uma imensa sabedoria que sabem transmitir os conhecimentos de forma clara e simples.

De acordo com Paulo (2018, p. 35), “a troca de cartas pedagógicas é uma das formas de registrar as nossas experiências”.

Agradecimentos...

Um abraço, Cristiane Weymer.
04/12/2023

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Aulas com cartas pedagógicas: educação popular e educadores sociais** / Fernanda dos Santos Paulo – Porto Alegre: Livroslogia, 2023.

EDUCAÇÃO POPULAR E CARTAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES E EDUCADORAS



www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

A R C O
EDITORES ● ● ●